

Della Santa Barros, Roberto. **Lutas sociais, neoliberalismo e limites democráticos no Brasil: Gênese, Desenvolvimento e Perspectivas da Campanha (Inter)Nacional contra a ALCA.** *Informe final del concurso: Poder y nuevas experiencias democráticas en América Latina y el Caribe.* Programa Regional de Becas CLACSO. 2004

Disponível em la World Wide Web:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2003/poder/della.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL  
CARIBE, DE LA  
RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca> - biblioteca@clacso.edu.ar

## **LUTAS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E LIMITES DEMOCRÁTICOS NO BRASIL: Gênese, Desenvolvimento e Perspectivas da Campanha (Inter)Nacional contra a ALCA (1)**

Roberto Della Santa Barros (\*)

“Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. [...] *Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.* A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentarem-se nessa linguagem emprestada. [...] De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela.”

**Karl Marx, n' *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, escrito entre dez./1851 e mar./1852, grifos nossos.**

“... *na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de suas vontades, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.* [...] Não é a consciência dos homens que determina o respectivo ser, mas ao contrário, o ser social que determina a sua consciência. Num certo estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é que a expressão jurídica destas relações, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até então desenvolvido. As relações de produção se transformam, de formas de desenvolvimento das forças produtivas, em entraves a este desenvolvimento. Abre-se então uma época de revolução social. [...] Uma formação social jamais desaparece sem que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela tem a capacidade de conter; jamais as relações de produção novas e superiores substituem as antigas, antes de as condições de existência material destas relações terem-se esgotado no próprio seio da velha sociedade. Esta [é] a razão porque a humanidade não se propõe senão os problemas que pode resolver, pois, ao se fazer uma análise mais de perto, verifica-se sempre que o próprio problema surgiu exatamente onde já existiam condições materiais para a sua resolução ou, pelo menos, estavam em vias de existir.”

**Karl Marx, em *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, escrito em 1859, grifos nossos.**

### ***There is no alternative?!***

Se partirmos do quadrante histórico que corresponde às últimas décadas do século passado situando-o em torno à *ideologia dominante* deste período apreenderemos, enquanto elemento fundamental, a forma social como as *classes dominantes* apresentaram-se e representaram-se no cenário político e econômico como baluarte de um novo período de prosperidade material e espiritual, de um “mundo livre” ampliado à larga escala – a partir de um desenvolvimento capitalista pretensamente imune a contradições, alforriado do “ônus” do *Estado-Leviatã* – e, para todos os efeitos, expansivo à maioria da população mundial e aos quatro cantos do planeta. O recurso retórico às inovações tecno-científicas, à chamada

“sociedade do conhecimento” e ao tão alardeado *consórcio histórico* entre democracia e mercado – sob a *supremacia capitalista* norte-americana; em suas dimensões política, econômica, militar, diplomática e cultural – seriam determinantes, desta maneira, na *configuração ideológica* do discurso ufanista que dominou a arena internacional a partir do ocaso da ex-União Soviética – burocratizada – e dos ex-Estados operários – deformados – do Leste Europeu. Teríamos chegado, segundo a *Sagrada Família do Capital* como *causa sui*, ao *fim da História*. Bem sabemos, porém, que mais além do *envoltório místico* detrás do qual se encobre a *sagrada família*, estão suas *práticas terrestres*. Enfim, aparência e essência.

O chamado *pensée unique* – quase absolutizado durante o decênio passado – representava, em verdade, “a tradução em termos ideológicos e com pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular as do capital financeiro internacional” (Ramonet, 1998). O discurso do livre-mercado como critério *par excellence* da ordenação societal associou-se ao que a grande imprensa burguesa e os economistas orgânicos da *Escola de Chicago* alunharam – num neologismo anglo-francófono de duvidosa penetração analítica – como *globalization*. Não foram poucos os intelectuais, militantes, organizações e partidos que, outrora reconhecidos como críticos do *status quo*, passaram-se “de mala e cuia” às trincheiras até então inimigas, aderindo “de corpo e alma” às crenças e valores das hostes dominantes; não sem as respectivas compensações materiais, típicas da institucionalidade burguesa. A fórmula tatcheriana – *there is no alternative* – parecia universalizar-se, inclusive entre aquelas forças sociais e políticas que, supostamente, deveriam hostilizá-la: partidos trabalhistas, social-democratas e comunistas; centrais sindicais “socialistas” assim como a intelectualidade dita “progressista”. A batalha de idéias lastreava-se num *capitalismo monopolista* que – apesar de *aparentemente* triunfante – agonizava em *crise estrutural*, sôfrego por medidas que recompusessem a taxa de lucratividade decrescente, superando a recessão de longo termo. Não obstante, o *poder da ideologia* (Mészáros, 2000) não pôde ocultar por muito tempo a *concretude do devir*.

O capitalismo – modo de produção *determinado* – impôs a *regressão histórica* de direitos e conquistas alcançados através de reformas e revoluções durante o século XX, numa ofensiva material e ideológica sem precedentes sobre os trabalhadores em luta, os movimentos sociais populares, o sindicalismo combativo e os partidos anticapitalistas identificados de alguma forma com a causa da futura transição socialista. A institucionalidade política e econômica ancorada no “equilíbrio instável” do sistema mundial inter-Estados pós-1944 – o dito “consenso keynesiano” – despedaçava-se vertiginosamente, tal qual estrondosa foi a derrubada do Muro de Berlim, enquanto as novas (e não tão novas) personificações históricas da *Ordem do Capital* exigiam a reestruturação das relações entre corporações capitalistas, organismos multilaterais e Estados-Nação. Como compreender a *forma histórica* assumida pelo sistema capitalista – que faz coincidirem no tempo crises econômicas agudas, acirradas disputas por mercados e as guerras neocoloniais como *braço armado da mundialização* (Serfati, 2000) – senão lançando mão do conceito lenineano de *imperialismo moderno* enquanto estágio *supremo* do capital?

Desde meados da década de 1990 até o início do século XXI a realidade vem reafirmando (e exigindo) a tendência histórica à internacionalização das lutas operárias, populares e de demais setores socialmente oprimidos. Foi centralmente mediante o *declive da hegemonia burguesa*, do *fracasso do modelo neoliberal* e da *crise estrutural do capital* – aliados ao *colapso do estalinismo* – que se possibilitaram as condições objetivas e subjetivas para o surgimento de movimentos de trabalhadores, camponeses e indígenas que se insurgiram contra os ataques impostos pela precarização das relações de trabalho, privatização do

patrimônio estatal bem como pela abertura dos mercados internos ao capital internacional; no âmago de países aviltados e submetidos pelo imperialismo, sobretudo da América Latina. Concomitantemente, assistiu-se ao nascimento de um *movimento de contestação e resistência à mundialização capitalista* – ancorado em geral numa *crítica espontânea à universalização da lógica mercantil às múltiplas dimensões da vida* –, cuja composição social abarca principalmente jovens universitários das classes médias urbanas, situados nos centros nervosos da acumulação capitalista, fundamentalmente dos Estados Unidos da América e da Europa Ocidental. Em termos absolutamente gerais, consideramos ainda uma nova situação internacional caracterizada por lutas sociais que vão do levante armado do movimento neozapatista contra a implantação do NAFTA – *North American Free Trade Agreement* – no México, em 1994; passando pelas ocupações de terras impulsionadas pelo MST no Brasil e pela revolta popular protagonizada pelos indígenas no Equador, contra a dolarização; chegando às vigorosas mobilizações grevistas contra a reforma previdenciária dos trabalhadores estatais na França; e, finalmente, até a primeira grande manifestação internacional num país imperialista e “ventre da besta” – na cidade norte-americana de Seattle – contra uma das principais instituições da “globalização”, a *Organização Mundial do Comércio* (OMC), em 1999. *Desde então não há lugar no mundo onde possam reunir-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a OMC ou o G-8 sem arrastar a multitudinárias manifestações antiglobalização, onde quer que seja.* Mais: Argentina (2001), Venezuela (2002) e Bolívia (2003) viveram verdadeiras *situações revolucionárias*.

A crise da *hegemonia neoliberal*, na América Latina, coincidiu com a falência das *transições à democracia*, combinando a regressividade das políticas neoliberais orientadas contra os direitos dos trabalhadores – e amplamente favoráveis ao “mercado” e às classes dominantes – às *limitações históricas das democracias liberais-periféricas*, cada vez mais esvaziadas de conteúdo. A declaração de George Soros – *megaespeculador financeiro* – diante das eleições presidenciais do Brasil em 2002, não poderia ser mais significativa quando afirmou que “os brasileiros podem até escolher o presidente que quiserem” mas as decisões que lhes dizem respeito, ainda segundo Soros, *seriam tomadas fora do país*. A vitória eleitoral de um candidato como o ex-operário “Lula” e de um partido como o Partido dos Trabalhadores (PT), *maior força de esquerda da América Latina* – em ampla aliança com setores burgueses – sob a máxima “a esperança venceu o medo” parecia, para amplos setores dos movimentos sociais, sindicatos e esquerdas em todo o mundo, indicar uma *transição ao pós-neoliberalismo* (Sader, 2002). Os *atos*, porém, impuseram-se às *versões* e – para a perplexidade de muitos – o Governo Lula-Alencar configurou a *mais absoluta submissão ao capital financeiro internacional e ao FMI*.

No bojo deste momento histórico traçam-se novas fronteiras de acumulação, concentração e expansão do capital monopolista; processo de *recolonização imperialista* – agravado pela *contra-ofensiva imperial* pós-2001 (Petras, 2001) – que articula ofensivas militares sobre o Oriente Médio a estratégias de dominação política e econômica como a *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA), nada menos do que a *definitiva corporificação do ajuste neoliberal do Consenso de Washington na América Latina*. A gênese, o desenvolvimento e a afirmação do movimento anti-ALCA, por sua vez, dá-se em meio a estas determinações fundamentais, apresentando-se como experiência histórica de resistência, mobilização e luta – *coordenada, multisetorial e auto-organizada* – entre trabalhadores, movimentos sociais e esquerdas políticas – *de forma ativa, consciente e autodeterminada* – que, simultaneamente, encerra potencialidades latentes e limitações íntimas no que se refere à necessidade e à possibilidade histórica da construção de sociedades nas quais a exploração do homem sobre o

homem faça parte da pré-história da humanidade. “O velho século não acabou bem”, afirmou Hobsbawm (2000) em *Era dos Extremos*. Não obstante, ainda que precária e embrionariamente, pode-se observar o prelúdio tendencial de um fenômeno que aponta para o renascimento de formas de organização social dos “de baixo” e se esboça como *novo acúmulo de forças subalternizadas*; “de um modo diferente, por outros caminhos, com outras formas e em outras circunstâncias”, como afirmou Lenine sobre a experiência das novas gerações socialistas.

## **Do colapso da Ordem de Bretton Woods aos Programas de Ajuste Estrutural**

Voltando mais atentamente o olhar para o último quartel do século XX, observaremos que a manifestação da *redução tendencial da taxa de lucro* e a crise de acumulação capitalista, que já se apresentam mundialmente desde os anos 70, são indicativos imprescindíveis para apreendermos as coordenadas históricas e sociais que conformam as expressões político-ideológicas atuais do capitalismo em crise. No segundo pós-guerra, observamos a consolidação do *Estado de Bem-Estar Social* (“Welfare State”) nos países imperialistas europeus – e, em alguma medida, também nos EUA (“New Deal”) –, manifestação político-econômica do padrão de acumulação de capital baseada no modelo de produção taylorista-fordista, apresentando como substrato ideológico a “Guerra Fria” e, como expressão subjetiva e *modo de vida* correlato, o chamado *americanismo* (Gramsci, 1968). Durante a *Conferência de Bretton Woods* são criados o Banco Mundial e o FMI; os EUA detêm, desde então, o *controle férreo da ordem financeira mundial*.

A construção da *Ordem de Bretton Woods* visava estabelecer parâmetros para a acumulação capitalista no imediato pós-guerra, no sentido da restauração dos mercados das economias nacionais européias e japonesa e, paralelamente, dar-lhes sentido estratégico a médio e longo prazo. Vejamos, então. White, representante da delegação estadunidense, objetivava tão-somente consagrar a expansão da supremacia capitalista norte-americana, amplamente avalizada na arena militar e impulsionada pela guerra interimperialista. Keynes, por outro lado, defendia os interesses de uma potência imperial que vivia o ocaso de sua hegemonia mundial – a Inglaterra – mediante a sustentação de um sistema financeiro regulatório favorável às políticas de pleno emprego e incremento da demanda através do Estado. Em verdade, *há mais coisas entre o céu e a terra* do que pode suspeitar a “vã filosofia” daqueles que retratam os “trinta anos dourados” do capital monopolista de forma “desnecessariamente edulcorada”, como certa vez sugeriu Arcary. As condições objetivas da expansão capitalista, possibilitadas pela destruição de forças produtivas em ampla escala proporcionadas pela segunda guerra – as quais logo, como constatamos atualmente, ver-se-iam corroídas – foram amplamente financiadas pela dominação imperialista sobre o capital periférico e, sobretudo, na super-exploração de sua força de trabalho. E se por um lado a seguridade social pode ser atribuída às conquistas operárias da Europa Ocidental, não convém desprezar o poderio de neutralização material e ideológica das concessões do *Welfare State* sobre os trabalhadores europeus frente à ameaça da expropriação revolucionária do capital que varreu, como rastilho de pólvora, um terço da superfície terrestre do turbulento segundo pós-guerra. Bretton Woods, desta forma, definiu a dinâmica do capital que lalta e Potsdam, como logo poderemos conferir, tratariam – sob o auspício da burocracia do Kremlin – de assegurar.

O período envolvido evidencia a intensificação da concorrência interimperialista, encabeçada por empresas alemãs e japonesas que, conseqüentemente, reduz a margem de lucro norte-americana. Em resposta (capitalista) à crise e para manter o nível de acumulação e concentração, o *capital monopolista intervém no sentido de intensificação crescente da exploração dos trabalhadores, redução salarial e elevação dos índices de desemprego*

*estrutural*. Entre 1971 e 1973, o colapso da *Ordem de Bretton Woods* e uma aguda crise monetária – expressada cabalmente pela quebra da paridade entre o dólar e o ouro no mercado internacional – são desencadeados pelos Estados Unidos durante o governo Nixon. Assim desenvolve-se um processo no qual se agudiza a luta de classes e os antagonismos sociais no âmbito dos Estados nacionais, enquanto que, internacionalmente, cresce a desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais acompanhada da expansão, liberalização e mundialização dos capitais financeiros (conforme Lenine, fusão de capital bancário e industrial). *No sentido de garantir, proteger e expandir o campo de obtenção de lucro para o capital financeiro ocorre a redefinição do papel de instituições financeiras internacionais, como o FMI; e a criação de órgãos multilaterais, como a OMC* (Brenner, 1999). O FMI e o Banco Mundial vão desempenhar um papel internacional *superdimensionado*, em decorrência da chamada “crise da dívida externa”. Especialmente a partir dos anos 80 do século passado esta crise vai incidir sobre o operariado, os trabalhadores e a imensa maioria da população dos países “periféricos” – *na forma de arrocho salarial, desemprego massivo e pauperização absoluta dos setores assalariados* – em decorrência dos ditos “empréstimos”, endividamento este que havia sustentado artificialmente o chamado “milagre brasileiro”, realizados anteriormente nas décadas de 1960 e 1970. A restauração capitalista da ex-URSS e do Leste Europeu – processos há muito em curso, que não podem ser identificados de forma unilateral com as revoltas populares que questionavam a *degeneração burocrática* e a *bonapartização estatal* – vão alcançando contornos de ruptura a partir do fim da planificação econômica, das formas de propriedade e do monopólio sobre o comércio exterior desenvolvidos até então. A ilusão reformista alentada pela burocracia sindical – além de partidos trabalhistas, social-democratas e comunistas – havia acabado definitivamente, *já que corroídas suas bases materiais*.

#### **Neoliberalismo, Crise Estrutural e Consenso de Washington: primeiros delineamentos**

A partir de então se evidencia de forma mais acabada – ainda que em termos absolutamente gerais – a expressão da totalidade concreta multideterminada, *histórica e estruturalmente*, do capitalismo contemporâneo em crise que conhecemos, genericamente, por *neoliberalismo*. A crise compreende *aspectos estruturais mesmos do sistema de produção material e reprodução ideológica sociometabolizante da Ordem do Capital*, relacionados às suas autocontradições mais profundas <sup>(2)</sup>. Em Marx pode-se observar que existe uma implicação intrínseca à dinâmica do modo de produção capitalista que se traduz como *“tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas”*, a qual se realiza *“independentemente das condições sociais nas quais a produção capitalista se efetua”* (Marx citado por Silva, 2001). Ou seja, o *desenvolvimento absoluto das forças produtivas* nada mais é do que a *maximização extrema dos lucros*, obtida com – *desde o ponto de vista da lógica imanente do capital* – a máxima redução dos “custos” de produção, ou seja, *explorando cada vez mais o sobretrabalho social daqueles e daquelas que produzem valor e reproduzem as condições materiais de existência social do gênero humano*, qual seja, o *proletariado moderno* ou, conforme a *noção ampliada* de Antunes (2002), a *classe-que-vive-do-próprio-trabalho*. Os movimentos de superfície – mormente apresentados como problemas de taxas de juros, crise fiscal, “bolhas financeiras” etc. pelo *journalisme de marché* (Sangermano Valejo e Della Santa Barros, 2002) – desta maneira, são apenas mediações para compreender as determinações fundamentais da produção (e reprodução) capitalista. De forma sumária, ainda bastante inicial, parece-nos fundamental destacar que *a crise tem sua gênese no modo de produção mesmo*, em-si, e não nas superfícies fenomênicas de sua totalidade social. Assim, quais elementos compõem o *neoliberalismo*, em sua historicidade concreta, ao longo dos anos?

A expressão internacional do *neoliberalismo* pode ser confirmada – nos países de capital periférico – pelo aumento progressivo da dependência dos países latino-americanos ao FMI e aos EUA, devido a um gigantesco aumento e crise da dívida externa, à desnacionalização e privatização do patrimônio público e à abertura ampla e irrestrita do mercado para as empresas do grande capital internacional. As políticas neoliberais e os ajustes estruturais implementados pelos governos da América Latina durante as últimas décadas – em especial 1980 e 1990, até os dias de hoje – significaram um duro golpe para a classe operária e o conjunto dos trabalhadores de seus respectivos países. Investimentos em áreas sociais como saúde, educação, previdência e infra-estrutura, foram drasticamente reduzidos – sucateando os sistemas públicos de assistência social e piorando em muito as já precárias condições de vida da maioria da população. Ainda, a desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais – *conquistas históricas do movimento operário* – elevaram os já exorbitantes índices de desemprego e radicalizaram o quadro de contradições sociais e miséria absoluta na América Latina combatendo, de forma sistemática e generalizada, os trabalhadores e o movimento sindical. “Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” (Anderson, 1995).

“A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo” (Anderson, idem).

O estabelecimento do *neoliberalismo político* foi ditado desde o *Consenso de Washington*, enquanto projeto histórico-político *sob o comando do grande capital financeiro internacional*, consolidando-se na América Latina – e no Brasil, em específico – *a partir de um bloco histórico conservador formado majoritariamente pela burguesia e setores intelectuais, técnicos e administrativos das camadas médias organicamente relacionadas ao Estado brasileiro, a centros de pesquisa, às empresas e, ao fim e ao cabo, às classes dominantes no país*, atreladas que estão, *visceralmente*, ao imperialismo norte-americano. Consideramos também a existência de determinado “impacto popular” da *hegemonia neoliberal*, como se verá a seguir, precariamente difundido – *mediante artifícios complexos de alusão/ilusão* perante as classes dominadas e em função da *crise política, ideológica e organizativa da esquerda revolucionária* – também entre parte dos trabalhadores urbanos (Boito, 2000). O famigerado *Consenso de Washington*, celebrado em novembro de 1989, trata-se de uma reunião na capital federal estadunidense – convocada pelo *Institute for International Economics* sob a convocatória temática de *Latin American Adjustment: How Much has Happened?* (IIE, Washington D.C., 1989) – da qual participaram funcionários de alto escalão do governo estadunidense, representantes de organismos multilaterais originários da *Ordem de Bretton Woods*, como o FMI e o Banco Mundial, além de economistas especializados na América Latina. Tratava-se de avaliar e decidir que políticas econômicas seriam aplicadas – *sugeridas ou impostas* – na região. “A mera enumeração dos dez pontos contidos no Consenso de Washington [...] é suficiente para demonstrar que ele forneceu a base ideológica e programática

do governo FHC e, em geral, de todos os governos que se alinharam aos Estados Unidos ao longo dos anos 90” (Arbex, 2003). O relatório integra formulações, antes esparsas e não-sistemizadas, oriundas de diversas fontes, agências e organismos multilaterais – principalmente os supracitados – que haviam orientado os *ajustes estruturais* durante os anos 80 em diversos países da América Latina. “Embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo”, tal consenso expressa de maneira inequívoca projeções concretas para a produção normativa e contra-reformas *institucionais* – e, portanto, *jurídico-políticas* – próprias da *hegemonia neoliberal*, documentadas de forma cabal pelo que se tornou conhecido como *Decálogo de Washington* (Batista, 2001).

Segue uma síntese – com o objetivo de melhor situar-nos em meio a este movimento histórico – do que se tornou a manifestação político-programática mais notória dos *programas de ajuste estrutural* na América Latina, resultante e síntese formulada em Washington D.C.: (i) disciplina fiscal através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando déficit público; (ii) corte radical dos subsídios públicos e “focalização” dos gastos estatais em educação, saúde e infra-estrutura social; (iii) reforma tributária que amplie a base social contribuinte sobre a qual incide a carga tributária [taxando-se, portanto, os contingentes mais pobres], com maior peso nos impostos indiretos e menor, progressivamente, nos impostos diretos; (iv) elevação das taxas de juros e liberalização financeira, com o fim das restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em desigualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor [para atrair “investimentos” do capital externo]; (v) taxa de câmbio competitiva com a desvalorização das moedas nacionais; (vi) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação, eliminação de tarifas alfandegárias e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização econômica; (vii) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo o investimento externo direto [IED, *em benefício das multinacionais*]; (viii) privatização, venda e desnacionalização de empresas estatais; (ix) desregulação/desregulamentação das economias nacionais, com redução/abolição da legislação de controle público do processos econômicos e das relações de trabalho; e, finalmente, (x) garantias ao direito de propriedade intelectual [leis de patentes, garantia do controle privado transnacional do desenvolvimento tecnológico-industrial etc.] (Williamson citado por Arbex, *idem*, comentários nossos). Como ficará cada vez mais evidente, não há nada de “natural” ou “espontâneo” – já seja o *Espírito Absoluto* de Hegel, a *Mão Invisível* de Smith ou o *Fim da História* de Fukuyama – a justificar as formas de existência, *históricas e concretas*, assumidas pelo capitalismo em sua fase atual. Neste sentido, quais seriam suas particularidades?

### **Hegemonia Neoliberal, Crise do Capital e Limites Democráticos no Brasil**

Consideramos a *hegemonia neoliberal* (Boito Jr., 1999 e Anderson, 1995) como “uma nova hegemonia burguesa no Brasil, unificando o bloco no poder em torno da plataforma neoliberal e obtendo a adesão de parte dos trabalhadores às propostas de abertura comercial, de privatização e desregulamentação, que são os pilares do neoliberalismo. [...] Trata-se de uma hegemonia que poderíamos considerar regressiva, já que não atende os interesses econômicos mínimos dos trabalhadores, e que, por isso, além de gerar uma adesão superficial e muitas vezes passiva por parte dos trabalhadores, fomenta a luta e a revolta em importantes segmentos desse mesmo setor social. A hegemonia regressiva do neoliberalismo é, por isso, instável, mas tem sido suficientemente forte para possibilitar a implantação e consolidação das chamadas ‘reformas orientadas para o mercado’” no país (Boito Jr., 2002). Em termos internacionais, partimos fundamentalmente da análise sócio-histórica desenvolvida por Anderson sobre a *hegemonia neoliberal*. “O que demonstravam estas experiências era a

hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se auto-proclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal”, ou, em formulação mais contundente, “o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas” (Anderson, 1995).

A concepção materialista-dialética da história, desenvolvida por Marx e Engels a partir de meados da década de 1840 é o que nos fundamenta – nas mais diversas dimensões de *apreensão do real* –, já seja enquanto *método* ou teórica, política, cultural, epistemológica e histórico-socialmente. Ao longo do percurso argumentativo, apresentamos conceitos teóricos e operativos – *tais como Estado, aparelhos repressores, ideologia e hegemonia* –, os quais se inserem claramente na *perspectiva marxista*, compreendendo-a em sua *multiplicidade* de concepções e matizes, “uma perspectiva teórica e metodológica embasada num complexo categorial necessariamente aberto e inconcluso, comportando uma diversidade muito ampla de desenvolvimento” (Netto, 1980). Torna-se necessário referenciá-los (conceitos), portanto, em relação ao que a caracteriza (problemática) fundamentalmente, sem que isto resulte, inicialmente, em maiores aprofundamentos <sup>(3)</sup>. Em primeiro lugar, concebemos os aparelhos do Estado moderno e a instituição estatal-liberal em sua historicidade concreta, ou seja, *considerando sua gênese e desenvolvimento organicamente vinculados aos interesses de dominação de uma classe minoritária sobre a maioria da população explorada e socialmente oprimida*. “O governo do Estado moderno não é mais que uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx e Engels, 1998). Weber (citado por Tragtenberg, 1997) – ao qual, digamos, não se pode acusar propriamente de “anticapitalista” – assinala uma caracterização inevitavelmente *coercitiva e opressora do Estado* quando o define como “uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”, no qual “a relação entre Estado e violência é especialmente íntima”.

Portanto, *a violência estatal constitui-se como aspecto fundante e estrutural de sua própria formação histórica* e é nesta dimensão que se insere o que Althusser (1970) compreende como os *aparelhos repressivos do Estado*: a exemplo das polícias civis e militares, do sistema carcerário e das forças armadas. De qualquer forma, como detalharemos adiante, *as formas de dominação estruturadas no Estado não se resumem a seu aparelho coercitivo* e podem – no interior de limites estruturais previamente determinados – variar historicamente. Ainda, deve-se ressaltar, existe uma *divisão internacional do trabalho* que diferencia qualitativamente o papel que cabe aos distintos Estados no que se configura através da lógica internacionalista do modo de produção capitalista. Em última instância, as relações exteriores se expressam cabalmente como relações de dominação e exploração ou, enfim, *relações de classe*. O antagonismo de classe – ou as “desigualdades sociais”, como preferem muitos – também se expressam, assim, a partir da arena internacional.

#### **O neoliberalismo político e a “reestruturação produtiva”: dupla ofensiva contra os trabalhadores**

A mediação do *neoliberalismo político* – apreendida a partir da *problemática marxista de Estado, ideologia e luta de classes* – permite-nos compreender a função do Estado capitalista no sentido de organizar e defender os interesses da classe dominante nos diferentes momentos históricos à medida que: (i) a ampla atuação no que se refere à dimensão material, ideológica e jurídico-política do processo de exploração do trabalho assalariado garante o aumento da taxa de extração de mais-valia, através da *desregulamentação ativa* das relações de trabalho; (ii) a

redução de sua intervenção em áreas como saúde, educação e infra-estrutura social – através de processos de *privatização/desnacionalização* mediados pelo Estado – garante ao capital privado a cristalização de novos nichos de acumulação capitalista e (iii) a *abertura comercial/desregulamentação financeira* garante a realização do mais-valor nas atuais circunstâncias históricas. O neoliberalismo trata-se, portanto, de uma *ofensiva burguesa* – expressão da *luta de classes* incidindo sobre as *classes em luta* – que, por sua vez, configura uma situação na qual a resultante da correlação de forças sociais em presença favorece amplamente o capital e suas demandas objetivas, em especial suas frações financeiras (Galvão, 2002). De acordo com esta caracterização, a dinâmica de reprodução e acumulação no capitalismo contemporâneo constitui-se em *determinação fundamental e sustentação material* para o *neoliberalismo*, considerado – como colocamos – enquanto expressão da *luta de classes* que, simultaneamente, incide sobre as *classes em luta*; configurando e reconfigurando as relações sociais, *papel cumprido centralmente pelos aparelhos de Estado*.

O sistema sociometabólico de produção capitalista reproduz-se, contudo, em meio a uma profunda *crise estrutural*, mais além das *crises cíclicas* que compõe seu desenvolvimento histórico. A noção de *queda tendencial da taxa de lucro*, presente já n’O *Capital* de Marx, se expressa a partir das relações capitalistas de produção mediante o aumento da produtividade do trabalho, incrementando a *composição orgânica do capital*, sustentada pela relação entre *capital constante* (maquinaria e insumos) e *capital variável* (trabalho vivo), este último constituindo-se como *elemento central da realização do mais-valor*. Para enfrentar-se à crise *que lhe é estrutural*, a qual se apresenta *historicamente* – com força e nitidez – a partir do final da década 1960 e início de 1970, o capital acena com uma *dupla* ofensiva: o *neoliberalismo político*, tal qual o verificamos até aqui, e a chamada *reestruturação produtiva* – “com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores” (Antunes, 2002) – *reestruturação da produção e do trabalho visando a internacionalização de uma reconfiguração sistêmica da divisão social do trabalho e aprofundamento das relações capitalistas mediante* “mudanças na composição intersetorial da acumulação, deslocamento das unidades para zonas de baixos salários, tendência de privilegiar unidades de produção menores, em que o processo de trabalho é mais flexível e em que se efetuam economias máximas nos custos de produção” (Benko, 1996). “Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capitalismo iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um processo de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (Antunes, idem). O *neoliberalismo político* e a *reestruturação produtiva* seriam, desta forma, “irmãos siameses” (Dias, 1998 e 2001).

Nas palavras de Dias (1998), trata-se da *expressão singular da forma histórica assumida atualmente pelas lutas de classes*. O longo “adeus ao trabalho” – e aos trabalhadores –, perpetrado pela intelectualidade supostamente “pós-marxista”, arranca da correta constatação do processo de *heterogeneização social, fragmentação identitária e dispersão ideológica* que as classes trabalhadoras vêm sofrendo desde o processo mesmo de constituição e desenvolvimento histórico em diferentes momentos do séc. XX e, mais intensamente, no limiar e alvorecer do presente século, à guisa de conclusões equivocadas como a negação da *centralidade do trabalho* <sup>(4)</sup> no processo de valorização do capital. Trata-se de um processo contraditório – a “metamorfose do mundo do trabalho”, segundo Antunes (2002) e que, para

Dias (2001), referir-se-ia na verdade ao “mundo do capital” – que a um só tempo reduz o operariado fabril e, simultaneamente, expande o trabalho assalariado em suas formas *subproletarizadas, precárias, parciais e terceirizadas*, além de integrar mais contingentes de mulheres, ampliar o setor de serviços e “excluir” tanto os trabalhadores jovens quanto os de idade média (Antunes, 1999). Àqueles operários que produzem diretamente mais-valia e participam, também diretamente, do processo de valorização do capital – núcleo central da *classe-que-vive-do-próprio-trabalho* – vêm se somar a totalidade do trabalho coletivo – homens e mulheres despossuídos dos meios de produção – que vendem sua força de trabalho como mercadoria sob a forma de salário; conformando uma nova morfologia às relações de classe. Ignoram – os supostos “críticos” – que “o capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe” (Dias, *idem*). Desta forma – e a partir das considerações realizadas – é-nos impossível aludir à noção de *neoliberalismo* sem referenciar-nos no conceito de *crise estrutural do capital* e – da mesma forma, como poderemos conferir adiante – os discernimentos decisivos, somente aludidos pela *impressão fenomenológica* de *globalization*, só podem ser compreendidos em sua inteireza a partir de uma análise detida do *novo estágio* de desenvolvimento (regressão) histórico(a) aberto(a) pelo *capitalismo monopolista*; numa palavra e com todas as letras: *imperialismo*.

Conseqüentemente, “o grande deslocamento do capital para as finanças foi a conseqüência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, o surgimento de excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970. [...] As raízes da estagnação e da crise atual estão na compressão dos lucros do setor manufatureiro que se originou no excesso de capacidade e de produção fabril, que era em si a expressão da acirrada competição internacional” (Antunes, *idem*). A partir de então, logicamente, há que se atentar às transformações ocorridas em suas configurações econômicas e políticas historicamente assumidas ao longo de quase um século desde o surgimento, afirmação e consolidação do *imperialismo moderno*, como o analisou Lenine. A singularidade da configuração histórica assumida recentemente pelo modo de produção capitalista apresenta-se nas formas de acumulação e extração de mais-valia – *quantum* de trabalho excedente – da *classe-que-vive-do-próprio-trabalho*, mantendo-se a constituição histórica e estrutural da valorização do capital lastreada centralmente no trabalho.

Tratam-se, no caso, de formas de acumulação sob a hegemonia do capital financeiro, que não podem ser dissociadas historicamente da ofensiva da supremacia norte-americana pela recomposição da taxa de exploração – mediante a *mundialização capitalista* (“globalization”) –, da “reestruturação produtiva” (e do “neoliberalismo”), assim como das derrotas históricas do movimento operário no séc. XX, da extinção da ex-URSS e da restauração capitalista do Leste Europeu. Os acordos contra-revolucionários de *coexistência pacífica* firmados entre a burocracia moscovita e o imperialismo hegemônico em Ialta e Potsdam, diga-se *au passage*, serviram ao propósito de desviar, evitar e, no limite, enfrentar-se a processos de luta direta de massas através do *prestígio* – *prestígio de classe*, na acepção gramsciana, *influência/confiança historicamente erigidas na direção das massas* – que os trabalhadores de muitos países nutriam pelos partidos da III Internacional após a derrota imposta ao nazi-fascismo – extinta por Estaline em 1943 –, sob a justificação ideológica da

teoria anti-marxiana e anti-lenineana de *socialismo num só país* e da adoção da política de alianças com a burguesia das ditas *Frentes Populares*, da qual trataremos adiante. À débâcle da Ordem de lalta – *ordem de contenção* polarizada entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pró-EUA e o Pacto de Varsóvia, pró-URSS – segue-se a constituição de uma institucionalidade “de fato e de direito” do *sistema mundial inter-Estados* <sup>(5)</sup> baseada num processo de *mundialização capitalista* cujo funcionamento exige a consubstanciação de um elevado grau de desregulamentação e liberalização não só estritamente financeiras, como também do Investimento Externo Direto (IED) e do comércio exterior – haja vista que não se pode dissociar peremptoriamente as interpenetrações entre capital financeiro, industrial e comercial – impondo-se, desta forma, a liberalização absoluta à produção/circulação e à distribuição/consumo na arena internacional (Chesnais, 2003).

A exigência da implantação de mecanismos para otimizar a realização do mais-valor sob domínio financeiro – e baixo a supremacia capitalista norte-americana – impõe a necessidade de conformar uma *institucionalidade supranacional* que se traduz nas políticas do G-8, do FMI, do Banco Mundial, do Tratado de Maastricht e do projeto de Constituição Européia no velho continente – chamado de *Europa do Capital e da Guerra* pelo movimento anticapitalista europeu –, da OMC e do NAFTA. As formas de “inserção internacional” no sistema capitalista-imperialista encontram-se limitadas, desta forma, por estes condicionamentos estruturais. O Acordo Mundial de Investimentos (AMI), o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS) – no Tratado de Marrakesh – e o projeto ALCA perseguem os mesmos objetivos. “Graças a tais instituições e a tais mecanismos, o regime de acumulação com dominância financeira é mundializado no sentido em que ele organiza uma projeção internacional muito forte e a influência da dominação sistêmica da parte dos países capitalistas onde o regime se instituiu primeiramente” (François, idem). Este quadro geral permite-nos dimensionar formas históricas de acumulação capitalista e reprodução social relacionadas, dialeticamente, a determinadas representações jurídico-políticas e expressões ideológicas que *atualizam* as relações sociais de dominação classista.

Se o “adversário” do neoliberalismo nos países imperialistas, de capitalismo avançado, era o chamado *Welfare State*, em países como o Brasil, de desenvolvimento capitalista *periférico e dependente*, tratava-se de esfacelar o modelo econômico-social legado pelo nacional-desenvolvimentismo e pelo populismo latino-americano, qual seja, do Estado nacional como impulsor de ciclos históricos de desenvolvimento industrial/capitalista, protecionismo econômico, empresas públicas e concessões materiais – *por mais que restritas* – aos trabalhadores urbanos. Boito Jr. (2000) considera que “a ideologia neoliberal logrou, a despeito do caráter antipopular da política que ela informa, difundir-se, de modo desigual, entre as classes populares, obtendo, ainda que de modo superficial e precário, e graças a um mecanismo complexo de denúncia do antigo modelo desenvolvimentista e de ocultação do caráter antipopular do novo modelo neoliberal, estabelecer-se como ideologia hegemônica no Brasil dos anos 90” <sup>(6)</sup>. Segundo esta tese, o *caráter restritivo das concessões sociais no modelo desenvolvimentista/populista* haveria gerado uma “revolta difusa e instintiva” entre as classes trabalhadoras, revolta esta *expropriada e instrumentalizada* (“confiscada”, diz o autor) pelas frações dominantes da *classe do enquadramento capitalista*. O “confisco” desta revolta pela ideologia neoliberal dar-se-ia através de “um mecanismo de alusão/ilusão, através do qual a ideologia revelaria [alusão] um aspecto da realidade e, ao mesmo tempo e graças mesmo a essa revelação, ocultaria [ilusão] os demais, ocultação que seria funcional para os interesses de determinada classe social. No nosso entender, esse mecanismo de alusão/ilusão pode, dentro de determinadas condições históricas, iludir as classes dominadas tornando-as receptivas às idéias e valores das classes dominantes” (Althusser citado por Boito Jr., 2000).

A tese do “impacto popular” do neoliberalismo – sob o “mecanismo de alusão/ilusão” –, defendida amplamente por Boito Jr. (1999, 2000, 2002 etc.), merece atenção. Polêmica, parte de uma constatação interessante e procedente, sobre a penetração – ainda que precária e desigual – do neoliberalismo também entre seus inimigos de classe, ou seja, entre os trabalhadores (e não só suas direções sindicais e políticas). O exemplo da Força Sindical como central sindical de concepções e práticas nitidamente neoliberais – o que, à primeira vista, pode parecer um *paroxismo* (Vieira Trópia, 2002) –, surgida durante o governo Collor, fala por si só. Não podemos validá-la (a tese) em absoluto, porém, quando – e à medida que – sustenta seu eixo analítico sobre os resultados dos processos eleitorais mexicano (Salinas), argentino (Menem) e brasileiros (Collor/FHC): não se pode inferir diretamente do resultado das urnas – de maneira *politicista* – qualquer conclusão peremptória, no sentido da adesão ou não ao neoliberalismo pelas camadas sociais populares. Caso contrário estaríamos elidindo o controle absoluto dos meios de comunicação de massas (vide o famigerado caso do debate entre Collor e Lula veiculado sob edição da Rede Globo, amplamente favorável ao primeiro, nas eleições presidenciais de 1989) pela classe capitalista, o financiamento milionário das campanhas burguesas, o “voto de cabresto”/“compra de votos” e os conflitos de maior ou menor intensidade no que se refere ao enfrentamento a candidaturas de origem e propostas de cunho proletário. Em poucas palavras, as urnas das eleições – via de regra – constituem o campo prioritário da burguesia, apresentando de forma distorcida a vontade das massas populares. Tanto em sua singularidade quanto em sua universalidade, trata-se de um multifacetado, complexo e contraditório fenômeno social e político, cuja análise exige-nos uma série de mediações para a superação da forma como os sentidos o registram direta e parcialmente.

Mais eficaz do que este “termômetro” invertido – segundo Lenine –, seria a *votação com os pés e em massa*, furiosa e nas ruas. Quantas vezes, durante a vigência da *hegemonia neoliberal*, os *pés das massas* não contradisseram as urnas *democrático-liberais* no Brasil e na América Latina? A partir da distinção inicial entre aparência e essência podemos considerar a representação ideológica das distintas frações e partidos da *classe do enquadramento capitalista* (Chesnais, 2001) diante das maiorias exploradas na cena política – em especial os mecanismos institucionais de sufrágio universal – não em sua imediaticidade e ensimesmamento, mas como *momentos singulares em relação dialética com determinada totalidade*. A partir desta interação entre o momento (campanha/eleições) e o todo (sociedade burguesa), como *síntese de múltiplas determinações*, pode-se aferir sua concreticidade histórica. Ainda em Boito Jr. (2002), encontramos a chave interpretativa para compreender a cena política numa perspectiva marxista. A superfície imediata trata-se, em verdade, de uma “courage fenomênica” do real tornada funcional à ocultação – na sociedade burguesa – de suas mediações e determinações mais profundas. Esta funcionalidade é instrumentalizada nas sociedades de classes através da ideologia das classes dominantes que, ocultando seus reais interesses, apresentam suas necessidades particulares às classes oprimidas como *vontade universal* (Boito Jr., *idem*). *Existe momento mais sintomal da generalização/legitimação da visão-de-mundo (?), valores e crenças dominantes à maioria da população oprimida do que o eleitoral?* Através das eleições a burguesia impõe a legitimidade de sua dominação classista, sendo que “a novidade deste consenso é que adota a forma fundamental da crença pelas massas de que elas exercem uma autodeterminação definitiva no interior da ordem social existente” (Anderson, 2000). É a partir deste mesmo mecanismo ilusório [alusão/ilusão] que a pressuposta igualdade jurídico-política entre “cidadãos” (igualdade formal perante a lei; “um homem, um voto” etc.) na sociedade burguesa, elide a cisão histórica real de interesses antagônicos e irreconciliáveis entre exploradores e explorados, expropriadores e produtores, enfim, entre capital e trabalho. Voltamos a insistir, sob o risco da repetição, em que o amplo

*poder das ideologias* difundidas (neoliberais) decorre de profundas *contradições materiais* (capitalistas), lastreadas numa longa recessão não-conjuntural, mas sim estrutural; não limitada a algum país isolado, mas internacionalizada; não restrita à forma histórica *neoliberal*, mas ao próprio modo de produção *capitalista*. O desenvolvimento capitalista não se dá no vazio, mas em sua historicidade concreta e, neste caso particular, *a partir da derrota contingencial do movimento operário*.

### Neoliberalismo, Hegemonia e Hegemonia Neoliberal: Lógica e História

No que tange ao conceito de “hegemonia” – por sua vez –, categoria político-analítica também originária da *problemática marxista* – desenvolvida amplamente por Gramsci –, torna-se necessário precisar de que forma nos utilizamos deste conceito enquanto abstração teórico-conceitual *socialmente condicionada e historicamente determinada*. Como ponto de partida referenciamos-nos na concepção marxiana sobre a “supremacia” nas *relações sociais de dominação classista* e, mais especificamente, *privilegiamos um modo específico e contra-hegemônico – sem trocadilhos! – de apropriação e desenvolvimento político-epistemológico do universo conceitual gramsciano, alternativo àquele que viceja majoritariamente entre a esquerda política e acadêmica do Brasil, em particular* <sup>(8)</sup>. Concordamos com a análise realizada por Boito Jr. (2000) de que “a luta de idéias está estritamente vinculada às relações e à luta de classes numa sociedade e num período histórico determinado (...) [a hegemonia] solda alianças, demarca campos e isola ou neutraliza as forças intermediárias ou potencialmente inimigas” – *não há espaço para a idéia de consenso* afirma vigorosamente Boito Jr. – “a pesquisa sobre hegemonia deve seccionar as classes e setores populares, verificar se, como e porquê cada um deles aceita ou rejeita, e de que maneira, uma determinada ideologia. Numa palavra, a luta pela hegemonia é um aspecto da luta de classes num período determinado. Os interesses de classes e frações, as circunstâncias que permitem que elas se organizem, ou não, em força social autônoma, a complexidade das relações que mantêm entre si, a capacidade de direção política dos seus partidos e representantes são fatores enfatizados por Gramsci, além da atuação dos intelectuais”. Utilizando a noção de “hegemonia” contida nas *análises históricas de Gramsci sobre o Risorgimento*, o autor pretende afastar as formulações “culturalistas” (sobre um “consenso em torno de valores e idéias”) e “historicistas” (de “adesão a um modelo progressista que desenvolve as forças produtivas e distribui renda”) sobre *hegemonia* certamente presentes, em alguma medida, nos *Cadernos do Cárcere* do dirigente revolucionário (Boito Jr. 2000, 2002 e 2003); mas quiçá, talvez mais acentuadamente em seus *leitores proto(neo)liberais*, multiplicados no Brasil e no mundo.

Refutar determinada noção de *hegemonia / bloco hegemônico* associada ao êxito em difundir “valores e idéias” e obter o “consenso” entre o “conjunto da sociedade” assumindo assim sua *direção moral-intelectual* cumpre, por sua vez, um objetivo fundamental, qual seja: possibilita elaborar a compreensão de uma “hegemonia regressiva”, *precária e instável*, na qual o imperialismo e a burguesia, que dirigem as políticas neoliberais, não compõem uma suposta “força social ascendente que representa o movimento histórico” ou mesmo que logre alcançar “consenso ativo” entre a maioria da população. Pelo contrário, a hipótese da *hegemonia neoliberal* defendida por Boito Jr. (2003) apóia-se na constatação de determinado “impacto popular” do neoliberalismo, que mesmo não oferecendo qualquer *subsídio material* para sua sustentação entre as classes subalternas / populares suscita entre estas, além da *adesão positiva e ativa*, formas como “adesão negativa / ilusão ideológica / neutralização política” (ou, como diria Dias, “passivização”). As noções de *projeto histórico* e *força social autônoma* resgatadas por Dias (1996 e 2001) a partir de Gramsci parecem-nos centrais na articulação de *necessidades, interesses e subjetividades* de diferentes grupos, classes e frações de classes

para a luta político-ideológica. Por fim, interessa-nos profundamente um aspecto ressaltado por Williams (1979) sobre a questão da *Hegemonia Viva*. “Uma Hegemonia Viva é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. Além disso, ela não existe apenas passivamente como forma de dominação. A Hegemonia tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada. Também é continuamente resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que não as suas próprias pressões”. A hegemonia não seria, desta forma, “apenas o nível articulado mais elevado da ideologia e nem suas formas de controle são aquelas comumente vistas como manipulação ou doutrinação”, mas, sobretudo, tratar-se-ia “de todo um conjunto de práticas e de expectativas, sobre toda nossa vida: nossos sentidos, a consignação de nossas energias, nossas percepções formadoras de nós mesmos e de nosso mundo”. É um sistema vivo de significados e valores – “constituído e constituinte” – os quais, “ao serem vivenciados como práticas” – pareceriam confirmar-se reciprocamente. “Desse modo constituem o sentido da realidade para a maior parte das pessoas em uma sociedade... no sentido mais forte do termo, [constituem-se] em uma cultura, mas uma cultura que tem que ser vista com a vivência da dominação e da subordinação de certas classes sociais” (Williams, *idem*). Assim, aprofundamo-nos neste universo conceitual numa perspectiva que dimensiona o sistemático contato / tensionamento constante com a *rudeza material do devir* (Moraes, 2001) da formação social brasileira e seu processo histórico, sua localização histórico-estrutural no sistema mundial inter-Estados, suas relações sociais, cultura e estrutura de classes, frações e camadas assim como suas expressões políticas e ideológicas, suas tradições e instituições; considerando as batalhas pela conquista da *hegemonia* como um *aspecto da luta de classes num período determinado* (Dias, 1996 e 1998). A hegemonia pressupõe o *horizonte do poder dual e, enfim, da revolução* (°).

O *neoliberalismo político*, por sua vez, identifica-se fundamentalmente com os principais aspectos do liberalismo econômico do séc. XIX, qual sejam: (i) priorização do mercado como critério essencial da ordenação societal, (ii) estímulo à concorrência/liberdade da iniciativa capitalista privada e (iii) minimização da intervenção econômica do Estado nacional. A mão invisível smithiana e o *laissez-faire* burguês, à época, encontravam-se em ascensão histórica. Ainda em sua dimensão discursiva, o *neoliberalismo político* articula-se contraditoriamente. Em seu interior coexistem (simultaneamente) uma *razão pura* que mistifica o mercado como *deus ex-machina* e uma *razão prática* que não pode prescindir da intervenção estatal e busca – no mesmo movimento, poder-se-ia dizer – *garantir, preservar e expandir o monopólio*. A propaganda doutrinária e principista do *Estado mínimo* (e do *Mercado máximo*), enquanto teoria e ideologia, não se faz em detrimento de uma orientação-para-a-ação que se utiliza dos aparelhos de Estado para afirmar e desenvolver suas bases materiais. “O capitalismo contemporâneo promove uma cruzada teórica contra o Estado, enquanto no plano prático não cessa de engrandecê-lo e designar-lhe novas tarefas e funções. [...] não conseguem distinguir a retórica anti-estatista da prática estatizante do capitalismo ‘realmente existente’, nem perceber o caráter cada vez mais estratégico que o Estado assumiu para garantir a continuidade da dominação capitalista” (Borón, 2001). Todavia, em que se diferencia (o *neoliberalismo político*) do liberalismo clássico, possibilitando-nos adjetivá-lo como *novo liberalismo*? “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. [...] Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar

de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão: uma servidão moderna” (Anderson, 1995). À diferença do liberalismo clássico, o *neoliberalismo político* trata-se de uma ideologia *reativa e regressiva*, decadente em sua *forma monopólica*, que conjura o espírito do capitalismo concorrencial – semicadáver putrefato que já exala odores cada vez mais difíceis de amenizar – para elidir a *crise que lhe é estrutural* e “fugir de sua solução na realidade” (Marx, 1997). À imagem e semelhança do *ethos* da classe à qual se reporta, trata-se de um espectro *contra-revolucionário*. A tragédia burguesa reproduzida em farsa.

A fundação da *Sociedade de Mont Pèlerin*, em 1947 – “espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada” (Anderson, idem) –, conformou-se pela filiação ideológica de ferrenhos adversários do *Welfare State* europeu e do *New Deal* estadunidense, contando em suas fileiras com a assistência de, entre outros, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi e Salvador de Madariaga. O combate enfurecido contra a regulação social do *consenso keynesiano* que determinou sua convocatória, gênese e ideário; em defesa da liberdade individual e do princípio da livre-concorrência, hibernariam sem ressonância teórica ou política de maior monta durante longos vinte anos. *O plano das idéias e o mundo dos homens*, bem sabemos, são *relativamente autônomos* e sua relação, mediada, *substantiva-se efetivamente através da fecundidade histórica do real*. A longa e profunda recessão do pós-73 possibilitou a Hayek, Friedman & Cia. a audiência de massas através da qual veicularam amplamente a idéia de que a origem da crise decorria das concessões sociais arrancadas “parasitariamente” pelo movimento operário ao Estado burguês, que teriam “corroído” as bases históricas e materiais da acumulação capitalista. No Brasil – país periférico e dependente aos centros nervosos de acumulação capitalista – a *hegemonia neoliberal* gestou-se após os ciclos históricos do *populismo getulista* e do *desenvolvimentismo civil-militar*, impondo o favorecimento dos monopólios, a internacionalização capitalista do aparelho produtivo instalado no país e a pauperização absoluta/desemprego de massas. A constituição e gestação desta nova hegemonia burguesa identifica-se com um processo histórico atravessado por crises capitalistas, ruína da ex-URSS, reestruturação produtiva e derrotas operárias na arena internacional e, no *front* interno, a abertura de um ciclo histórico que altera as relações sociais e a estrutura de classes no país a qual, se tem como ponto de chegada um *bloco constituído no poder* <sup>(10)</sup> de natureza social burguesa, apresenta como ponto de partida formas históricas personificadas em *movimentos sociais de resistência proletária, camponesa e popular*. Ou seja, foi – e ainda é – uma hegemonia “resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que não as suas próprias pressões” (Williams, 1979); resistências, desafios e pressões impostos pela emergência do movimento social operário brasileiro pós-78.

“... um processo de constituição de uma nova hegemonia ideológica burguesa no Brasil? [...]. Falamos de hegemonia no sentido gramsciano: a conversão de uma ideologia e de uma plataforma política de classe em ‘cimento’ de um novo bloco histórico. A apologia do mercado e da empresa privada, como espaços da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista, e a correspondente condenação do Estado, das empresas públicas e do intervencionismo estatal, como fontes de desperdício, de burocratismo e de privilégios, são idéias e valores que ganharam a condição de verdadeiro ‘senso comum’ [...]. A plataforma política inspirada nessas idéias – abertura comercial, privatização, desregulamentação – deu um novo rumo à política de Estado, formando um contraste com a situação de incerteza e de falta de perspectivas que caracterizou a burguesia brasileira na década de 1980. À época, o autoritarismo militar e o desenvolvimentismo entraram em declínio e a burguesia levou anos, devido às contradições que expusemos, para se unificar em torno de um novo programa político. Talvez desde o período populista não víamos, no Brasil, uma ideologia política converter-se, com tanta eficácia, em instrumento de unificação do bloco no poder e, ao

mesmo tempo, em instrumento de legitimação dos interesses particulares das classes e frações que integram esse bloco junto às classes populares” (Boito Jr., 1999).

### **Brasil, “transição à democracia” e hegemonia neoliberal**

Esta *hegemonia burguesa* é construída no Brasil desde o processo mesmo de “transição” – resolvido politicamente através da “Nova República”, na formação do Congresso Constituinte, na promulgação da Constituição de 1988 como também nas eleições para cargos executivos –, em que se forma um “bloco histórico” conservador constituído da aliança da classe capitalista com setores das camadas médias – principalmente a intelectualidade, seu “núcleo duro” – e uma base social galvanizada pelas esquerdas políticas do PCB, PCdoB, MR-8 e intelectualidade acadêmica, em meio a uma crise prolongada da ditadura militar – que se auto-reformava <sup>(11)</sup>. *Não é possível compreender a hegemonia neoliberal se não levarmos em conta as condições que a possibilitaram historicamente durante a transição bem como as determinações que a reestruturação capitalista impunha no plano internacional.* O movimento operário e popular, que vinha num crescente de mobilizações de massas, não chegou a imprimir a direção político-ideológica do processo que condicionou a democracia política no país – muito embora houvesse arrancado conquistas parciais relevantes do ponto de vista da correlação de forças sociais que se apresentava no país (Fernandes, 1986; Duarte, 1985; Silva, 2000). “Pode-se dizer que a Constituição, promulgada em outubro de 1988, consolidou o trânsito da ditadura militar para o conservadorismo civil no Brasil. A maioria parlamentar dominante impediu que mudanças substanciais fossem conquistadas e manteve, no essencial, o caráter conservador da Carta Constitucional. Apesar disto, houve pontos de avanço para os trabalhadores que o capital e os seus representantes procuram obstar e inviabilizar através de legislação complementar” (Antunes, 1995). Equacionamos portanto, numa perspectiva histórico-social, o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (o MST), por exemplo – relacionando-o no interior de um horizonte mais amplo de ascensão do movimento social operário e popular, da cidade e do campo, no fim da década de 1970, e ao sindicalismo combativo de São Paulo, que originaram a Central Única dos Trabalhadores (a CUT) e o PT – num contexto de ascensão dos movimentos sociais proletários. O momento histórico, portanto, caracterizava-se pelo ascenso político do movimento de massas no Brasil – o qual identifica-se com as “Diretas-Já”, o Movimento Custo de Vida (ou Contra a Carestia de Vida), o Movimento Nacional pela Anistia, os movimentos estudantis, as greves operárias dos metalúrgicos das regiões do ABCD e capital paulistas assim como as ocupações de terras. Consideramos a história social recente do país como imprescindível para compreender a gênese da *hegemonia neoliberal* e, por fim, a configuração dos *limites democráticos* e das *lutas sociais* tais como se apresentam no presente.

Apesar da intensidade alcançada pelas lutas sociais populares e embates classistas – levando mais de oito milhões de pessoas às ruas pelas Diretas-Já –, percebemos que o que de fato ocorreu foi uma *mudança na forma de dominação política*, a qual contemplava agora eleições diretas e uma assembléia nacional constituinte, sem prejuízo, contudo, de seu conteúdo de dominação de classe. Da ditadura civil-militar (1964-84) de traços semifascistas à “Nova República”, conservam-se os elementos estruturais que definem os interesses de classe incrustados nos aparelhos de Estado, de forma que se preserva o capital financeiro monopolista num processo político ditado “de cima para baixo”. Identificamos no processo de *transição política conservadora* os elementos que desde então configuram a natureza de um “pacto social” – determinado a partir da hegemonia burguesa –, conquistando a direção político-ideológica do movimento de “oposição” ao regime militar. O movimento operário e popular em ascensão, desta forma, sofre um duro golpe em sua constituição ideológica, organizativa e

classista, visto que não chega a imprimir na “abertura” conquistas que signifiquem um projeto político de ruptura das classes subalternas, apesar das importantes concessões sociais alcançadas através de multitudinárias mobilizações sociais diretas e lutas políticas.

Daí decorre, também (mas não só), a estreita institucionalidade que os mecanismos de representação/democracia política assumem desde a perspectiva dos trabalhadores e da maioria da população brasileira, que *vivem uma contradição estrutural progressivamente aprofundada entre os mesmos e as condições materiais de existência cada vez mais deterioradas* <sup>(12)</sup>; os direitos sociais e trabalhistas flexibilizados, precarizados e destruídos – além do arrocho salarial e do fantasma do desemprego –, o processo de pauperização absoluta, assim como a repressão dos aparelhos de Estado cada vez mais truculenta sobre manifestações políticas, greves, passeatas, piquetes, marchas populares e ocupações de terras e latifúndios – resultando em massacres, chacinas, espancamentos, repressões policial-militares e assassinatos na cidade e no campo – agravados pela hegemonia neoliberal. *Faz-se necessário caracterizar, portanto, a natureza social desta afirmação democrática, cotejando seus limites históricos à luz da aspereza concreta do devir.* Marcadamente institucional, formal, e voltada para as disputas eleitorais, se estabelece entre os mecanismos institucionais de representação política e a crescente miséria social – agravada pelas políticas neoliberais dos últimos catorze anos – um abismo de contradições estruturais. “A Aliança Democrática, como lembrou Florestan Fernandes, empenhava-se em conciliar os anseios democráticos do povo brasileiro com a ‘vocalização liberal-conservadora’. Ou seja, deslocava para o topo os processos de decisão política e de fazer da constituição uma fachada. Desta maneira, esse ‘biombo parlamentar’ possibilitaria às elites das classes dominantes e dirigentes ‘preservar em bloco o seu poder real, manter ou ampliar o monopólio do poder político institucionalizado e exercer por dentro e através de um Estado aparentemente democrático, uma ditadura mesquinha e covarde” (Silva, 2000). Aí encontramos uma caracterização de classe, com todas as letras, da transição brasileira.

Nas últimas décadas, com a aplicação dos planos neoliberais receitados pelo FMI e Banco Mundial na América Latina, observamos que o que vem ocorrendo – de forma indissociável da *hegemonia neoliberal* – trata-se, em verdade, de um processo de “recolonização”. A política pró-imperialista de superexploração e pilhagem leva a mudanças nas relações estruturais entre os países latino-americanos e o imperialismo. *Trata-se de mudanças qualitativas na atual relação de dependência, semicolonial, no sentido de uma nova dominação colonial* <sup>(13)</sup>. Esse processo histórico desdobra-se em aspectos econômicos, políticos e militares; expressando-se no aumento extraordinário da dívida externa, da desnacionalização do patrimônio público por meio das privatizações, da dolarização das moedas, da adequação das leis aos ditames do capital transnacional e do controle militar do imperialismo. Os governos vêm aplicando todo este plano de “ajuste” com o argumento de que não há outra saída que não seja o “livre mercado” para a América Latina, tradução *ipse literis* do “there is no alternative” tatcheriano. É aí que nos inserimos na questão do aprofundamento das *contradições estruturais* e dos *limites históricos* das *democracias burguesas da periferia capitalista*, em especial no Brasil. A agudização dos conflitos e antagonismos sociais apresentou-se como resultado da falência da chamada “redemocratização”, bem como da “hegemonia regressiva” das políticas neoliberais impostas por organismos multilaterais tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil: estavam dadas então as condições objetivas que possibilitaram historicamente a criminalização dos conflitos sociais e a respectiva militarização de seu tratamento pelo Estado. É no presente momento histórico, à época limiar do novo século, no qual “ressuscitam” o SNI (Serviço Nacional de Informações) sob a sigla de ABIN (Agência

Brasileira de Inteligência Nacional), surge um ramo da polícia federal especializada em reprimir movimentos sociais, e o Senado propõe realocar as forças armadas para tarefas de polícia e controle civil, etc.; espelhando assim o recrudescimento do imperialismo em nível internacional e a máxima expressão das contradições da crise estrutural do capital; o que se reflete organicamente em “solo nacional” a partir da criminalização jurídico-política e da fascistização dos aparelhos de Estado – que se voltam contra movimentos sociais, organizações estudantis, sindicatos, partidos de esquerda etc. – assim como contra todos e quaisquer setores que se oponham, de alguma forma e em alguma medida, aos estreitos limites da institucionalidade.

Além de considerar o governo executivo como parte orgânica do Estado capitalista – *portanto não apreciado como ordenação societária neutra, mas sim como instância de dominação de classe* –, articulado que está com outros aparelhos estatais tais como o Congresso, o judiciário, as Forças Armadas etc. para conformar a institucionalidade burguesa e garantir a manutenção da Ordem do Capital; verificamos que há um profundo agravante neste regime “democrático” de dominação política, o qual – como veremos a seguir – devemos considerar de forma indivisível em nossa análise, sob o risco de que elidir tal questão pode levar-nos à avaliação de uma “democracia em abstrato”, num exercício de especulação teórica sem evidências empíricas, “chão histórico” ou sustentação real. A partir da *mundialização capitalista* ocorrida nas últimas décadas, “a hegemonia econômica do capital financeiro não encontra base social para estabilizar minimamente a governos e a sistemas políticos cuja instabilidade se incorpora como elemento permanente, entre a flutuação dos capitais financeiros e a perda de legitimidade dos governos, os escândalos políticos e o esvaziamento de poder e de prestígio dos parlamentos. Esta é a democracia que o capitalismo, na sua era neoliberal, trouxe ao mundo” (Sader, 2002). Senão, vejamos:

“Mas, qualifiquemos o problema: que tipo de regime democrático? Nasceu sem liberdades civis plenas, e sacudido pelo terremoto das Diretas em 84, quando cerca de oito milhões de pessoas foram às ruas, correspondendo a quase 20% da população economicamente ativa. Absorveu a crise da derrubada de Collor, depois da irrupção do maior movimento estudantil desde 68, mas sofre uma dificuldade de legitimação crônica diante das massas. À diferença de outros países, no Brasil, a classe dominante tem tido, historicamente, uma dificuldade persistente em ganhar até a classe média, para não falar na maioria do povo, para a defesa do regime. As bases políticas de dominação burguesa através do sufrágio universal, herdeiras do clientelismo rural, depois transportadas para a periferia das grandes regiões metropolitanas, embora existam, são débeis” (Arcary, 2002).

### **Os limites democráticos e as esquerdas: a democracia burguesa e o “vendaval oportunista”**

A contenda acerca da caracterização sobre a *forma de governo* – não podendo ser apreciada a partir das relações jurídico-políticas em si mesmas, nem tampouco através do suposto desenvolvimento “espiritual” de mulheres e homens –, em Marx e Engels, remete-nos necessariamente ao *modo de produção da vida material* que lhe corresponde; sendo que a primeira encontra-se – invariavelmente – sobredeterminada pelo segundo. O que consideramos como *limites democráticos* – sob o *sistema capitalista* – foram explorados e desenvolvidos conceitualmente, desta forma, por diversos autores de inspiração marxista que servem de base e referencial teórico-epistemológico para nossa problematização. Borón (2001) e Wood (2002) – o primeiro reportando-se às formações sociais da América Latina e a segunda tratando dos países de desenvolvimento capitalista avançado – referem-se às *limitações histórico-estruturais* das *democracias burguesas* no sentido de substantivar a “emanação popular do poder” e, simultaneamente, subsumirem-se à necessidade de *sustentar, apoiar e legitimar* a exploração e a opressão econômico-social da imensa maioria da população trabalhadora de seus respectivos Estados capitalistas. Sendo assim, segundo Wood (2002), não se poderia considerar a

“democracia em geral” ou “sem adjetivos”, a qual seria – para Borón (2001) – “inconcebível à margem de uma análise sobre a estrutura e dinâmica do capitalismo latino-americano e, mais detalhadamente, sobre a natureza dos processos de ajuste estrutural e restauração capitalista atualmente em curso em nossa região. Em outras palavras, não tem muito sentido falar da democracia em sua abstração quando em realidade trata-se é de examinar forma, condições e alcances da democratização em sociedades, como a capitalista, que se fundam em princípios constitutivos que lhe são irreconciliavelmente antagônicos”.

A tese diretiva acima delineada constitui um dos eixos norteadores de nosso programa investigativo – “examinar forma, condições e alcances” da democracia burguesa na história social recente do Brasil –, o qual pretendemos desenvolver e precisar através de uma aproximação específica aos sujeitos, ao escopo e ao campo de pesquisa aqui relacionados. Moraes (2001), por sua vez, afirma que “como regime político ou moralidade objetiva de sociedade determinada, a democracia não é universal, como tampouco o são a justiça, a beleza, a paz, quando consideradas não como platônicos paradigmas, mas como formas entranhadas na rudeza material do devir ... pode ser democrático, mas também pode ser oligárquico, plutocrático, burocrático, colonialista etc.”. E continua – polemizando com o conhecido ensaio de Coutinho (2000), “O valor universal da democracia”, sobre o qual discorreremos adiante – “a democracia, como forma de Estado, tampouco é um fim-em-si (‘um valor universal’), e sim um instrumento de dominação política. Os fins a que se subordina esse meio ou instrumento são determinados principalmente pelos interesses de classe”. A presente polêmica sobre os *limites democráticos* – como poderemos conferir à frente – assumiu diversas formas ao longo da história social e política do movimento operário, atravessando as diferentes concepções estratégicas das esquerdas políticas referindo-se centralmente à *noção de Estado que defendem as respectivas correntes e tendências em presença no Brasil e no mundo*. O núcleo central da crítica de Moraes, contudo, parece-nos crucial:

“Da presidência dos Estados Unidos ao secretariado-geral da ONU, a ênfase posta no ‘valor universal da democracia’ confirma que ele corresponde a um consenso ‘quase unânime’, segundo a expressão de Coutinho. Infelizmente, parece-nos que o segredo de tão amplo sucesso está em que ele desarma a crítica à ‘democracia’ realmente existente, apoiada ou resignadamente aceita pela ‘opinião pública’ ocidental e garantida pela máquina de guerra do Pentágono e das forças auxiliares da OTAN, sempre mais aguerridamente genocidas. Sentimos certo incômodo em pertencer a uma quase inexistente minoria. Consola-nos, porém, o velho provérbio: antes só do que mal acompanhado” (Moraes, 2001).

Anderson (1995), por outro lado, lembra que uma das principais publicações, de um dos mais importantes precursores do *neoliberalismo*, Friedrich Hayek – seu famoso ensaio, “O Caminho da Servidão” (1944) – “trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. Numa reação teórica e política contra o *Estado de Bem-Estar Social* que surgia na Europa Ocidental durante o segundo pós-guerra, Hayek convoca os intelectuais que compartilhavam de sua orientação ideológica na Inglaterra e no mundo – “a liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornarem-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir em direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse” – e estes passam a criar, então, nas palavras de Anderson, “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, com o propósito de combater o keynesianismo [...] e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras, para o futuro”. A democracia assim retratada trata-se de mera retórica que se inscreve na defesa da liberdade econômica, da livre-concorrência e das garantias jurídicas de liberdade individual, reduzindo o princípio de soberania popular ao sufrágio universal e este ao direito de escolher uma *griffe* no “mercado político”, análogo à

escolha, nos supermercados, numa marca de sabonete ou desodorante. Saes (1996), debatendo sobre a forma de *democracia limitada* instituída no Brasil pós-1988, trata sobre o que considera suas três principais *limitações históricas*.

“Em primeiro lugar, algumas dessas limitações são sobrevivências do processo de militarização – deflagrado a partir do golpe de 1964 – do aparelho de Estado brasileiro. A Constituição de 1988 continua – fá-lo através do artigo 142 – a superdimensionar o papel político das Forças Armadas; o texto constitucional confere a estas a prerrogativa de intervir politicamente a favor da ‘manutenção da ordem’, genericamente definida, sem que seja necessária a autorização prévia do Congresso. [...] Uma segunda limitação da nova democracia brasileira advém do fato de que o processo constituinte de 1988 reforçou a posição do Executivo, formalmente já devolvido às forças políticas civis, diante do Parlamento, ao dotar o governo de um instrumento de ação legiferante mais poderoso – porque sujeito a condições menos rigorosas – que o antigo decreto-lei: a medida provisória. As decisões fundamentais dos dois últimos governos foram basicamente implementadas através dessa figura jurídica, e não de uma tramitação congressual. [...] A terceira limitação da democracia brasileira de 1988 parece à primeira vista ser uma mera reiteração de uma limitação já presente na ‘democracia populista’ de 1945-1964. Ou seja: não se constituem, num e noutro caso, ‘governos rigorosamente partidários’, o que evidencia a ascendência da burocracia de Estado, genericamente considerada, sobre o processo decisório estatal [...] essa combinação institucional, ao invés de abrir espaço para uma intervenção ‘bonapartista’ da burocracia estatal no processo político, é instrumentalizada pelos segmentos da classe dominante que organizam ativamente a sua hegemonia política no seio do bloco no poder” (Saes, 1996).

Após cerca de vinte anos desde a queda da ditadura civil-militar no país torna-se possível realizar um balanço histórico da democracia capitalista instaurada – e consolidada – no Brasil. A repressão policial-militar age intensa e sistematicamente contra os trabalhadores em luta, os movimentos sociais e a esquerda política que se manifestam – de alguma forma, em alguma medida – contrariamente à institucionalidade burguesa. Seja na forma de criminalização e judicialização dos conflitos e movimentos sociais, seja mediante a coerção direta das polícias civis e militares – além das próprias forças armadas –, através dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado. Quando num país há mais de quinze mil mortes violentas por ano – não-biológicas e não relacionadas à fome – as Nações Unidas consideram que existe uma determinada modalidade de estado de guerra, chamada de “conflito de baixa intensidade” (“low intensive conflict”). No Brasil, segundo o próprio Ministério da Justiça, este número passa dos quarenta mil (Della Santa Barros, 2002). As ocupações urbanas por moradia popular e as ocupações de terras na luta pela reforma agrária – promovidas por sem-tetos e sem-terras, respectivamente – são combatidas com “massacres” e “chacinas” pelo Estado burguês brasileiro. Como exemplo de impunidade, temos o resultado do julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás, considerado “uma traição às esperanças de justiça” pela Anistia Internacional. Os acordos com o FMI – a sua vez –, no Brasil e na América Latina, configuraram-se no verdadeiro terreno decisório privilegiado – para além dos parlamentos, governos de turno ou, ainda mais longinquamente, da “vontade popular” –, o que converte os regimes da região em *democracias burguesas coloniais*, cristalizadas e subsumidas mediante mecanismos e estruturas de natureza diversa – adiante demonstrados – aos organismos multilaterais, ao capital financeiro e ao imperialismo neoliberal. Um deles, sem sombra de dúvida determinante, chama-se ALCA.

“Todos os acordos e obrigações assumidos pelos Estados Nacionais no campo financeiro e comercial estão se sobrepondo à vontade popular e aos poderes nacionais: déficits ou superávits acordados com o FMI são o melhor exemplo disso” (Oliveira, 2003a). “ALCA e democracia”, ainda segundo Oliveira, conformariam “um par implausível”. “A ALCA pode transformar-se numa enorme burla à vontade popular. Ela carrega em si [...] todos os genes

antidemocráticos, por criar um espaço de decisões que está fora da alçada do cidadão comum. Para países como os nossos, que demoraram tanto a construir precárias instituições democráticas, a ALCA pode ser o começo do fim. Comércio nunca casou bem com liberdade. E agora, acreditamos em Papai Noel?” (Oliveira, *idem*). A declaração de George Soros – *megaespeculador financeiro* – diante das eleições presidenciais do Brasil em 2002, não se dá ao acaso, nem num momento qualquer, quando afirma que “os brasileiros podem até escolher o presidente que quiserem”, mas, as decisões que lhes dizem respeito, *seriam tomadas fora do país*. Como veremos à frente, o Governo Lula-Alencar, eleito mediante amplo voto popular, só fez continuar e aprofundar a hegemonia neoliberal e, simultaneamente, fortalecer o regime “democrático” de dominação política sobre as classes trabalhadoras. Desta forma – segundo argumentação que desenvolveremos adiante – a hegemonia regressiva do neoliberalismo demonstrou-se infensa à alternância de partidos no poder e, ademais, simbioticamente relacionada aos mecanismos institucionais de representação política da democracia burguesa do país. “Quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seus quadros os homens mais valiosos das classes dominadas” – afirmou Marx (1999) n’*O Capital* – “tanto mais sólido e perigoso é seu domínio”.

#### **“Um vendaval oportunista percorre o mundo”**

As tendências e coordenadas históricas atuantes no *processo de adaptação das esquerdas à democracia burguesa* não se restringe, contudo, ao PT ou mesmo ao Brasil. Referindo-se aos caminhos e descaminhos das esquerdas de perspectiva reformista e até mesmo os revolucionários, Hernández afirmou que “um vendaval oportunista percorre o mundo” após a restauração capitalista no Leste Europeu (Hernández, 2004). À diferença que os marcos internacionais marcam, no momento de ascensão operária no qual surge o PT no Brasil, um processo de refluxo e derrotas dos trabalhadores nos países de capital central. Durante o intervalo de vinte e dois anos que separa a fundação do PT e a eleição de Lula ao governo executivo do Estado brasileiro “muitas águas rolaram”. Um processo histórico que só pode ser compreendido, conforme Marx, como “rica totalidade de determinações e relações diversas”. Operando de acordo com o procedimento metodológico proposto por Anderson (1987), através da mediação conceitual de “coordenadas históricas” – quais sejam, as principais tendências que se apresentam num fenômeno histórico, político e cultural, em um determinado momento histórico, *para além das incidências ocasionais e acessórias* –, observamos como se configuram historicamente a institucionalização e burocratização sindical e política das esquerdas, o refluxo dos movimentos e lutas sociais urbanas, a ofensiva burguesa através das políticas neoliberais e do dito *pensée unique*, bem como a mundialização do capital e do anticomunismo pós-restauração capitalista do Leste Europeu.

Neste devir histórico, apresentam-se como determinações fundamentais e mediações concretas os sucessivos êxitos eleitorais do PT, a concentração de esforços nucleares para a via institucional em torno a cargos parlamentares e executivos assim como o afastamento das lutas sociais diretas, sindicais e políticas, protagonizadas quotidianamente pelo povo trabalhador brasileiro – nas ruas, no campo, nos lugares de trabalho etc. – desde o final dos anos 80, durante a década “neoliberal” de 1990 e até os dias de hoje, quando estas sofreram considerável refluxo. As práticas e orientações acima mencionadas vão ganhando terreno, *conquistando mentes e corações* – diria Lenine –, até se elevarem a estatuto teórico mediante diferentes formulações políticas, ideológicas e organizativas durante a história social do movimento operário do Brasil; desde a década de 1950 – em tendências históricas configuradas em partidos de esquerda, instituições políticas e correntes ideológicas – cujos desdobramentos verificaremos mais à frente – até, mais recentemente, através da tese

ordenada de forma coerente e sistematizada no texto “A democracia como valor universal” (Coutinho, 2000). Considerado como síntese significativa – certamente não a única, nem mesmo a principal ou, tampouco, a primeira e/ou mais importante versão disponível – de práticas e discursos consolidados na história política do movimento operário nacional e internacional, o ensaio de Coutinho serve-nos de ponto de partida para nossas considerações, haja vista as palavras do próprio autor, transcritas subseqüentemente.

“Votei em Gabeira, em 1986. Foi a primeira vez que votei no PT. E desde então comecei a namorar o PT, mesmo achando-o ainda sectário. Meu espírito ‘aliancista’, que vinha do PCB, de certo modo se manteve, mas achei que era importante entrar no PT e travar uma luta interna, o que fiz em 1989. Queria ser o chato democrático dentro do PT, queria levar para o partido a discussão que eu havia proposto em meu ensaio ‘A democracia como valor universal’” (Coutinho citado por Almeida, 2004).

O que claramente se apresenta na exposição de Coutinho trata-se de uma concepção supostamente “ampliada” do Estado, em combate cerrado à noção apresentada no *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, no qual a instituição estatal moderna é apreciada como o “comitê executivo dos negócios comuns da classe burguesa como um todo”. Apoiando-se em *determinada leitura* dos conceitos de “orientalidade” e “ocidentalidade” em Gramsci, afirma que houve uma alteração significativa na natureza de classe e nos limites estruturais dos Estados capitalistas “ocidentais”, a qual teria determinado “uma mudança substantiva na estratégia do movimento operário e socialista” a partir da segunda metade do séc. XIX. A concepção marxiana de Estado, ideologia e luta de classes – desde o conjunto de teses diretivas e conceitos teórico-políticos na qual se apoiava – partia, segundo Coutinho, de uma caracterização “restritiva” do Estado em função de que “a luta de classes lhes parecia [a Marx e Engels, em 1848] como a guerra civil mais ou menos oculta [...], até o ponto em que ela explode em revolução aberta e o proletariado funda seu domínio através da derrubada violenta da burguesia”. A partir da “ampliação do Estado” e da “socialização da política” ocorridas no Brasil – na suposta transição da sociedade brasileira da “orientalidade” à “ocidentalidade” – a *estratégia revolucionária* prevista no *Manifesto* teria se tornado “anacrônica”. A dita *sociedade civil* <sup>(14)</sup> – *proletariado e burguesia irmanados na luta contra a burocracia estatal*, como já satirizou Moraes – é agora vista como espaço privilegiado para a luta por transformações sociais e os aparelhos de Estado – parlamento, executivo etc. –, como abertos para as demandas sociais operárias e populares e “permeáveis à ação das forças em conflito”, ainda que sob hegemonia burguesa.

Se em Gramsci de fato há uma *démarche* político-epistemológica que o permite evitar o reducionismo de uma definição de Estado restrita aos aparelhos repressivos (“hegemonia encouraçada de coerção”), Coutinho não a concebe até suas últimas conseqüências. O aspecto dual do Estado, que na acepção gramsciana o assemelharia ao *Centauro maquiavélico*, meio homem e meio animal, enfim: *força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil* – em última instância, revelando noutras palavras a significação derradeira da antítese gramsciana proposta entre Estado-coerção e Estado-consenso – tratar-se-ia, por fim, de “violência e fraude” (Bianchi, s/d.). A aferição de *valoração de alcance histórico-universal* à democracia “sem adjetivos” em Coutinho visa, em seus desdobramentos práticos, privilegiar a institucionalidade burguesa na “luta pelo socialismo”, demarcar um campo de alianças políticas entre o proletariado e setores burgueses pretensamente “democráticos” e perpetuar a abstração moderna de “democracia” para o horizonte de sociedades “pós-capitalistas”. Não mais se trataria de destruir o Estado burguês, *mas de reformá-lo por dentro*. O que nos interessa desvelar, enquanto centralidade analítica, pode ser sintetizado na seguinte questão: quais são as condições objetivas que sustentam a

“alteração significativa” do Estado burguês e, conseqüentemente, a “mudança substantiva” da estratégia operária-socialista? Em Marx e Engels, o aumento da margem de lucro – condição para a reprodução ampliada do capital – “teria como contrapartida a redução do salário do trabalhador [pauperização absoluta]. O único meio que restaria para este último para garantir sua sobrevivência [...], seria derrubar o capitalismo...”. Já na leitura peculiar de Coutinho:

“[...] esta situação se alterou radicalmente na segunda metade do século XIX e, em particular, no século XX. A base econômica dessa mudança foi dada pelo aumento da produtividade do trabalho (resultado, em grande parte, das lutas operárias por melhores salários), o que levou a que a exploração do trabalho passasse a ser feita, sobretudo, pela extração da mais-valia relativa; isto permite um aumento simultâneo de lucros e salários e, por conseguinte, abre espaço para negociações e ‘concessões’. O processo de democratização a que antes aludimos é um dos resultados que essa nova forma de luta de classes produziu no terreno político-institucional” (Coutinho, 2000).

A perspectiva aliancista parte, portanto, *do rechaço da centralidade da teoria marxista do valor-trabalho e do antagonismo estrutural entre as classes fundamentais* – ou seja, (i) a acumulação capitalista não mais se basearia essencialmente na extração de trabalho excedente e, por outro, (ii) despossuídos e proprietários não mais se negariam mutuamente mediante a luta por interesses contraditórios – *para a análise do capitalismo contemporâneo*. As últimas décadas de arrocho salarial, desregulamentação trabalhista, supressão de direitos históricos e desemprego estrutural para a *classe-que-vive-do-próprio-trabalho* do presente estágio do capitalismo – anteriormente comentadas – faz com que a argumentação “democrática”, de tão “sólida”, desvaneça-se no ar. A querela sobre a natureza e o caráter do Estado, por sua vez, divide concepções e práticas na história social do movimento operário, como já se disse, desde o séc. XIX e se resume, grosso modo, à noção de que – por um lado – a função social do Estado (i) refere-se *exclusivamente à ordenação, articulação e defesa dos interesses/necessidades das classes dominantes* ou, por outro, (ii) *exerce papel socialmente mais geral e/ou historicamente mais amplo*. Segundo Boito Jr. (2000), é possível verificar ambas as acepções em diferentes momentos da obra do mesmo Friedrich Engels. “Na sua obra ‘Anti-Dühring’ Engels atribui ao Estado, além da função de organizar a dominação de classe, uma função social supraclassista, diferentemente do que fará, mais tarde, na sua conhecida obra ‘A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado’, na qual a função classista do Estado determina todo seu funcionamento. Seguindo a primeira concepção de Engels, toda sociedade, inclusive as sociedades sem classes, deveriam possuir algum tipo de organização estatal; enquanto que da segunda concepção pode-se deduzir a idéia de que uma sociedade sem classes seria, também, uma sociedade sem Estado” (Boito Jr., idem).

Os desdobramentos e conseqüências subseqüentes nas práticas políticas do movimento socialista operário do séc. XX indicados pelo autor, mais além de exemplares, falam por si sós. No primeiro caso, no qual se atribui ao Estado “uma função social geral” – diga-se, *supraclassista e a-histórica* –, tem-se a *defesa da perenidade* [do Estado], tese seguida pela *social-democracia alemã e II Internacional* (Gorender, 1987). No segundo – enquanto “caracterização estrita do Estado como uma instituição particularista, de classe” (Boito Jr., ibidem) –, encontra-se a *reivindicação do perecimento* [do Estado], tradição cultivada pelos *bolcheviques russos e III Internacional*, antes da década de 1930, e – posteriormente, até os dias correntes – pela *Oposição Internacional de Esquerda*, seguida pela *IV Internacional*. O voto favorável aos créditos de guerra pela social-democracia alemã enquanto apoio social-chauvinista à burguesia imperialista por um lado e a consigna de “guerra à guerra” defendida pela ala esquerda da II Internacional, configuraram a ruptura histórica. Contudo, não se pode projetar uma transposição direta e mecanicista para a sociedade brasileira de uma polêmica que – se bem apresentou expressão internacional – teve seu próprio desenvolvimento histórico

no país, o qual pretendemos analisar oportunamente. A enunciação que nos serve de eixo norteador, de qualquer forma, parte da caracterização que a *democracia burguesa* – regime determinado de ordenação política e forma histórica de articulação entre instituições e aparelhos estatais – foi/é a “fórmula mais conveniente” (Lenine, 1979c) encontrada pelas classes proprietárias para exercer seu domínio através do Estado capitalista, mantendo afastadas as massas proletárias – *ocupadas prioritariamente em reproduzir suas próprias existências* – da prática política, “no fundo ela não passa nunca de uma democracia de uma minoria, das classes possuidoras, dos ricos”. “A liberdade na sociedade capitalista continua sempre a ser, mais ou menos, o que foi nas repúblicas da Grécia antiga: uma liberdade de senhores fundada na escravidão” (Lenine, idem).

## **ALCA e Recolonização; Anticapitalismo e Antiimperialismo no séc. XXI**

O projeto de *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA) configura-se como proposta de zona hemisférica de “livre comércio” entre os países das Américas formulada pelos Estados Unidos, abrangendo todos os trinta e quatro Estados que constituem o território continental – do sul da Argentina ao norte do Canadá –, excetuando-se Cuba, *exigência dos EUA*. O projeto ALCA tem origem em proposta lançada em 1990 pelo então presidente norte-americano George Bush, à época conhecida como *Iniciativa para as Américas* ou *Enterprise for the Americas Initiative* (EAI), cujo objetivo central tratava-se de estabelecer uma zona hemisférica de livre comércio que abrangesse os territórios do extremo Alasca à Terra do Fogo. O início do texto de intervenção do então presidente estadunidense Bush “pai”, em 27 de junho de 1990, não poderia ser mais sintomático do ponto de vista de seu discurso; associando *liberdade, democracia e mercado* de forma indissolúvel; remetendo-se simultaneamente à *restauração capitalista do Leste Europeu* e às *transições à democracia na América Latina* e, ainda, comparando-as – reafirmando a necessidade de voltar a atenção dos EUA às relações “intra-hemisféricas”, priorizando-as – e, por fim, destacando a importância dos mecanismos institucionais de representação política e dos “novos líderes” que emergiram “apoiados na força do mandato popular”, enquanto expressões inequívocas das “positivas mudanças” ocorridas durante a segunda metade da década de 1980. A derradeira menção à oposição entre Karl Marx e Adam Smith – por intermédio da citação ao títere ex-presidente colombiano, Virgílio Barco – é, como se pode observar, visivelmente decisiva. Senão, vejamos.

“Nos doze meses passados, todos nós – desde o homem na Casa Branca até o homem da rua – ficaram fascinados pelas tremendas mudanças, positivas mudanças, que tiveram lugar no mundo. A liberdade teve grandes êxitos, não só no Leste Europeu como também aqui na América. Vimos um ressurgimento das regras democráticas, um fluxo de democracia nunca antes visto na história deste hemisfério. Com uma exceção – Cuba – a transição à democracia está chegando a sua consumação, e todos podemos sentir a emoção de não estar longe o dia em que Cuba juntar-se-á às democracias do mundo, fazendo com que a América seja totalmente livre. A transformação política que está limpando a América Latina e o Caribe tem um paralelo na esfera econômica. Através da região, as nações estão distanciando-se das políticas econômicas estatistas que sufocavam o crescimento, e estão agora buscando o poder do livre-mercado para ajudar seu hemisfério a realizar seu potencial para o progresso. Novos líderes emergiram apoiados pela força do mandato popular, líderes que entendem que o futuro da América Latina consiste em governos livres e mercados livres. Nas palavras de um valente líder colombiano, o presidente Virgílio Barco, ‘a longa luta entre Karl Marx e Adam Smith está, finalmente, chegando a seu término’ com o ‘reconhecimento [...] que economias abertas e com acesso aos mercados podem dirigir o progresso social’” (Bush, 1990).

Já em 1994, a partir da *I Cúpula das Américas*, seu sucessor Bill Clinton trata de concretizá-la em Miami, diante de trinta e quatro líderes das Américas do Sul, Central e do

Norte presentes à ocasião <sup>(15)</sup>. A partir de 1998, quando da *II Cúpula das Américas* realizada em Santiago do Chile, retoma-se o tema com maior intensidade e se forma a estrutura das negociações. Criam-se então nove Grupos de Trabalho (GTs), contando com presidência rotativa de dezoito meses – *serviços; investimentos; contratos públicos governamentais; acesso a mercados; agricultura; direitos de propriedade intelectual; subsídios, antidumping e direitos de compensação; política de concorrência e resolução de conflitos* –, além de um Comitê de Negociações Comerciais (CNC), composto pelos respectivos vice-ministros dos países envolvidos. Neste íterim foi criada uma comissão tripartite entre BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), CEPAL-ONU (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas) e OEA (Organização dos Estados Americanos) para subsidiar analiticamente e assessorar tecnicamente os processos de negociação. Nos anos de 1999, 2000 e 2001 ocorrem diversas reuniões de comitês ministeriais, GTs e comissões especiais, predominantemente em Miami – para onde se deslocaram centenas de negociadores – mas é a partir de 2002 e 2003 que se acirram as negociações. Com uma população de 800 milhões de pessoas, um *Produto Interno Bruto* (PIB) de 11 trilhões de dólares e uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta, a ALCA seria a *maior zona de livre comércio do mundo*, com desdobramentos – mais além do “livre-comércio” – que atingiriam, sob diversas mediações e em angulações várias, praticamente *todos os aspectos da produção e reprodução da vida cotidiana deste amplíssimo contingente populacional*. Mais além da redução das barreiras comerciais, alfandegárias ou não, objetiva-se através deste projeto a liberalização absoluta de leis, normas e regulamentações nacionais, “de modo a abrir novos nichos de mercado em áreas até então predominantemente estatais, como educação, cultura, previdência, saúde e meio ambiente” (Leher, 2003). Trata-se de um acordo que, ao fim e ao cabo, prima essencialmente por “assegurar a supraterritorialidade ao grande capital, no relativo à exportação-importação de capitais, tecnologias e mercadorias para o Brasil, o grande e incofessado objeto de desejo dos promotores da ALCA” (Coggiola, 2004).

A ALCA apresenta-se no bojo duma *reconfiguração sistêmica* que visa *sanear a crise estrutural-capitalista* que se arrasta desde a década de 70 do século passado, intensificada pela concorrência interimperialista européia e asiática sofrida pelos EUA, no sentido de – no lastro de iniciativas como a liberalização comercial determinada pela *Organização Mundial do Comércio* (OMC), zonas livre-cambistas como o *North-American Free Trade Agreement* (NAFTA), contra-reformas neoliberais (como a *previdenciária, a tributária e a trabalhista*) e a dilatação das *condições de reprodução ampliada do capital monopolista* previstas no *Acordo Multilateral de Investimentos* (AMI), tais como a subjugação da legislação trabalhista e sócio-ambiental à lógica do mercado – recompor a taxa de exploração de mais-valia através de um domínio articulado pelo mundo do capital em benefício da elevação dos padrões de acumulação, concentração e expansão imperialista nas Américas. A gênese e desenvolvimento do projeto de Área de Livre Comércio das Américas inserem-se num marco de contra-ofensiva imperialista da supremacia capitalista norte-americana que envolve múltiplas determinações econômicas, políticas e militares circunscritas a coordenadas histórico-estruturais relacionadas ideologicamente ao período pós-guerra fria e materialmente vinculadas à crise de acumulação e reprodução capitalista. Não é por acaso que os movimentos sociais, sindicais e políticos de esquerda desenvolvem na América Latina uma campanha internacional que se opõe – de forma organicamente articulada – à ALCA [e ao “livre-comércio” em geral], ao pagamento da dívida externa e à militarização das Américas.

É neste contexto que se insere, pensamos, a redução das tarifas aduaneiras dos países industrializados e a abertura comercial dos países dependentes a partir da Rodada Uruguai do

*Acordo Geral de Tarifas e Comércio* derivado das conferências de *Bretton Woods* (GATT, sigla em inglês pela qual é conhecido o acordo citado, concluído em 1994), a crescente supremacia do critério de “reciprocidade” em detrimento do “tratamento diferenciado” às nações atrasadas no comércio exterior e a subsequente criação da OMC. Em sua imediatividade, *trata-se da mercantilização absoluta da totalidade das diversas esferas e dimensões da vida social*, expandindo a reprodução ampliada da acumulação capitalista para campos antes monopolizados pelo Estado e incorporando-as ainda mais estreitamente ao *circuito imediato de circulação de mercadorias*. Na caracterização real do que se trata em tal “acordo”, ninguém melhor que o próprio general Colin Powell, dirigindo-se ao Congresso dos EUA, explicitando desta forma sua natureza de *saque, rapina e pilhagem*: “com a ALCA nosso objetivo é garantir para as empresas norte-americanas o controle de um território do Ártico à Antártida, com livre acesso em todo Hemisfério, sem nenhum obstáculo ou dificuldade para os nossos produtos, serviços, tecnologia e capital” (Powell citado por CNCA, 2002). Enquanto Bush, referindo-se à necessidade de aprovação pelo mesmo congresso da “Via Rápida” para negociar a ALCA, disse: “juntos impulsionaremos a agenda do livre-comércio dos Estados Unidos, promoveremos a prosperidade dos Estados Unidos, o progresso em nosso hemisfério e a liberdade em todo o mundo... abriremos novos mercados [...] a meta será criar acordos comerciais que promovam nossos produtos, ajudem aos nossos agricultores e encarrilhe de novo nossa economia... a lei servirá para fomentar o desenvolvimento no mundo e conjurar o terrorismo”.

Desde o início, as multinacionais, associações patronais e grupos de assessoria correlatos foram parte integrante do processo de negociação, sendo que nos EUA diversos comitês empresariais orientam os negociadores americanos e mais de quinhentos representantes empresariais têm acesso a documentos de negociação da ALCA. Em abril de 2001, ocorreu a *VI Reunião dos Ministros Responsáveis pelo Comércio no Hemisfério*, representando os trinta e quatro países que participam da negociação da ALCA. Em declaração conjunta, no final do encontro, afirmaram: “acreditamos na importância da liberalização do comércio, tanto no nível mundial quanto no nível regional, para gerar crescimento econômico e prosperidade no Hemisfério. Nesse sentido, consideramos importante fortalecimento dos processos de integração em andamento, os quais podem facilitar a consecução de uma integração hemisférica plena. Reafirmamos nosso compromisso com um sistema de comércio mundial mais aberto e equilibrado e entendemos que as negociações da ALCA facilitarão a consecução desse objetivo”. Em documento, os ministros orientam os grupos de negociação sobre como avançar durante 2002 – na elaboração dos textos que fazem parte da ALCA – em cada área específica. A *VII Reunião de Ministros* ocorreu em outubro de 2002, em Quito, no Equador. Ainda em abril de 2001, ocorreu a *III Cúpula das Américas*, em Quebec, Canadá, da qual participaram chefes de Estado e de governo das Américas. Afirmaram à época: “acolhemos o significativo progresso até agora alcançado para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), incluindo a elaboração de um projeto preliminar de acordo ALCA. Como ficou acordado na Cúpula de Miami, o livre comércio, sem subsídio em práticas desleais, associado a um crescente fluxo de investimentos produtivos e a uma maior integração econômica, promoverá a prosperidade regional, permitindo, assim, o aumento do padrão de vida, a melhoria das condições de trabalho dos povos das Américas e melhor proteção do meio ambiente”. E, ainda, acrescentaram: “instruímos nossos ministros a assegurar que as negociações do Acordo ALCA sejam concluídas, o mais tardar, em janeiro de 2005, para buscar sua entrada em vigor o quanto antes, até, no máximo, dezembro de 2005. Esse será um elemento-chave na criação do crescimento econômico e prosperidade no Hemisfério, que contribuirá para a realização dos amplos objetivos da Cúpula”. Os objetivos dos EUA apontavam claramente, então, para a perspectiva da aprovação de seus termos ainda em 2002,

vigorando – se cumpridas suas expectativas – o acordo já a partir de 2003, na *IV Cúpula das Américas*, em Buenos Aires, Argentina (CNCA, 2002). A negociação baseia-se no *single undertaking*, de resoluções “em bloco”.

O NAFTA, por sua vez, enquanto “antecedente direto da ALCA” em nível norte-americano (Estados Unidos, Canadá e México), sintetizava os interesses/necessidades estadunidenses em termos de serviços, propriedade intelectual, setor agrícola e investimentos; mais precisamente: “(i) extensões do GATT para exigir certos níveis mínimos de proteção aos Direitos de Propriedade Intelectual; (ii) extensões do GATT para cobrir as inversões; (iii) extensões ao GATT para cobrir os serviços; (iv) mecanismo mais eficaz para a solução de controvérsias; (v) regime legal mais estrito para limitar subsídios e *dumpings*; (vi) limites mais estreitos para as exceções aos requerimentos das concessões do GATT aos países em desenvolvimento; (vii) fortalecimento da cobertura do GATT para produtos agrícolas” (Valle citado por Estay, 2001). O capítulo XI deste acordo prevê o reconhecimento de corporações capitalistas como sujeitos de direito internacional equivalentes a Estados nacionais, facultando às mesmas recorrer a *painéis arbitrais* dirigidos pelo Banco Mundial, caso julgarem qualquer prejuízo ou obstrução à margem de lucro. Um exemplo cabal de sua “imparcialidade” ocorreu entre a empresa estadunidense Metalclad Co. e o município mexicano de San Luis de Potosí. A população da cidade manifestou-se contra o armazenamento irregular de lixo tóxico, logrando a proibição da prefeitura para a continuidade do despejo. A querela, resolvida por painel arbitral, terminou por revogar a decisão e, ainda, exigir a indenização de US\$ 18 milhões à empresa citada. Primeiramente cabe-nos ressaltar que existe uma divisão internacional do trabalho, aprofundada nas últimas décadas e que, como já foi dito, as relações exteriores expressam-se como *relações de classe*. O que geralmente se considera como países “centrais” ou “periféricos” do sistema mundial inter-Estados reflete, de maneira reducionista, o que Lenine compreendia como o *estágio imperialista da Ordem do Capital*, conceito marxista o qual, mais adiante, pretendemos equacionar junto à história política e econômica recente do *capitalismo contemporâneo*. Neste marco se localiza a contradição estrutural evidenciada pela reconversão das forças armadas de países como o Brasil em “instrumento de preservação da segurança interior”, por mais que contrarie explícita e frontalmente as disposições legais/constitucionais vigentes sobre atribuições militares; ou, tanto pior, *quando estas funções perfazem o marco jurídico-político estatal*.

Desta forma, simplificando absolutamente, países imperialistas como EUA, Canadá, França, Alemanha e Japão dominam as relações internacionais nas arenas econômicas, políticas e/ou militares com países periféricos – e semicoloniais – como México, Brasil, Polônia, Grécia e Cingapura; para ficarmos com alguns exemplos bastante gráficos. O processo de *reestruturação capitalista sob hegemonia do capital financeiro internacional* que se inicia a partir do último quartel do século passado se expressa cabalmente na “Rodada Uruguai” e na extensão do GATT em termos de direitos de propriedade intelectual, investimentos externos, setor de serviços, resolução de controvérsias, limitação *anti-dumping* de subsídios à produção, estreitamento das regras de exceção para países subdesenvolvidos e, *last but not least*, comércio agrícola. A partir do acordo bilateral EUA-Canadá se amplia e intensifica o grau de liberalização do comércio e dos investimentos exigindo-se do México, no processo de negociação do NAFTA, “assuntos não-resolvidos” como *propriedade intelectual e disposições sobre investimentos*. Neste sentido parece-nos que as contradições mais profundas existentes neste processo histórico impossibilitam qualquer apreciação abstrata sobre o que seriam os interesses “nacionais” do México – já que ficamos com este exemplo – neste acordo, haja vista que os *ajustes estruturais, a abertura comercial e a reestruturação produtiva* não podem ser

considerados em detrimento das necessidades estratégicas do capital internacional hegemonicamente estadunidense lastreado na burguesia mexicana, organicamente pró-imperialista. O referido contexto ideológico pré-ALCA – e seu respectivo substrato histórico – são assim enunciados por Estay (2001).

“Já desde os primeiros chamados a formar a ‘Zona Hemisférica de Livre Comércio’, os princípios de caráter ideológico se fizeram claramente presentes na proposta; se bem se tratava de princípios aplicados já não prioritariamente ao terreno da luta contra o ‘comunismo’, senão ao terreno da economia – livre funcionamento dos mercados – e a outros aspectos nos quais os EUA definiam o ‘dever ser’ de nossos países, como são os problemas ambientais, os direitos humanos e a luta contra o narcotráfico. Em seus componentes econômicos, essa intenção fortemente prescritiva aos supostos ‘sócios’ foi-se afinando durante os governos de Clinton e através das negociações da ALCA, até chegar a se plasmar nos chamados ‘critérios de elegibilidade’ que deveriam ser cobertos para poder participar no acordo: funcionamento econômico orientado para o mercado; acesso ‘justo e equitativo’ para as mercadorias e capitais estadunidenses; políticas macro-econômicas estáveis; capacidade institucional para cumprir os compromissos contraídos; aceitação para que em temas trabalhistas e ambientais apliquem-se critérios semelhantes aos do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA); e, não-exigência de tratamento preferencial por parte dos países atrasados. Nos fatos, são esses os critérios que predominaram quase sem travas, a tal ponto que do lado latino-americano o ‘esforço negociador’ da maioria dos governos da região se limitou quase unicamente a aceitá-los, a identificar as melhores maneiras para se adequar a eles e a tratar de escalar posições na lista de países que foram sendo incorporados à ALCA” (Estay, 2001).

Não obstante as distâncias teórico-políticas, desacordos táticos e antagonismos estratégicos no seio das esquerdas no Brasil podemos alegar, sem maiores ressalvas, que a convergência em torno à natureza *anexionista*, *neocolonialista* e *imperialista* da ALCA – caracterizada nestes termos, *ipse literis*, pela absoluta maioria das correntes e *tendências* <sup>(16)</sup> social-democráticas e socialistas do movimento operário e popular, *ao menos até a campanha eleitoral da Frente Popular Lula-Presidente* – era *aparentemente consensual*, inclusive entre setores tão-somente nacionalistas da diplomacia brasileira, como o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, para quem a ALCA trata-se de uma forma de “recolonizar o Brasil e os demais países”. As determinações materiais e fenômenos ideológicos que demarcam a configuração de tal proposta inserem-se histórica e estruturalmente junto à *hegemonia neoliberal* do império norte-americano – e à *crise estrutural do capital*, sob *comando do capital financeiro* – que caracterizou o capitalismo mundial nas últimas três décadas (Anderson, 1995; Mézáros, 2000 e Chesnais, 2001). As coordenadas histórico-estruturais que delimitam e determinam as formações econômico-sociais da América Latina situam seus diversos países – Estados nacionais e sociedades civis-burguesas – com diferenciações em termos de ritmos, situações e intensidades, num processo aqui entendido como *recolonização imperialista*, sobredeterminado pela supremacia capitalista estadunidense sobre o subcontinente. “Arrisquemos o argumento, resumidamente: o Brasil vive uma encruzilhada histórica que o colocará, mais cedo ou mais tarde, diante de dois dilemas irredutíveis. Mantidas as negociações da ALCA, o país será reduzido à condição de colônia, isto é, terá um estatuto no mercado mundial ainda mais dependente que no período do pós-guerra. Se diminuído a uma condição neocolonial, porque dependente de uma inserção ainda mais vulnerável no sistema mundial inter-Estados e no mercado mundial, a contradição entre a regressão econômica, com suas inevitáveis seqüelas sociais de um lado, e a forma democrático-liberal do regime de dominação política, tal como o conhecemos, do outro, pode se demonstrar insustentável” (Arcary, 2002).

Consideramos o conceito de *recolonização imperialista* situando-o em estreita sintonia com determinada configuração histórica assumida pela época imperialista do desenvolvimento

capitalista mundial no último quartel do século passado e se recrudescendo no início do século XXI, em especial após os processos de restauração capitalista ocorridos no Leste Europeu e na ex-URSS, na esteira da implementação das políticas neoliberais nos países capitalistas centrais e periféricos e, para todos os efeitos, relacionada organicamente ao que compreendemos – de forma genérica – por *neoliberalismo* e “reestruturação produtiva”. O FMI e o imperialismo vêm operando nitidamente no sentido de transformar esta ordenação societal numa “democracia burguesa colonial”, qual seja: *impondo leis, agências reguladoras, blindagens orçamentárias e inclusive exigindo a independência do Banco Central, objetivando assim sobredeterminar o controle absoluto do Estado e seus recursos*. Em termos reais, apresenta-se como objetivo estratégico uma “drenagem” cada vez maior das riquezas socialmente produzidas pelos trabalhadores para os banqueiros internacionais, as multinacionais e a burguesia brasileira. Trata-se de uma tendência de abrangência histórico-regressiva que se objetiva como retrocesso das economias nacionais dependentes-periféricas à situação anterior à segunda guerra; ou mesmo – numa perspectiva de mais longo alcance – ao nível de subsunção político-econômica aos países dominantes, características do século XIX, período anterior aos processos de independência e soberania nacional, quando ainda eram colônias de metrópoles como Espanha, Portugal, Inglaterra e Holanda; como parte do processo conhecido como *acumulação primitiva de capital*. Ainda, não nos parece fato de segunda importância que os trabalhadores em luta, os movimentos sociais e as esquerdas políticas engajados na luta anti-ALCA utilizem-se de expressões tais como *recolonização, neocolonialismo e anexação* para caracterizar o que consideram como *estratégias imperialistas de dominação contemporânea da Ordem do Capital*. O próprio conceito de *imperialismo* torna-se imprescindível e ressurgue como categoria histórico-analítica – em suas dimensões política, econômica, militar e ideológica – após quase uma década de silenciamento imposta pela *ofensiva burguesa* da ideologia dominante, a qual apregoava aos quatro ventos o (pré)suposto “fim da história”. O processo de *recolonização imperialista* pode ser verificado enquanto *tendência histórica* em marcha, caracterizada pela agudização/exacerbação das características mais degradantes e parasitárias do *imperialismo moderno*. Seu aspecto contra-revolucionário – elidido pelo discurso liberal que constitui historicamente a justificação ideológica das incursões econômicas, políticas, militares, diplomáticas e culturais do imperialismo norte-americano – vem à tona sem disfarces em suas cláusulas preventivas quando se proíbe a expropriação/nacionalização de “investimentos” estrangeiros (art. 13) – exceto em casos de interesse público, fato previsto como de *indenização imediata* – ou na garantia de ressarcimento dos prejuízos em investimentos internacionais decorrentes de “guerra, conflito armado, revolta, estado de emergência nacional, insurreição ou motim”, previstos nestes termos na ALCA.

Consideramos também a invasão do Iraque, os tratados de “livre-comércio” – em seus aspectos gerais –, o mecanismo da dívida externa, os *ajustes estruturais* e a militarização da América Latina como processos articulados, *desigual e simultaneamente*, nos marcos da *recolonização imperialista*. Neste quadrante histórico e a partir de seus principais condicionantes, consideramos que a ALCA afirma-se como projeto político e econômico da *reconfiguração histórico-contemporânea do capital imperialista* e máxima expressão de – se alcançado, derrotando assim a resistência de trabalhadores urbanos, rurais e camponeses pobres – desprovemento de qualquer grau de soberania nacional ainda existente no Brasil e em toda América Latina. Porém, o desafio teórico de maior amplitude – e que *incorpora, articula e ordena* as demais mediações presentes no movimento de *discernimento, descrição e explicação* do real contraditório e em movimento – *trata-se de compreender a ALCA desde um marco mais amplo de totalidade histórica, qual seja, de subsunção real e formal do trabalho social ao capital monopolista, nas formações econômico-sociais específicas e em sua*

*generalidade no modo de produção capitalista, internacionalmente dominante*. Sobretudo, a configuração que assume enquanto lógica destrutiva e *marco material, ideológico e jurídico-político de superexploração da classe-que-vive-do-próprio-trabalho* como resposta (capitalista) à *crise estrutural do capital*. A aparente diversidade do acordo oculta o aspecto fundamental de unicidade simbiótica entre trabalho, ciência, tecnologia e recursos naturais na extração de mais-valia na forma histórica de acumulação de capital balizada na nova divisão internacional do trabalho.

#### **Pós-11 de setembro de 2001: “Via Rápida”, Militarização e Guerras (declaradas ou não)**

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 serviram por sua vez, sob a justificativa ideológica de “combate ao terrorismo”, para que os EUA acionassem uma série de medidas de dominação econômica, política e militar em relação ao Oriente Médio – inicialmente a Guerra do Afeganistão foi o exemplo mais cabal – e à América Latina, como, por exemplo, o Plano Colômbia e a Iniciativa para a Região Andina. Neste dia, as torres gêmeas do gigantesco edifício comercial World Trade Center, na cidade estadunidense de Nova Iorque, assim como parte do maior complexo militar dos EUA, o Pentágono de Washington D.C., foram destruídos; as primeiras pela colisão de um avião civil de passageiros – seqüestrado em meio a um ataque suicida –, e o segundo, provavelmente, por uma explosão interna. Supõe-se que o terceiro objetivo seria a Casa Branca, numa orquestração contra os principais signos de sustentação do capitalismo imperialista norte-americano em sua supremacia econômica, militar e política, respectivamente. O Pentágono prontamente acusou a rede terrorista Al Qaeda – com sede no Afeganistão e sob liderança de Osama Bin Laden, ex-aliado dos EUA no embate com a ex-URSS –, de ter protagonizado os atentados (Della Santa Barros, 2001). Em seguida, promoveu uma ofensiva militar genocida contra o povo afegão, recrutando as forças armadas de dezenas de países sob a mistificação da “guerra contra o terror”.

O recrudescimento do imperialismo norte-americano pode ser comprovado em suas dimensões econômica, política e militar; sendo que sua expressão mais significativa hoje pode ser representada pela Doutrina Bush de “Guerra Preventiva” e a ofensiva militar de milhares de tropas de EUA e Inglaterra ao Golfo Pérsico, pela ocupação neocolonialista do Iraque e mediante os “planos de paz” impostos por Israel e Estados Unidos, via ONU, à Palestina. Contudo, concordamos com Mészáros (2003) quando este afirma – em sua crítica ao imperialismo norte-americano – que “a ordem cronológica da atual doutrina militar dos Estados Unidos está apresentada de cabeça para baixo. Na verdade, não se pode admitir a ‘mudança de curso’ posterior a 11 de setembro, que se diz ter sido possível pela eleição duvidosa de George W. Bush para a presidência em lugar de Al Gore. Pois o presidente democrata Clinton adotava as mesmas políticas que seu sucessor republicano, ainda que de forma mais camuflada”. Vejamos, então, a expressão mais acabada da *decadência ideológica* – a qual invoca o mais absoluto, obscurantista e reacionário *fanatismo democrata-cristão* para a legitimação de uma guerra “que cheira a petróleo” – assentada historicamente sobre a *crise estrutural do capital*, e manifestada, contingencialmente e em sua forma discursiva, por uma das personificações capitalistas mais bestiais encontradas ao largo de seu desenvolvimento histórico.

“Ocorreu uma desgraça nacional (...). Foi um ato de guerra. A democracia e a liberdade estão sendo atacadas (...). O terrorismo contra nosso país não ficará impune. Aqueles que cometeram estas ações, e aqueles que os protegem, deverão pagar por isto. Não faremos distinções (...). Devemos construir uma coalizão internacional contra o terrorismo (...). A guerra que nos espera é uma luta monumental entre o Bem e o Mal (...). Vai ser larga e suja (...). Aqueles que nos fazem a guerra escolheram sua própria destruição (...). Ou se está

conosco, ou com o terrorismo (...). Deus está conosco (...). Deus abençoe a América!" (Bush Jr., 2001).

Se a *recolonização imperialista* dá-se através de guerras e ofensivas militares explícitas no Oriente Médio, a forma assumida na América Latina se expressa claramente nos termos propostos pela ALCA, *nada menos do que a corporificação em definitivo do neoliberalismo e do Consenso de Washington no subcontinente*, nos mecanismos da dívida externa e nos ditos *ajustes estruturais* afiançados pelo FMI e, por fim, na *militarização continental* enquanto *braço armado da mundialização* (e da crise) *capitalista* (Serfati, 2000). A “paz” da ALCA – *junto às políticas neoliberais e à militarização dos conflitos* – nada mais é do que uma *guerra não-declarada*. Após os acontecimentos acima aludidos, os Estados Unidos puderam recompor sua base de sustentação social e política lançando uma contra-ofensiva imperial em distintas dimensões políticas, econômicas e militares (Petras, 2001), cuja ideologia apresentou-se ao redor da “coalizão contra o terrorismo internacional”. Antes, o governo Bush encontrava dificuldades para aprovar a denominada “Via Rápida” (“Fast Track” ou “Trade Promotion Authority”) para levar adiante sem obstáculos internos acordos como a ALCA, devido às contradições entre diversas frações burguesas das transnacionais de matriz estadunidense, principalmente as vinculadas ao controle energético. Mas, com o pretexto mencionado, Bush não só conseguiu um consenso social para a Guerra do Afeganistão – *nada consensual no caso do Iraque* – como também para sua contra-ofensiva global. Tanto é assim que a “Via Rápida”, antes bloqueada no parlamento estadunidense, foi prontamente aprovada pelo congresso norte-americano e, na seqüência, intensificou-se o alcance do Plano Colômbia e se aventou a cessão da Base de Lançamento de Alcântara no Brasil para fins de exclusiva militarização norte-americana, sob controle absoluto do Pentágono.

Apesar de que o núcleo dirigente do Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre, primeiramente se opusesse à redação de uma declaração contra a Guerra do Iraque – por uma questão “de princípios” (sic!) –, a convocatória da jornada internacional contra a guerra feita no início de 2003, desde Porto Alegre, por organizações sociais, sindicais e políticas à esquerda da direção do bloco hegemônico do FSM, redundou em multitudinárias manifestações coordenadas entre si – de mais de 20 milhões de pessoas, em mais de 600 cidades de todo o planeta! – em quase todos os continentes do mundo. Eventos como este, assim como a greve geral de 14 de março contra a guerra neocolonial do Iraque – desenvolvida simultaneamente em diversos países europeus, apesar dos limites organizativos impostos pelas direções burocrático-governistas dos sindicatos majoritários e da Confederação Européia de Sindicatos, a CES –, consistiram em fenômenos historicamente inauditos: uma resposta internacional e massiva dos trabalhadores, jovens e povos do mundo contra uma guerra imperialista, antes mesmo que esta estalasse; mais pronta, massiva e vigorosamente do que o próprio movimento contra a Guerra do Vietnã ocorrido nos anos 60. Não esqueçamos: a proposta original adveio fundamentalmente de setores combativos do movimento operário italiano que, através de seus Comitês Operários de Base (COBAS), lançaram a consigna do movimento em meio ao Fórum Social Europeu (“No alla guerra!”, Florença-Itália, nov./2002). No lastro de lutas sindicais decisivas contra a “lei de demissões massivas” e a ofensiva patronal contra postos de trabalho (caso Fiat-Berlusconi), a pequena Florença – capital toscana – foi inundada pela primeira manifestação contra a Guerra do Iraque, numa maré humana de aproximadamente 1 milhão de pessoas em unísono e de punhos cerrados gritando “não à guerra!”. A posteriori, a iniciativa da jornada internacional contra a guerra do Iraque foi secundada pela Rede Internacional de Movimentos Sociais, reunida em Porto Alegre, MST à frente (Della Santa Barros, 2003).

“A guerra é a continuação da política com outros meios”, afirmou o General Clausewitz no século passado. Se o clássico aforismo já era mais do que conhecido, hoje podemos dizer que já não resta pedra sobre pedra do arsenal ideológico construído pelo imperialismo norte-americano mediante seus apelos por “justiça infinita” ou “liberdade duradoura”, lançados como prelúdio e lastro da genocida e covarde guerra contra o Afeganistão – livrada pelos EUA e seus aliados europeus, supostamente contra o “terrorismo internacional”, após os acontecimentos aludidos. Mais de 20 milhões de pessoas saíram às ruas em todo o mundo, uma e outra vez – de forma ativa, consciente e auto-organizada –, para manifestarem um rotundo *não à guerra* de saqueio, rapina e massacre do Iraque, antes mesmo que explodissem os primeiros mísseis em território iraquiano. *A batalha das consciências, decidida sobretudo no seio dos imperialismos europeu e estadunidense, resultou – apesar da vitória militar dos aliados – uma derrota política importante da junta militar golpista formada pelo general George Bush, o coronel Tony Blair e o soldado-raso José Maria Aznar.* Tamanho deslocamento político e ideológico, ao mesmo tempo massivo e ocorrendo simultânea e coordenadamente em diversos países, certamente não se pode explicar como aspecto subjetivo que “se sintetiza em si, se aprofunda em si e se move por si mesmo” (Marx, 1978), *mas sim como reflexo fenomênico – já salvaguardado em sua autonomia relativa – de um movimento muito mais profundo, cujas limitações históricas e natureza social devem ser buscadas, em última instância, nas relações de produção capitalistas, na correlação de forças sociais e na luta de classes internacional.* E ainda há que se sublinhar que, aqui, trata-se de uma tendência que teve início algo antes de Florença.

Porto Alegre – expressão contraditória desta tendência – sediou as edições do FSM ocorridas no Brasil, a partir de 2001. O evento se propunha a ser a contraposição político-programática e organizativa a Davos, cidade suíça que hospeda o Fórum Econômico Mundial (FME), reunindo dessa maneira a ativistas, militantes, intelectuais e organizações *antineoliberalismo* e *antiglobalização*. O empresário brasileiro e membro do Comitê de Empresários do PT, Oded Grajew; o diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique* e presidente internacional da ATTAC, Bernard Cassen; e o representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB (Comissão Nacional de Bispos do Brasil), Francisco Withacker, foram os três membros-fundacionais que inspiraram a idéia do evento. A radicalidade das consignas *antiimperialistas* e *anticapitalistas* de ativistas, movimentos e entidades que organizaram as jornadas “antiglobalização” durante as cimeiras do FMI, do Banco Mundial, da OMC e do FME em Seattle, Praga, Gênova, Barcelona, Davos etc. sob a palavra-de-ordem “O Capitalismo Mata, Morte ao Capitalismo!”; em Porto Alegre viu-se rebaixada ao programa social-liberal de *humanização do capitalismo* e *colaboração de classes* do núcleo duro do FSM, sob a bandeira em tudo genérica de que *Outro Mundo é Possível*. Em 2003, o já presidente da república do Brasil Luís I. “Lula” da Silva – através da Frente Popular Lula-Presidente, sobre a qual logo discorreremos – foi de passagem à inauguração do FSM e, imediatamente depois, discursou em Davos sobre o combate à fome e à miséria mundial para milhões... de dólares (!), ou seja, a “fina flor” internacional de banqueiros, mega-especuladores e grandes capitalistas financeiros, industriais e comerciais. Abraçou a George Soros, Bill Gates e ao presidente do Banco Mundial – quiçá novos “companheiros”, como o empresário e vice-presidente José Alencar, do PL? – e propôs um grupo de trabalho que unisse os Fóruns de Porto Alegre e Davos. Neste mesmo ano, a proposta de fazer coincidir cronologicamente as datas do FSM e do FME, no sentido de caracterizar marcadamente a oposição à “globalização neoliberal”, desvaneceu em absoluto. A pergunta faz-se necessária. Este “Outro Mundo Possível” seria – parafraseando o filósofo húngaro István Mészáros – *para além* (ou no interior mesmo) *do Capital?* (Mészáros, 2002).

## Antiimperialismo e Anticapitalismo no início do séc. XXI: um debate em curso

Seattle – cerca de uma década após a queda do Muro de Berlim – foi a uma só vez a expressão complexa e multifacetada assumida pela culminação de um processo de deslocamento na relação de forças entre os movimentos sociais – seguida por Praga, Gênova, Barcelona etc. – e, ao mesmo tempo, a abertura de uma situação na qual o movimento de massas – trabalhadores em luta, camponeses pobres e a juventude rebelde – passa a questionar abertamente o “modelo neoliberal” e a “globalização capitalista” na *periferia* e no *centro* do sistema mundial inter-Estados, e, conseqüentemente, a atual hegemonia imperialista norte-americana. Não nos interessa ingressar no terreno algo pantanoso da “correta datação” do início do movimento “antiglobalização” – se em 1994, com o levante armado neozapatista de Chiapas, a partir do tratado NAFTA; se em 1996, no *I Encontro Americano contra o Neoliberalismo e pela Humanidade*; ou se em 1999, na manifestação anti-OMC, nos EUA – haja vista que os marcos históricos desta natureza sempre guardam algo de arbitrariedade como critério. Contudo, parece-nos fundamental observar que o declínio ideológico do *pensée unique* encontra seu substrato histórico e concreto num movimento muito mais profundo, lastreado nas relações capitalistas de produção e na correlação de forças sociais em luta.

Outro apontamento seria a necessária *distinção* entre os movimentos de trabalhadores urbanos e rurais – de caráter operário e popular – na América Latina por um lado, insurgidos contra as políticas neoliberais e suas conseqüências nefastas sobre suas condições de vida e, por outro, as manifestações antiglobalização “anti-cumbre” (ou “contra-cimeiras”), realizadas por parcelas radicalizadas da juventude universitária das classes médias urbanas dos Estados Unidos da América e da Europa Ocidental contra as cúpulas decisórias da Ordem do Capital, no que se refere a suas diferenças em: origem histórico-cultural, composição social, métodos de luta, limites organizativos, visão-de-mundo e práticas políticas. No âmago de países aviltados e submetidos pelo imperialismo desenvolve-se a resistência organizada contra o processo histórico de *recolonização imperialista* e a hegemonia neoliberal no subcontinente, que vem se afirmando como uma resposta combativa das massas sociais operárias, camponesas e populares da América Latina. Como pontos elevados dessas lutas e mobilizações consideramos a insurreição popular do Equador – que, encabeçada pelas organizações indígenas (a CONAIE e o Parlamento dos Povos), derrubou o governo de Mahuad e tomou o poder por oito horas, num levantamento contra a dolarização imposta por seus governos e o imperialismo –, e por outro lado, o processo protagonizado pelo povo trabalhador da Argentina – onde o movimento piqueteiro, painelaços, a ocupação de fábricas sob auto-gestão operária e as assembléias interbairros apontavam para uma situação revolucionária com a existência de formas organizativas embrionárias de poder popular, sob a consigna “*¡Que se Vayan Todos!*”. São exemplos ainda a resposta das massas da Venezuela à tentativa de golpe de Estado articulada pela burguesia nativa com o apoio logístico dos EUA e a verdadeira *revolução permanente* levada a cabo pelo proletariado boliviano nos últimos anos.

Ressaltamos que – no mais das vezes – o recente contexto político e ideológico propicia tão-somente o que consideramos como *críticas espontaneístas à universalização da lógica mercantil a todas as esferas e dimensões da vida social* <sup>(17)</sup>, presentes na maior parte das bandeiras e palavras-de-ordem “antineoliberalismo” e “antiglobalização”. Contraditoriamente, a despeito da limitação citada, possibilita-se historicamente a afirmação e desenvolvimento da crítica marxista à *sociedade produtora de mercadorias* e à Ordem do Capital, a qual vem gradativamente – *passados os piores anos da ofensiva ideológica neoliberal* – saindo de uma posição defensiva e voltando à cena histórica. “Os conflitos sociais mais significativos do último

quarto de século nos mostram que é nos espaços dos movimentos que o continente teórico aberto por Marx segue com a vibração da vida” (Leher, 2004). “É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas” – não obstante, dizia Marx, “a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas” (Marx, 1993). Se o caminho a percorrer é largo, não é menos verdade – contudo – que seja, fundamentalmente, *possível e necessário*. “As idéias do marxismo e os gestos políticos transformadores se encontram na campanha contra a ALCA, nas ocupações do MST, nos enfrentamentos do povo boliviano contra a mercantilização da água e a perda de soberania sobre o gás, nos movimentos que forjam alternativas anticapitalistas ante os governos que, eleitos com críticas ao neoliberalismo, seguem operando nos estreitos limites das orientações desenhadas pelo FMI/BM/OMC, em suma, nos coletivos que almejam a emancipação e a democracia como expressões do socialismo praticadas a partir do presente” (Leher, 2004).

Pode-se observar, como vimos acima, que à medida que se recrudescer a *crise estrutural do capital* cresce, simultaneamente, a necessidade de articular o mundo do capital imperialista através de uma institucionalidade jurídico-política ancorada em interesses estratégicos do sistema mundial inter-Estados, traduzida em cúpulas decisórias, organismos financeiros e aparelhos especializados como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e o G-8. Trata-se de uma “estrutura de dominação mundial” da Ordem do Capital metamorfoseada em diversos momentos – “de Bretton Woods ao Acordo Mundial de Investimentos”, postulou Borón (2001) – que, ao acentuar a rigidez da natureza capitalista das relações sociais de produção, cada vez mais em contradição com o dinamismo do desenvolvimento objetivado das forças produtivas, contraditória e dialeticamente, possibilita historicamente o surgimento de movimentos de contestação direta à imediatividade perversa e cada vez mais auto-evidente – porque política e economicamente *institucionalizada* em organismos, tratados e medidas cada vez mais autocráticos e, também, porque reifica/dilacera a dimensão humana da existência social vivenciada pela maioria da população mundial – da lógica do “mercado”. Longe de prescindir dos Estados, esta institucionalidade intensifica a importância estratégica dos Estados-Nação – de forma assimetricamente articulada – para a acumulação e a reprodução capitalista. As perspectivas de vida das novas gerações – desde a possibilidade de reprodução da existência social através do assalariamento cada vez mais precarizado ou mesmo inexistente; da educação formal mercantilizada e desprovida de conteúdo socialmente referenciado, instrumental e alienante; dos serviços de saúde terceirizados e inacessíveis; da previdência social parcial e privatizada até a cultura mais e mais massificada/reificada – limitadas pelo horizonte da forma mercantil, na qual tudo e todos – água, biodiversidade, genes, conhecimento, corpos etc. – estão à venda, levam à radicalização e à mobilização de amplos segmentos da juventude universitária dos países capitalistas avançados. Trata-se de novas gerações que despertaram para as lutas sociais não mais referenciados pelo Outono Quente italiano, o Maio de 1968 francês, a Revolução dos Cravos portuguesa, o movimento contra a Guerra do Vietnã nos EUA ou sob o impacto do dirigente revolucionário Ernesto “Che” Guevara, irônica e perversamente transformado em ícone-mor da indústria cultural de massas.

O corte sincrônico-diacrônico permite, acreditamos, o desvelamento de algumas coordenadas histórico-culturais na análise das tendências que influenciaram as juventudes européias e norte-americanas dos anos 60/70 e sua relação ou não com os “alterglobalistas” dos anos 90/2000. Sobre o contexto histórico das primeiras, diz Ridenti (2001): “crescente urbanização, consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, aumento quantitativo das classes médias, acesso crescente ao ensino superior, peso significativo dos jovens na composição etária da população, incapacidade do poder constituído para representar

sociedades que se renovavam, avanço tecnológico (por vezes ao alcance das pessoas comuns, que passaram a ter cada vez mais acesso, por exemplo, a eletrodomésticos como aparelhos de televisão, além de outros bens, caso da pílula anticoncepcional – o que possibilitaria mudanças consideráveis de comportamento), etc.”. Embora as condições materiais não explicassem por-si sós as mudanças subjetivas, explica Ridenti, não deixam de ser um parâmetro inicial para dimensionarmos *limites históricos, natureza social, aspectos culturais/estéticos e caráter de classe* do florescimento político-cultural dos “anos rebeldes”. A partir da segunda metade dos anos 90, por outro lado, surge “um movimento de contestação que adquire um alcance político e institucional mundial (busca de contra-poderes e de resistência nessa escala), precisamente porque o programa neoliberal possui características políticas e institucionais: esta nova fase capitalista ‘revela’, de alguma maneira, seu programa, expresso pelas diversas escolas liberais e conectado pelas instituições da nova ‘mundialização’” (Samary, 2003). O dilaceramento histórico da existência social pelo capital dá lugar, então, à contestação juvenil e popular em diversos países.

“Pode-se, desde então, contestar simultaneamente as hipóteses teóricas, os critérios de eficácia, os métodos e os resultados dessas políticas. Além do mais, a contestação se dá conta, cada vez mais, do caráter inumano e ineficaz deste capitalismo que, em sua dinâmica de mercantilização e de privatização generalizada, é incapaz de satisfazer as necessidades humanas, dedicando-se a questionar os valores e os direitos veiculados pelas ‘declarações universais’ feitas sobre pressão da guerra fria, da descolonização ou das revoluções socialistas. Infelizmente, a atualidade da ‘superação do capitalismo’ não implica a emergência garantida dos meios adequados a essa superação – não se pode aderir a um fatalismo da crise final. O passivo e as dificuldades objetivas e subjetivas herdadas da experiência dos países ditos socialistas têm um peso considerável, aprofundando as dificuldades inerentes à construção de uma alternativa socialista. Entretanto, é preciso buscar transpor estes obstáculos. Daí o interesse de pôr explicitamente esta questão na ordem do dia – ainda mais agora que a mundialização das lutas começa a se construir...” (Samary, idem).

A burocratização do movimento sindical, a débâcle irreversível da social-democracia e a crise terminal do estalinismo impuseram-se como configuração ideológica que, juntamente à propaganda anticomunista da Guerra Fria e à posterior ofensiva neoliberal pós-queda do Muro de Berlim, afastou a centralidade da classe operária como sujeito histórico estruturalmente antagônico à Ordem do Capital e protagonista coletivo da revolução socialista na perspectiva teórica, política e organizacional destas juventudes radicalizadas. A perspectiva *presentista e empiricista*, ainda quando crítica, acaba por obstruir um horizonte mais amplo, baseado em *projetos históricos* nos quais as noções de totalidade e devir – além da solidariedade de classe mesma – diluem-se no discurso *pós-modernista* do qual muitas das abordagens teóricas sobre a “globalização” e a “antiglobalização” são direta ou indiretamente tributárias. Dando prosseguimento à análise comparativa proposta, pensemos o que há de aproximações e distanciamentos entre os momentos históricos sobre os quais pretendemos refletir (Anderson, 1986). Naquele momento, nos idos de 60/70, vivia-se ainda sob o impacto dos “anos dourados” da acumulação e expansão das economias capitalista centrais.

À época imediatamente posterior a 89/91 o signo mostrava-se diametralmente inverso: crise. O imaginário da *revolução social* já não mais habitava mentes e coração das multidões, nem enquanto projeto coletivo nem enquanto possibilidade de emancipação; imperavam – em seu lugar – o individualismo neo-liberal e os limites acachapantes da reconciliação com o real. As propostas libertárias de antanho foram sublimadas, transubstanciando-se na anomia da liberdade de consumo. A arte foi reificada ao extremo através de indústrias culturais altamente lucrativas e, no geral, guardava-se *distância higiênica* da política: burocratizada, institucionalizada e profissionalizada pela outrora “esquerda” (Jameson, 1994). O horizonte imediatista obliterava em larga medida propostas mais amplas no tempo e no espaço,

espetacularizados. O capital, mais a mais, demonstrou capacidade de longo termo na integração de movimentos ecológicos, pacifistas, feministas, negros, GLTBs etc. à sua lógica. O que move, então, estas juventudes radicalizadas no final do século? Se os referenciais não são os mesmos, e tampouco o momento histórico, o que há de continuidade? Talvez se possa dizer, de forma geral, que os aspectos mais contestários do quadrante histórico descrito tenham se diluído ou enredado na própria ordem que supostamente condenavam: *vitórias de Pirro, transformadas em derrotas*. Neste caso, é provável que a liberação sexual – transmutada em seu contrário, fetichização extrema do corpo como mercadoria e reserva espiritual de um mundo “sem alma” – seja o caso de “contra-revolução” mais flagrante; ou, se quisermos, a trajetória da negação da lógica cartesiana / racionalidade capitalista convertida em *best-sellers* de auto-ajuda, explosão místico-religiosa etc. Porém, não há como obviar, a patente *decadência ideológica* expressa uma *crise estrutural do sistema capitalista-imperialista*. As percepções/susceptibilidades – ainda que diferenciadas em múltiplos interesses – destes jovens, todavia, não são alheias a tudo o que se passa ao seu redor e em seu próprio tempo. As contradições estruturais se avolumam num ritmo alucinante. A atualidade do texto de Marx, publicado em 1856, salta aos olhos.

“Nos dias de hoje, tudo parece grávido de seu contrário. As máquinas, dotadas do maravilhoso poder de abreviar e tornar mais fecundo o trabalho humano, em vez disso o levam à inanição e ao excesso. As fontes de riqueza que aparecem como novidades, por algum estranho e fatídico encantamento, são transformadas em privação. Os triunfos da arte parecem ser comprados com a perda de caráter. No mesmo ritmo em que a humanidade domina a natureza, o homem parece tornar-se escravo de outros homens ou da própria infâmia. Mesmo a luz pura da ciência parece incapaz de brilhar a não ser contra o pano de fundo escuro da ignorância. Todas as nossas invenções e nosso progresso parecem dotar as forças materiais da vida intelectual e embrutecer a vida humana, tornando-a uma força material. *Este antagonismo entre, de um lado, a indústria e a ciência moderna, de outro, a miséria e a dissolução; este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de nossa época é um fato, palpável, avassalador e incontestável*” (Marx citado por Eagleton, 1998, grifos nossos).

Neste chão histórico, multiplicam-se diversas propostas que não se dispõem a superar as relações capitalistas de produção, às quais muitos autores têm se referido como *neo-reformismo*: a Taxa Tobin da ATTAC – *Association por une Taxation des Transactions Financières por l’Aide aux Citoyens*, organização internacional fundada em junho de 1998 por iniciativa de intelectuais e jornalistas ligados ao *Le Monde Diplomatique*, que propõe a taxa de 0,05% sobre as transações financeiras especulativas em benefício aos “cidadãos” do mundo –, a *criação de um Conselho de Segurança Econômico-Social na ONU, Economia Solidária e Comércio Justo*, além de *políticas sociais focalizadas e compensatórias*. Trata-se, em verdade, de um *reformismo sem reformas*, porque sem possibilidades históricas de concessões por parte do capital *em crise estrutural*. O sentimento antiimperialista e anticapitalista crescente nos últimos anos – e ampliado durante a Guerra do Iraque – apresenta-se, portanto, ideologicamente disperso e politicamente difuso. “Em ambientes distintos e polissêmicos, ativistas indagam-se sobre teorias e idéias que podem levar um contingente maciço de explorados a se lançar de modo radical contra o capitalismo” (Leher, 2004). Orientações “diferenciadas” como a de “mudar o mundo sem tomar o poder” de Holloway (2002) ou a de Hardt/Negri (2002), de “multidão versus império”, alcançam ressonância discursiva no interior dos jovens (e não tão jovens) “alterglobalistas”. Neste sentido, pretendemos realizar um duplo movimento argumentativo, avançando sobre uma breve exposição crítica de como se configura a atual fase do sistema capitalista-imperialista e, em simultaneidade, sobre a apreciação de como, em que marcos e sob que angulação/perspectiva a sintetizam ambos os intelectuais em suas formulações teóricas. A partir da interação dialética entre ambas as dimensões assinaladas, lógica e histórica, pretendemos perscrutar os desdobramentos derivados no

movimento antiglobalização dos países centrais e no movimento operário-popular dos países periféricos.

“Mudar o mundo sem tomar o poder”, esta é a *idée-force* da qual parte Holloway (2001 e 2002) na concepção de um projeto emancipatório de transformação radical das sociedades contemporâneas, identificado com um aspecto que considera “o núcleo do novo no zapatismo” e, se nos permite, eixo de sua proposta “anticapitalista”. Apóia-se simultaneamente no rechaço de massas profundamente arraigado entre a juventude “alterglobalista” às direções social-democratas e estalinistas do movimento operário-popular e, talvez mais acentuadamente, no que Borón (2001) considera “o charme discreto da antipolítica” – noutras palavras – “uma certa satanização da política e do estatal que reflete o *Zeitgeist* de nossa época dominada pelo senso comum pacientemente construído pelo neoliberalismo”. A fase termidoriana-bonapartista da revolução russa iniciada com o ascenso e a consolidação de Estaline no poder da ex-URSS, ao ser generalizada – em Holloway (idem) – à concepção lenineana e marxiana do processo revolucionário, cumpre a função de se voltar concretamente contra a problemática *marxista* de Estado, ideologia e luta de classes; e não à política e ao Estado em abstrato. E, ainda que rapidamente volte suas baterias contra os partidos eleitorais e à burocracia que os dirigem, denunciando-lhes a institucionalização política – como o fez recentemente com o PT de Lula –; seu alvo final, sem dúvida, é a teoria lenineana da organização revolucionária. “Acima de tudo, o partido revolucionário é uma organização que age *no interesse da* classe trabalhadora ou das massas oprimidas [...] já significa uma exclusão: aqueles *no interesse de* quem se age estão excluídos, suas próprias ações e opiniões estão subordinadas às ações daqueles que agem *em seu interesse*” (Holloway, 2004). A hierarquia estatal e a alienação do capital estariam inscritas “na própria natureza do partido como forma de organização” (Holloway, idem), qual Gorender (1999) predicara, alhures, o caráter “ontologicamente reformista” do operariado. Será assim?

Na verdade o partido revolucionário, tal como o concebe Lenine, não se trata de mais uma forma organizativa – sindical, gremial ou associativa – mas a forma concreta e a mediação específica através da qual a luta de classes se inscreve na política, constituindo-se como elemento fundamental de continuidade – através de períodos de avanço ou retrocesso nas consciências sociais, em momentos de ascenso ou refluxo das lutas diretas – entre as diferentes gerações, frações e momentos da classe impelida a abolir todas as classes. Desta maneira, não se trata de algo exterior, estranho ou alheio às lutas de classes, mas “a forma de mediação entre teoria e prática, o lugar onde o teórico se submete a exame público e coletivo e onde a atividade prática está subordinada à crítica racional” (Lukács, 1960). Se a crítica de Holloway bem serve à famigerada formulação kautskiana, consagrada pela II Internacional, da “ciência marxista” inserida – “do exterior da luta de classes” – pelos “intelectuais” nos círculos operários; o mesmo não pode se aplicar à teoria lenineana (Benoit, 1998). O que de fato se coloca para Holloway, enquanto expressão direta e autônoma das “ações e opiniões” da “classe trabalhadora” é, na verdade, a consciência imediata e espontânea do proletariado, dissonante em relação aos *efeitos* do sistema de salários, mas nunca em relação às suas *causas*. Circunscrevendo a luta de classes à dimensão econômico-corporativa eterniza-se uma condição que deve ser extinta, renunciando à necessidade (e possibilidade) histórica de constituir-se enquanto *força social autônoma*, forjando uma racionalidade alternativa e um *projeto histórico* estruturalmente antagônico à Ordem do Capital. Embora não o formule explicitamente, *trata-se de suprimir os aspectos potencialmente revolucionários das classes subalternas*. As alternativas propostas em termos de formas organizativas supostamente “anticapitalistas” não poderiam ilustrar de maneira mais gráfica nossas afirmações. Poderiam variar de “indivíduos ou pequenos grupos de amigos” a “milhões de projetos pelo mundo nos

quais as pessoas se dedicam a tentar fazer as coisas de maneira diferente: os cafés alternativos, os centros sociais, as estações de rádio, as ocupações de fábrica, as tomadas de terra” (Holloway, 2004). A crítica, por fim, revela-se altamente seletiva: não se dirige às iniciativas localizadas em algum sentido contestatárias ao modo de vida que corresponde à ordenação societal dominante, mas tão-somente àquelas que se atribuem – consciente e objetivamente – a tarefa de dotar-lhes de organicidade política e, de forma mediada, *destruir as bases materiais que sustentam a dominação burguesa*. Uma última e importante objeção deve ser feita à concepção estratégica de “mudar o mundo sem tomar o poder”. Nos termos colocados, “é razoável supor que os beneficiários de um sistema insanavelmente inumano e injusto [...] aceitarão fidalgamente sua derrota no plano da sociedade civil e a dissolução de suas estruturas de poder sem opor uma encarniçada resistência?” (Borón, idem).

A partir do processo que aqui consideramos como o de *mundialização capitalista* (Chesnais, 1996), que tem lugar no quartel final do século passado, foi se consolidando determinada caracterização formulada pelos economistas orgânicos da *Escola de Chicago* e amplamente divulgada pelo *journalisme de marché* da grande imprensa burguesa, de caráter eminentemente *presentista* e *empiricista*. Ao passo em que o papel cumprido centralmente pelo Estado como fortaleza da acumulação e reprodução do capital tornou-se crescentemente importante no capitalismo contemporâneo, proporcional e simultaneamente, ganhou amplitude determinada teorização ancorada na *impressão fenomênica* da noção de *globalization*, a qual atribui desmesurado ineditismo à internacionalização do modo de produção dominante e nega as bases nacionais-estatais do capital dito global, chegando-se conseqüentemente a soslaiar as relações de poder como ancoradas nos aparelhos de Estado. Aqui nos deparamos com o desafio de, após definir conceitualmente o que se conhece genericamente como *globalization*, perscrutar seus limites enquanto categoria analítica no que se refere à compreensão dos processos de abertura comercial, reestruturação produtiva e desregulamentação trabalhista. Numa pergunta: as transformações capitalistas ocorridas nas últimas décadas deram lugar a uma nova época histórica ou, em que pesem as mudanças, viveríamos sob a intensificação de seus principais traços constitutivos? A despeito do que dizem os ideólogos da *globalization*, detectamos a ausência de uma perspectiva histórica sobre a mundialização capitalista em suas análises *empiricistas*, o falso *presentismo* em relação à caracterização *fenomênica* da internacionalização do capital e a quimera *impressionista* da “fragmentação, dispersão e desterritorialização” das relações de poder a partir de um suposto enfraquecimento dos Estados nacionais, os quais se subsumiriam às corporações – “96% delas com suas casas matrizes em somente oito países, têm um volume combinado de vendas que supera o PIB de todos os países do globo exceto os nove maiores!” (Borón, 2002) – ditas “transnacionais”. Na obra *Empire*, de Hardt e Negri (2002), fez-se a mais sistemática exposição dos pressupostos teóricos que informam as teses supracitadas e seus respectivos desdobramentos, negando-se a teoria lenineana do imperialismo como época histórica de “crises, guerras e revoluções”, estágio supremo e síntese contraditória do desenvolvimento do sistema capitalista inter-Estados. Se por um lado concordamos que o capitalismo imperialista “revolucionou-se incessantemente a si mesmo” (Marx e Engels, 1998) e que a situação vivida no início do séc. XXI indica que o imperialismo atual assumiu feições inexistentes à luz do início do séc. XX, por outro, não podemos corroborar a noção de que “transformou-se no seu contrário” (Borón, 2002), sustentada em *Empire*. O sucesso editorial e a crescente penetração desta perspectiva nos movimentos antiglobalização – considerando tal livro como o *Manifesto Comunista* ou o *Livro Vermelho* do novo século – faz a crítica às suas análises e pressupostos ainda mais necessária. O que há de continuidade na caracterização clássica do imperialismo moderno?

“(...) o imperialismo não é um traço acessório nem uma política perseguida por alguns Estados mas sim uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo. *Esta etapa está assinalada, hoje com maior contundência do que no passado, pela concentração de capital, o abrumador predomínio dos monopólios, o elevado papel do capital financeiro, a exportação de capitais e a repartição do mundo em distintas ‘esferas de influência’.* A aceleração do processo de mundialização acontecida no último quarto de século, longe de atenuar ou dissolver as estruturas imperialistas da economia mundial, não fez mais do que potencializar extraordinariamente as assimetrias estruturais que definem a inserção dos distintos países nela. Enquanto um punhado de nações do capitalismo desenvolvido reforçou sua capacidade para controlar, ao menos parcialmente, os processos produtivos à escala mundial, a financeirização da economia internacional e a crescente circulação das mercadorias e serviços, a enorme maioria dos países viu aprofundar-se sua dependência externa e se dilatar até níveis escandalosos o hiato que os separava das metrópoles. A globalização, em suma, consolidou a dominação imperialista e aprofundou a submissão dos capitalismos periféricos, cada vez mais incapazes de exercer um controle mínimo sobre seus processos econômicos domésticos. Esta continuidade dos parâmetros fundamentais do imperialismo – não necessariamente de sua fenomenologia – é ignorada na obra de Hardt e Negri, e o nome de tal negação é o que os autores denominaram ‘império’” (Borón, 2002, grifos nossos).

Por outro lado, que *visão-de-mundo* nos apresenta *Empire* sobre o capitalismo contemporâneo? O *império*, “regime específico de relações globais” que haveria emergido à luz superando historicamente o imperialismo, basear-se-ia na categoria foucaultiana do *biopoder* – forma de poder “que regula a vida social desde seu interior” – que emanaria do que os autores denominam *multidão*. Tratar-se-ia da forma histórica resultante das respostas do capital às lutas travadas contra as relações sociais de dominação classista, e não de uma nova configuração assumida mediante a supremacia norte-americana – hegemônica pelas frações da burguesia financeira – do estágio imperialista de desenvolvimento capitalista. Enquanto para Lenine o imperialismo, época histórica do capital financeiro e dos monopólios, traz consigo a tendência à dominação cada vez mais predatória, o *império* de Hardt e Negri possibilitaria “o desejo de liberdade da multidão”. Suas relações de poder estariam mais além dos Estados-Nação e das classes sociais – desterritorializadas, fragmentadas e volatilizadas – e seriam regidas por “princípios éticos superiores” e “valores essenciais de justiça”. Com esta surpreendente afirmação os autores de *Empire* legitimam as invasões militares ditas humanitárias – como a da ex-Iugoslávia – levadas a cabo pela Ordem do Capital. A institucionalidade jurídico-política do sistema mundial inter-Estados, desta forma, é apresentada – através das Nações Unidas – como “o verdadeiro ponto de partida de nosso estudo do império: uma nova noção do direito ou, melhor, uma nova inscrição da autoridade e um novo desenho da produção de normas e instrumentos legais de coerção que garantem os contratos e resolvem os conflitos” (Hardt e Negri citado por Borón, 2002). O que em Lenine era um “covil de bandidos” – considerando-se que a ONU é a equivalente histórica à antiga Liga das Nações – transforma-se numa “nova fonte positiva de produção normativa, efetiva em escala global [...] que pode desempenhar um papel jurídico soberano” (idem). Mas, como se pergunta Borón: “Quem são os sujeitos concretos do ‘coração do império’? Onde se encontram, qual é sua articulação com os processos de produção e circulação da economia capitalista internacional, que instituições coagulam normativa e ideologicamente seu domínio, quem são seus representantes políticos? Ou se trata tão somente de um conjunto de regras e procedimentos imateriais?” (Borón, idem). Ou, ainda, de que forças sociais e políticas pode-se constituir seu antagonista estrutural? A multidão – “agrupamento instável, efêmero, de presença intermitente e constituído com dispensa das articulações estruturais de seus componentes” (Borón, 2004) – poderia opor-lhe resistência de forma sistemática e consistente? Parece-nos que não. A contradição fundamental entre capital e trabalho – “assim como as muralhas de Jericó diante do som das trombetas de Josué”, diria Borón (2002) – não se desvanesce diante das conjurações de

espíritos evocados por Hardt e Negri. Tampouco a assimetria estrutural entre “centro” e “periferia” do sistema mundial inter-Estados <sup>(18)</sup>. Desta forma, Hardt e Negri rechaçam a teoria do imperialismo e das classes sociais justamente quando suas contradições estruturais e antagonismos sociais assumem formas cada vez mais destrutivas e parasitárias. O ponto de vista social aludido, com suas cegueiras cognitivas e obstáculos epistemológicos, remetem-nos à visão-de-mundo parcial e unilateral do próprio capital imperialista, a forma como “ele mesmo se observa desde seu cume” (Borón, *idem*). A reconciliação com o real parte de uma concepção antidialética do processo histórico como acúmulo seqüencial, linear e sem contradições de eventos sucedâneos, eternizando e naturalizando assim o sistema do capital, a propriedade privada dos meios de produção e o imperialismo moderno. Resultado? Desarmamento ideológico, perpetuação da subordinação e, conseqüentemente, “fim da História”.

### **Sujeitos Sociais e Políticos dos Movimentos de Resistência Proletária, Camponesa e Popular na História Social Recente do País**

A presente proposta de trabalho possibilita, acreditamos, a análise e o acompanhamento das diferentes dimensões, *compreendidas em suas concepções teóricas e práticas políticas*, à medida que se evidenciam como formulações e desdobramentos de sujeitos sociais e políticos que – já seja estrategicamente ou nas mais imediatas conjunturas materiais e ideológicas que se apresentam e incidem sobre os embates classistas – propõem *a ruptura com a ordem social e econômica estabelecida*. Com esta formulação – *ruptura com a ordem social e econômica estabelecida* – de modo geral amplamente abrangente, pretendemos abarcar o espectro político e ideológico que compõe o conjunto da oposição social, sindical e política de caráter popular à *hegemonia neoliberal*, enfim, identificada com as classes subalternas no país. Mais especificamente, os sujeitos sociais e políticos que representam setores e frações dos movimentos de resistência proletária, camponesa e popular que combatem os efeitos do capitalismo pró-imperialista no Brasil. Como fica cada vez mais evidente, este espectro configura-se por uma diversidade de concepções e práticas políticas não-homogêneas e, no mais, conflitivas entre si. Procuramos, por outro lado, mobilizar em nossa análise certa noção de “esquerda” – enquanto direção política do movimento social operário e popular –, acepção em geral problemática e aproximativa, no sentido de uma definição indicativa/descritiva que busca abranger movimentos, tendências, organizações e partidos que, *grosso modo*, posicionam-se de forma crítica e combativa em relação à *Ordem do Capital* e que, *de maneira genérica e em sua heterogeneidade*, identificam-se com a luta dos trabalhadores da cidade e do campo no sentido da construção de um projeto histórico-emancipatório de transformação social – *em diversos níveis, sob mediações várias e múltiplas formas de manifestação* – das sociedades nas quais se encontram inseridos. Partindo desta vasta significação, cuja elasticidade serve ao objetivo de nos aprofundarmos na “lógica da diferença” que configura o multifacetado campo das esquerdas presentes nas *lutas políticas, batalhas ideológicas e ações diretas de massas* dos trabalhadores brasileiros, aproximamo-nos do significado que lhe atribuem Ridenti, em suas análises sobre os *partidos e movimentos de esquerda do país* e Gorender (1987), para o qual “os diferentes graus, caminhos e formas desta transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes”, o qual também utiliza um *conceito ampliado de esquerda* (Ridenti, 1993) ou, melhor dizendo, *esquerdas* <sup>(19)</sup>. Posto isso, procedamos à análise.

**O que há de novo sob o sol?**

Quando nos referimos aos sujeitos sociais e políticos que constituíram os *movimentos de resistência proletária, camponesa e popular* na história social recente do país referenciamos-nos, inevitavelmente, na abertura de um novo ciclo histórico do movimento das massas subalternas no Brasil a partir, fundamentalmente, da irrupção das greves operárias que se iniciam a partir de 1978 – no bojo da luta contra a ditadura civil-militar e a opressão econômico-social perpetrada sobre a população trabalhadora –, o ascenso das mobilizações estudantis, o acirramento das ocupações de terras, a multitudinária campanha pelas “Diretas-Já” e o surgimento de *movimentos sociais populares* <sup>(20)</sup>. Desta forma, compreendemos os movimentos sociais como “ações mais ou menos organizadas que expressam, em última instância, interesses de classe” (Boito Jr., 2000). As greves de protesto, organizadas pelo movimento sindical e a luta pela terra, levada a cabo por trabalhadores rurais são expressão, desta forma, dos interesses proletários, camponeses e populares. “Isso não significa que a luta reivindicativa dos trabalhadores seja a mesma coisa que a luta pelo socialismo, mas, apenas, que a luta reivindicativa decorre do lugar de classe ocupado pelos trabalhadores e que essa luta pode vir a fazer parte, dependendo das condições históricas, do eventual processo de constituição dos trabalhadores num coletivo de classe politicamente unificado contra o capitalismo” (Boito Jr., idem). Acreditamos não ser possível – por outro lado – desvincular os marcos históricos precedentes, em seus nexos de continuidade e aspectos de ruptura, do movimento social que pretendemos compreender.

Sader (1990) identifica três “matrizes discursivas” que orientam política e ideologicamente os sujeitos coletivos que se manifestaram no cenário histórico-político compreendido entre o final dos anos 70 e início dos 80: (i) as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) organizadas pelos setores progressistas da Igreja Católica, (ii) as tendências de diferentes correntes da esquerda marxista em processo de crise e reconstrução e (iii) o *novo sindicalismo* <sup>(21)</sup>. Entendemos tratar-se de questão fundamental compreender o desenvolvimento destas três matrizes que, de diferentes formas, influenciaram a formação – direta e indiretamente – da CNCA. O quadro apresentado possibilita equacionar tanto as diversas formas de expressão das experiências coletivas, métodos de luta, tradições populares e culturas de resistência dos “de baixo” conformadas ao longo dos anos como, também, as determinações materiais que, em última instância, delimitam o lugar de classe e as coordenadas históricas “legadas pelo passado” que independem da vontade (mas não da ação) dos sujeitos sociais e políticos imediata ou mediatizadamente envolvidos. Neste sentido, para além do contexto diretamente relacionado à CNCA e os elementos que lhe são próprios é preciso considerar também “a história que o antecede e que o condiciona” (Boito Jr., 2002). Consideramos esta premissa em pelo menos dois níveis, organicamente relacionados. A explicação e a compreensão dos eventos histórico-sociais não pode prescindir de uma perspectiva de totalidade concreta na qual cada momento, bem como suas respectivas manifestações fenomênicas, seja(m) reportado(as) a tendências e determinações *mais amplas e gerais*, em devir, *do que os fatos isolados e diretamente postos em cena*. E, em decorrência disso, as classes, setores, organizações e grupos imersos no processo histórico em questão, ao apreenderem subjetivamente a totalidade e historicidade que o compõem, previnem-se desta forma de *repetir a história como farsa*, já que “nada de novo pode nascer da falta de memória” (Arcary, 2004). No método dialético – bem sabemos – a relação entre teoria e prática perfaz uma unidade essencial; assim como *explicação, compreensão e valorização* são, a rigor, *inseparáveis*. Como, afinal, compreender os movimentos sociais populares e as classes sociais <sup>(22)</sup> que os constituem?

“Os objetivos perseguidos pelos movimentos sociais e as possibilidades de vitória desses movimentos são determinados, não só pela inserção sócio-econômica dos trabalhadores, mas

também pelo quadro amplo, complexo e multifacetado das relações de classe vigentes, pela conjuntura política [história recente do país] e pelo Estado [capitalista brasileiro]. A análise desses movimentos não pode, portanto, se restringir ao universo (aparentemente) fechado do sindicato, da fábrica ou do assentamento rural [deste ou daquele movimento]. Tal análise não deve, tampouco, incorrer no erro teórico e metodológico do ‘presentismo’, que também tem marcado os estudos recentes sobre as classes trabalhadoras. Esse ‘presentismo’ decorre, em primeiro lugar, do impacto cultural do pós-modernismo. Muitos cientistas sociais, inclusive do campo do pensamento crítico, não conseguem mais perceber o presente como história, e acreditam poder restringir suas pesquisas e reflexões ao momento atual, dispensando a referência ao passado para explicar as características e tendências do presente. Outra fonte dessa postura ‘presentista’ é a crença segundo a qual teríamos ingressado numa sociedade de novo tipo, graças à ‘globalização’, à revolução tecnológica e a outras mudanças reais ou fictícias. A consideração da história do capitalismo e do movimento operário e popular no Brasil não mais seria necessário para a análise de um presente que seria completamente novo” (Boito Jr., 2002).

Estamos longe de nos encontrarmos sozinhos ao considerar o ciclo histórico pós-78 como um estágio diferenciado na história social e política do país. “... o tempo histórico foi acelerado, fragmentado, convulsionado e rompido, criando um país que dificilmente se reconheceria nas décadas precedentes, muito embora seja sua formação social marcada por continuidades seculares. Tal aceleração temporal não foi apenas vivenciada nas grandes metrópoles, onde era de se esperar, mas também no meio rural, onde o lento tempo dos ciclos naturais, com suas estações, seus dias e suas noites, foi abalado pelo irromper da política com seu próprio ritmo” (Bianchi e Braga, 2003b). O que não poucos consideraram como *a rebeldia do trabalho* (Antunes, 1992) é registrada sob diversos prismas – entre pesquisadores críticos e militantes marxistas – no entorno da resistência ao regime civil-militar: greves operárias, oposições sindicais e o *novo sindicalismo* combativo; levantamentos estudantis de secundaristas e universitários; intensificação da luta camponesa pela terra; recrudescimento das reivindicações-protesto das massas urbanas por melhores condições de vida; multitudinárias campanhas políticas em prol da *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita* e das “Diretas-Já”; *movimento pela construção de um partido dos trabalhadores* assim como *pela formação de uma central sindical de luta e de classe*. No interior deste amplo quadro de comoções sociais e deslocamentos políticos de massas construíram-se mediações sociais, sindicais e políticas das classes trabalhadoras – como o PT, a CUT e o MST – e se fortaleceram entidades representativas dos estudantes, tais como a UNE, a UBES e as UEEs. Como compreender este processo no qual e quando, segundo Sader (1990), “novos personagens entraram em cena”? “Quando amplos setores sociais manifestam sua contraditoriedade, evidenciam interesses e necessidades não satisfeitos (...) fica claro que estão questionando o que está estabelecido e apontando em outras direções. Porém, isto pode ser de ordem apenas conjuntural, sem negação da estrutura capitalista. É dentro deste campo complexo, formado por elementos superestruturais e estruturais da sociedade, que ‘novos’ personagens – os movimentos sociais populares – entram em cena. São vários os protagonistas da história e múltiplas as forças forjadoras de mudanças que se complementam. No caso brasileiro, a crise, desde a fase de decadência do regime militar, é concreta, mas complexa e contraditória. Em geral, adquire formatos de problemas econômicos, políticos, sociais e morais” (Peruzzo, 1998).

“Os antagonismos que dividem qualquer sociedade contemporânea têm como refração, portanto, uma luta de idéias pela disputa da consciência. O combate político pode favorecer ou obstaculizar uma melhor compreensão de quais são os interesses de quem trabalha, e de quem são seus inimigos. A consciência de classe é um processo vivo que oscila e flutua, avança e retrocede. Na visão de mundo que as classes populares vão construindo em cada país, em cada período histórico, de quais são seus desafios e perspectivas políticas, convivem elementos falsos e verdadeiros, estratos contraditórios que se articulam em

sucessivas sínteses. A esfera dos humores ou mentalidades coletivas e dos sentimentos de classe é sempre variável” (Arcary, 2004).

A caracterização da crise aberta concomitantemente à “auto-reforma” (“lenta, segura e gradual”) do regime militar e à estagnação política e econômica do chamado “milagre brasileiro” remete a polêmicas teórico-práticas no interior das esquerdas políticas e acadêmicas no Brasil sobre, especialmente, a profundidade e o caráter da mesma. Vejamos pelo menos três pontos de partida fulcrais – em Marx, Lenine e Gramsci –, para pensar estas diferentes caracterizações, para além de sua incidência mais imediata nas práticas políticas de antanho, do período pré-transição. Gramsci nos traz uma apreciação interessante sobre a coincidência temporal entre crises econômicas agudas e crises políticas “de hegemonia”, que o levou à noção de *crise orgânica* – qual seja – “uma crise que afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social”, eclodindo mediante a coincidência entre crise de acumulação e o “acirramento dos choques entre as classes e, no interior delas próprias, entre suas frações” (Bianchi, 2002). Para Lenine, por sua vez, sintomas como “(i) a impossibilidade para as classes dominantes, para manterem imutável sua dominação; tal ou qual crise ‘das alturas’, uma crise na política das classes dominantes que abre uma brecha pela qual irrompem o descontentamento e a indignação das classes oprimidas [...], (ii) um agravamento, fora do comum, da miséria e do sofrimento das classes oprimidas [...], (iii) uma intensificação considerável, devido a estas causas, da atividade das massas, que em tempos de ‘paz’ se deixam espoliar tranqüilamente, mas que em épocas turbulentas são empurradas, tanto pela situação de crise quanto pelos próprios ‘de cima’, a uma ação histórica independente” (Lenine, s/d.) configurariam as condições objetivas – *independentes da vontade dos distintos grupos e partidos* – necessárias ao estalo de um processo social revolucionário. Mais além da obtenção da consciência da impossibilidade de viver como antes e da necessidade de transformações pelas classes subalternas, contudo e ainda segundo Lenine, é preciso que aos dominantes já não seja possível *manter, sustentar e legitimar* o espólio e a opressão para que se abra uma *situação revolucionária*; a qual ocorreria, em poucas palavras, somente “quando os ‘de baixo’ *não querem* o que é velho e os ‘de cima’ *não podem como dantes*” (Lenine, idem). Ambas as arguições assentam-se sobre determinada concepção do processo histórico que pode ser verificada abaixo:

“Do mesmo modo que não se julga um indivíduo pela idéia que faz de si mesmo, não se pode julgar uma época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. Ao contrário, é preciso explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social jamais desaparece sem que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela tem a capacidade de conter; jamais as relações de produção novas e superiores substituem as antigas, antes de as condições de existência material de estas relações terem-se esgotados no próprio seio da velha sociedade. Esta a razão porque a humanidade não propõe senão os problemas que pode resolver, pois, ao se fazer uma análise mais de perto, verifica-se sempre, que o próprio problema surgiu exatamente onde já existiam condições materiais para a sua resolução ou, pelo menos, estavam em vias de existir” (Marx, 1978).

Consideramos as análises acima como bases político-epistemológicas interessantes para discernir “o que poderia ter sido, mas não foi” na concreticidade histórica dos fatos *tal qual ocorreram* no período citado. Enfim, em resumo: *nem situação revolucionária, nem crise orgânica* e – em última instância – *nem se tratava da iminência de uma revolução*. Mas o fato mesmo de recorrermos aos referenciais supracitados, deve dar a medida da crise “de hegemonia” vivida durante o período “transicional”. “É discutível se nos últimos anos do autoritarismo a tensão vivida chegou, ou não, a configurar-se em conflito orgânico entre estrutura e superestrutura, muito embora o descolamento entre governantes e governados tenha sido momentaneamente explícito. Uma coisa é certa: a classe burguesa, com a ‘abertura

gradual’, do ‘governo transitório’, foi hábil o suficiente para reorganizar o bloco histórico, mudando apenas algumas regras do jogo e os atores políticos para continuar no poder” (Peruzzo, 1998). Contudo, a revolta das classes trabalhadoras no Brasil entre o final dos anos 70 e início dos 80 foi despertada pela *super-exploração capitalista* <sup>(23)</sup>, expressão própria do capitalismo dependente-periférico no imperialismo contemporâneo <sup>(24)</sup>, assim como pela opressão política sofrida sob o regime militar – *relação de dominação à qual correspondia determinada forma de acumulação* – e gerou, já se sabe, uma ascensão inaudita das lutas sociais e uma escalada grevista que iria durar pelo menos uma década mais. Mediante tal processo histórico ocorreu a reorganização sindical e política dos trabalhadores brasileiros, a qual resultou na criação do PT, em 1980, e da CUT, em 1983 – seguidas pela fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST – expressões superestruturais e organizativas do acúmulo de consciência de classe construído nas lutas diretas que vinham se desenvolvendo na cidade e no campo.

Ao aludirmos à relação que se estabelece entre os movimentos sociais populares em ascensão durante as décadas de 1970 e 1980, envolvidos em diversas lutas sociais que questionam e negam os estreitos limites impostos pela “institucionalidade política” aos trabalhadores e à imensa maioria da população explorada e socialmente oprimida, imposição efetuada através dos aparelhos do Estado capitalista brasileiro e pela “farsa da Nova República” (como a consideravam, a seu tempo, os movimentos sociais de assalariados operários, setores populares e intelectuais críticos – como Florestan, 1986 – que deram origem ao movimento pró-PT e à CUT) – o que remete à organização de movimentos reivindicativos de massas (contra o custo de vida, o desemprego massivo, etc.) – “*movimentos de urgência*, pelo fato de serem movimentos sociais que lutam por condições mínimas e urgentes para assegurar a simples sobrevivência física de seus membros” (Boito Jr., 2002, grifos) – e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, a experiência acumulada em núcleos de base de operários e trabalhadores urbanos, as ocupações de terras e manifestações protagonizadas por trabalhadores rurais e camponeses junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), o *novo sindicalismo* combativo do operariado brasileiro, as mobilizações levadas a cabo pelo movimento estudantil secundarista e universitário através de suas entidades representativas nacionais e estaduais (UBES, UNE, UEEs, etc.)... –, estamos nos referindo ao início de um ciclo histórico de curta duração, de aproximadamente vinte e cinco anos, que compreende tanto o ascenso das massas trabalhadoras do qual tratamos, quanto um posterior refluxo desta correlação de forças e lutas sociais, relacionada principalmente à ofensiva burguesa representada pela hegemonia neoliberal, a partir do final dos anos 80 e sobretudo durante os 90, a qual se apresenta até hoje.

Assim, neste contexto, o PT representava uma alternativa operária-popular de ruptura e crítica à institucionalidade burguesa e ao sistema político-econômico vigente – ainda que com todas as vacilações e contradições internas apresentadas desde sua gênese –, o “partido sem padrões” contava em suas trincheiras com amplos setores do movimento de massas, os quais viriam a formar o MST e a CUT, movimentos sociais populares, intelectuais social-democratas e socialistas, trabalhadores da cidade e do campo, Pastorais Sociais da Igreja Católica e diversas correntes/tendências da esquerda marxista brasileira. Em seu programa fundacional – *em muito influenciado pelas concepções defendidas pelos setores que reivindicavam a estratégia revolucionária* – defendia a tese marxista de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” e se organizou em torno a uma ampla crítica às alianças políticas da “oposição democrática” com a burguesia brasileira, ao sindicalismo oficial amarelo/“pelego” e à burocratização dos partidos comunistas do Brasil. O ascenso de massas

acima descrito atinge seu cume na onda de greves operárias dos metalúrgicos do ABCD e capital paulistas, onde se dá – em 78 e 79 – a gestação e desenvolvimento de um *Movimento pela Construção de um Partido dos Trabalhadores*, do qual o sindicalista “Lula”, transforma-se em expressão fundamental.

O discurso que se construiu hegemonicamente sobre a *transição política conservadora* – ou “transação”, como ironizava Florestan Fernandes à época <sup>(25)</sup> – e sobre a oposição à ditadura militar, contudo, partiu de uma vitória de setores liberais-burgueses concentrados no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do qual também participaram (legitimando-o) organizações políticas de esquerda tais como o PCB, o PCdoB, o MR-8 e parcelas da intelectualidade brasileira que apoiaram a Nova República na construção social de sentido sobre suas diversas dimensões. Por outro lado, o movimento operário-popular e correntes de esquerda situadas e referenciadas politicamente através do Partido dos Trabalhadores (PT) negaram-se a legitimar a institucionalização política através do Colégio Eleitoral, taxados de “divisionistas e sectários” pelos setores que pactaram a “transição lenta, segura e gradual” com o antigo regime (que depois originaram o PMDB, de Sarney, e o PSDB, de FHC). O sentido social que se constrói sobre o processo de oposição à ditadura militar – nestes termos – é o que fundamenta as bases, já desde os anos 70, para que a hegemonia do projeto histórico neoliberal seja possível na década de 1990 na formação social brasileira, configurando e determinando o processo da *transição política conservadora* através da elaboração das principais tendências estruturais que a caracterizam enquanto fenômeno histórico-social. A *transição política conservadora* que transformou o regime militar – de 1964 a 1985 – numa democracia capitalista-dependente – de 85 até os dias atuais –, segundo Silva, “deixou na sociedade brasileira uma enorme contradição entre os mecanismos institucionais de representação política e a contínua e crescente miséria social, agravada ainda mais através das políticas neoliberais da última década”. O processo de “redemocratização”, como o chamavam à época intelectuais como Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso – ex-Ministro da Cultura e ex-presidente da república, respectivamente – foi “eminentemente institucional e voltado para a disputa eleitoral” (Silva, 2000). Institucionalidade esta que, como diz Caroni Filho (2002), “surgiu de uma transição negociada com o regime ditatorial que se auto-reformava; não houve ruptura efetiva que consolidasse uma autêntica ordenação democrática”.

“O caldo de cultura autoritário permanece incólume na sociedade brasileira – e foi razoavelmente engrossado nos últimos oito anos – rolos compressores suprimiram dispositivos constitucionais com o único objetivo de saciar as demandas da banca privada”, completa Caroni, “de roldão, foram-se direitos trabalhistas e empresas públicas, tudo com respaldo legal de afogadilho e prestimosas gavetas da Procuradoria-Geral da República, a imprensa – essa fiscal suscetível a propostas generosas, a tudo aplaudiu – com raríssimas exceções, chamou truculência de pragmatismo e sucateamento de modernização” (Caroni Filho, *idem*). Pensamos que a intelectualidade brasileira, núcleo duro das camadas sociais médias, teve grande influência na articulação do consenso, passivo, e na construção social de sentido ao discurso que se tornou hegemônico, através de sua mediação política, entre os campos oposicionistas durante a época da crise da ditadura militar; principalmente pela ausência de expressão política do jovem proletariado brasileiro que chegasse a constituir uma hegemonia alternativa de composição operária e popular, em aliança com o campesinato pobre, e assim constituir um projeto histórico enquanto *força social autônoma e ação histórica independente*, em luta/movimento político – de acordo com a acepção marxiana da luta de classes –, de acordo com seus interesses/necessidades históricos classistas. Em especial, destacamos as posições

de intelectuais advindos do *Seminário d'O Capital* da Universidade de São Paulo (USP) – tais como Cardoso e Weffort; através do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), dos jornais alternativos Movimento e Opinião, da formulação do manual eleitoral do MDB (1974) e, principalmente, “devido ao papel que desempenharam no cenário político e intelectual, nos anos 70 e 80, através de palestras, debates e na construção orgânica de campos oposicionistas” (Silva, 2000). De forma absolutamente geral, podemos afirmar que a “galvanização” (Silva, 2003) política e ideológica operava a partir de um superdimensionamento das noções de *sociedade civil* e *democracia política* e da diluição do caráter de classe do regime e do Estado (burguês) a se combater. O horizonte das transformações sociais limitava-se, desta maneira, circunscrevendo-se a nada mais do que os marcos estratégicos da institucionalidade democrático-burguesa e, subseqüentemente, à Ordem do Capital.

Mas vejamos com cuidado o quadro apresentado. O final dos anos 70 marca uma inflexão na história social e política do país, caracterizada esta pela emergência de movimentos sociais de natureza operária e popular, fazendo-os ascenderem à condição de importante sujeito coletivo de oposição, resistência e luta contra a ditadura civil-militar. Até então o que existia era a hegemonia quase exclusiva de setores burgueses e liberais na iniciativa das propostas alternativas ao regime vigente, *no sentido de reformá-lo*. Os novos personagens que entram em cena o fazem a partir da perspectiva do antagonismo classista, primeiramente limitados às formas sociais de consciência espontâneas e imediatas, mas envolvidos num processo que lhes permitia – enquanto possibilidade – superar a apreensão subjetiva circunstancial a partir da substantivação da condição operária no movimento do real. Ozaí da Silva (1987 e 1999), à época operário metalúrgico na Saab Scania do Brasil e posteriormente docente concursado da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – categorias de trabalhadores que, respectiva e coincidentemente, postaram-se à frente das lutas de classes nos idos de 80 e 90 – vaticina: “O irromper da greve de maio na Saab Scania do Brasil, em São Bernardo do Campo, coloca em xeque a política econômica do regime militar e faz com que os ventos de democracia soprem mais fortes. O ascenso operário propicia condições favoráveis para o crescimento da influência da esquerda marxista no interior do movimento sindical e popular” (Ozaí da Silva, 1999).

O movimento grevista impunha o desmascaramento das burguesias nacional e internacional que, ao passo em que apresentavam um discurso “democrático”, coadunavam-se aos aparelhos repressivos do Estado contra as reivindicações operárias. A opressão política e a exploração econômica, insiste Dias (2001), são “irmãs siamesas”. A burocracia estatal proveniente das forças armadas não se constrói de forma autônoma sobre as classes sociais: a natureza de classe da ditadura civil-militar é essencialmente burguesa. De que forma colocava-se, então, a “questão democrática” na perspectiva das camadas sociais proletárias na luta contra a ditadura civil-militar? Segundo Boito Jr. (1999): “desconfiança operária diante da concepção liberal que predominava na frente democrática”. Denúncias, exigências e negação (questionamento) da concepção liberal-burguesa que determinava os limites democráticos a partir de um abismo entre as condições concretas de existência social da maioria da população trabalhadora e os mecanismos institucionais de representação política. Os determinantes da derrota política consolidada na *transição política conservadora*, enquanto um movimento de *reformas pelo alto*, dão-se em diversos níveis de abstração, compreendidos como causalidades complexas, contudo – em última instância – media-se pela não-constituição de *ações históricas independentes* galvanizadas pelos movimentos sociais proletários emergentes, pelo “novo sindicalismo” e pela esquerda marxista em processo de reconstrução; que não chegaram a se configurar como *força social autônoma*. Desta forma, pode-se compreender a *transição política*

*conservadora* como “revolução passiva”: inapetência momentânea das classes subalternas em promoverem iniciativas históricas autoconscientes, auto-organizadas e autodeterminadas para além da subversão “esporádica, elementar e inorgânica” e, em simultaneidade, incapacidade das classes dominantes de integrar interesses e aspirações dos “de baixo” e assim manter o “consenso ativo” da população oprimida. O caráter de classe do jovem proletariado brasileiro, sua dinâmica e os métodos que lhes são próprios diluíram-se no *discurso da sociedade civil mobilizada contra a burocracia estatal* em prol da *redemocratização política*, possibilitando às frações burguesas preservarem o *bloco constituído no poder*, na inteireza de sua formação classista e absorvendo apenas parte das demandas operárias e populares. A transição não se faz – portanto – “contra” o Estado, mas a partir dele, e não como oposição à burocracia militar nos postos de comando, mas como “auto-reforma” do regime em crise.

Ainda assim, através da formulação política à época da fundação do PT e, posteriormente, na gênese da CUT, pode-se identificar a embrionária formação da possibilidade de um campo operário e popular – ainda que golpeado desde seu nascedouro – que se opusesse a esta hegemonia burguesa em construção, nas circunstâncias resultantes do período pós-transição. *A rebeldia do trabalho*, que havia experimentado diversas formas e modalidades de luta radicalizada – boicote à produção, comissões de fábrica, saques a supermercados, ocupações de terras etc. – no enfrentamento classista ao arrocho salarial, ao desemprego, à super-exploração do trabalho e às precárias condições de vida, segue no combate – pela dinâmica e forma que assume o antagonismo capital-trabalho num momento histórico específico e numa formação social determinada – vai ampliando-se no confronto à política econômica, à superestrutura jurídico-política e à coerção estatal. As greves nacionais de protesto dos anos 80, objetivação de experiência organizativa acumulada pelos batalhões mais destacados da *classe-que-vive-do-próprio-trabalho* no Brasil em fase de ascensão e ofensividade – especialmente metalúrgicos, bancários, petroleiros e funcionários públicos –, assumem contornos que superam a contingencialidade da ação sindical na “Nova República”, conformando uma plataforma programática que entrelaça os aspectos mais elementares das necessidades imediatas aos interesses históricos da classe trabalhadora brasileira: não-pagamento da dívida externa, diminuição da jornada de trabalho sem arrocho salarial, ruptura com o FMI, estatização dos sistemas de saúde, educação, transportes e financeiro, reforma agrária radical sob controle dos trabalhadores etc. Ao menos enquanto possibilidade colocava-se – através de congressos cutistas, greves nacionais e outras instâncias de mobilização e luta – a formação deste campo operário e popular, ainda que com limitações, como sujeito de transformações sociais. O quadro de referências descrito apresenta-se, então, organicamente vinculado às lutas diretas de massas desenvolvidas, alargando a penetração entre amplos contingentes populacionais das camadas sociais populares. A situação inicial de escalada grevista e ascenso dos trabalhadores – ainda que com limitações – vai ceder lugar a uma fase de refluxo social, as lutas diretas de massas vão ser substituídas pela ação parlamentar-institucional e pelo “sindicalismo propositivo” e a independência classista será diluída no *discurso da cidadania*. O que ocorrera entre as décadas de 1980 e 1990? Como se apresentam as conjunturas nacional e internacional, em suas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais? Quais condicionantes e determinações influíram e limitaram decisivamente este processo?

**“O velho ainda não morreu, e o novo não pode nascer”:** do ascenso pós-78 ao refluxo dos anos 90

Num quadro internacional marcado pela queda do odiado Muro de Berlim e da ofensiva imperialista, impunha-se a hegemonia de outra divisória – expressão concreta das *liberdade, democracia e livre-mercado* “realmente existentes”, exortados pelo presidente norte-americano

George Bush no lançamento da *Iniciativa para as Américas* (1990) – o Muro de Tijuana, obstáculo metálico de cinco metros de altura e vinte e quatro quilômetros de extensão equipado com sensores eletrônicos e câmeras infra-vermelho, que separa a América Anglo-Saxônica da América Latina, na fronteira EUA-México. As organizações dos trabalhadores de inspiração marxista no Brasil sofrem “metamorfoses” ideológicas e políticas – segundo Ozaí da Silva (1999) – ao longo dos anos 80 e 90, as quais devem ser atribuídas a múltiplos fatores, endógenos e exógenos, que se relacionam e se influenciam, de forma simultânea e mutuamente, em maior ou menor intensidade: evolução do processo institucional-eleitoral no país, conseqüências teórico-práticas da crise e desintegração da ex-URSS, política econômica nacional e quadrante histórico internacional, fim da ditadura civil-militar e eleição/reeleição de FHC (Ozaí da Silva, *idem*). As transformações ocorridas com as principais organizações de trabalhadores, como a CUT, foram analisadas ao longo dos anos – conforme Boito Jr. (1999) – segundo critérios que enfocam prioritariamente ora as concepções e práticas de suas direções majoritárias, ligadas à Articulação dos 113/Articulação Sindical (de Lula da Silva); ora as condições objetivas e independentes da vontade de sua direção: “tendência geral” à institucionalização sindical, desemprego estrutural, concorrência empresarial etc. As vertentes explicativas estariam ligadas a diferentes estratégias e táticas políticas. A primeira delas parte de intelectuais ligados a organizações de esquerda no movimento operário que fazem oposição à corrente lulista, enquanto a segunda liga-se à direção hegemônica – a Articulação petista, de Lula – das lutas dos trabalhadores, movimentos sociais e esquerda política do país. Os discernimentos trazidos apontam por um lado para a social-democratização, burocratização estrutural e fraudes internas da CUT – reivindicando o retorno dum caráter democrático e de luta para a central sindical degenerada – e, por outro, a “transição à democracia” no Brasil, a profissionalização sindical e o aumento da concorrência capitalista como aspectos “inexoráveis” do processo histórico. A coincidência na caracterização de um deslocamento do sindicalismo *combativo* ao *propositivo* é o que marca a unidade das análises “voluntaristas” e “objetivistas”, nas palavras de Boito Jr. (*idem*). O impulso proletário que deu origem à CUT – informado pelo sindicalismo combativo dos “autênticos” e das oposições sindicais por local de trabalho – esgotou-se no final dos anos 80 e início dos anos 90. Os múltiplos e diversos motivos do referido refluxo podem ser atribuídos à metamorfose das relações de trabalho decorrentes da “reestruturação produtiva”, à permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista típica do *populismo getulista* – não extintos na fase de ascensão do *novo sindicalismo* – e à crise de direção do movimento operário expressada nas práticas e concepções da burocracia cutista, cada vez mais integrada à ordem burguesa e à perspectiva do *sindicalismo propositivo* (Mattos, 2003): negociações, consertação social, pragmatismo. O definimento da central no aparelho estatal a partir da ascensão da Frente Popular Lula-Presidente ao poder pode ser conferido na análise material e ideológica efetuada, entre outros, por Mattos (*idem*). O *novo sindicalismo* – competentemente analisado em diferentes angulações e perspectivas por Boito (1999), Antunes (1992) assim como por Giannotti e Neto (1991) – *envelheceu*. Agora, o imperativo lenineano parece ainda mais atual: *que fazer?*

No que se refere ao PT, pode-se afirmar que “condensa um processo de reconfiguração social e política da classe trabalhadora brasileira que havia se processado na década de 1970 por meio de uma multiplicidade de movimentos sociais que contestavam a antigas formas de institucionalização da política das classes subalternas” (Bianchi e Braga, 2003b). Surgido no calor das lutas do ABCD e capital paulistas contra a super-exploração do trabalho, a estrutura sindical corporativista atrelada ao Estado e à opressão política ditatorial, o PT possibilitou uma crítica ao colaboracionismo de classe, ao peleguismo sindical e à burocratização dos partidos comunistas do Brasil, mas nunca definiu-se pela estratégia socialista e revolucionária como

forma de construir uma “sociedade sem exploradores ou explorados”. “As marcas desse classismo prático eram sua repulsa quase instintiva às políticas de colaboração, concertação e alianças com a burguesia, a afirmação em seu nascedouro de uma vocação anticapitalista e uma crença no poder taumatúrgico das ‘bases do partido’. Essa dimensão prática, espontânea, foi o que deu ao Partido dos Trabalhadores o vigor e o empuxo capaz de renovar a forma de fazer política da classe trabalhadora e, como reação, das próprias classes dominantes. Era a afirmação política de uma força inimaginada e inesperada até então. As práticas espontâneas desse classismo, logo transformaram-se em um espontaneísmo teórico. A ausência de definições estratégicas mais precisas foi creditada à plasticidade do próprio movimento e apresentadas como a maior virtude do Partido. Daí a insistência de que o PT não nascia ‘pronto e acabado’ e que seu programa surgiria ‘da prática política das suas bases sociais’ e seria detalhado ‘pela prática política dos trabalhadores’” (Bianchi e Braga, idem).

O “classismo prático” cede lugar a um “espontaneísmo teórico”, abstendo-se de formular um projeto histórico e societal alternativo – amparado numa concepção de mundo e numa racionalidade antagônica à Ordem do Capital – inserindo-se de forma passiva e subalternizada nas batalhas ideológicas que orientam a luta de classes e reduzindo-a à dimensão econômico-corporativa, que Gramsci e Lenine identificavam como as formas mais elementares de consciência imediata do *ser-que-vive-do-trabalho*, as quais deveriam ser superadas. A burocratização partidária, os êxitos eleitorais e a dependência material aos aparelhos do Estado brasileiro – através de secretários, deputados, senadores, prefeitos, governadores etc. – concretizaram em definitivo a integração do PT à institucionalidade burguesa, mediada através de uma concepção “poulantziana” de Estado, apresentado este como expressão da correlação de forças entre as classes em luta num dado momento histórico, sem limites estruturais ou classistas. Nestes marcos, “é o próprio princípio do conflito de classes – o conflito entre coletividades internamente coesas – que se torna comprometido” (Przeworski, 1989). A apresentação de um mercado naturalizado e a defesa da *democracia em abstrato como valor universal* marcam o deslocamento definitivo do *socialismo petista* para o campo liberal-burguês no final dos anos 80, cabendo ao Estado, em termos político-programáticos: “uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários” (PT, 1998). Os eixos e temáticas que sustentam este deslocamento político – afirma Silva (2000) – assentam-se sobre determinadas concepções, historicamente erigidas, de *democracia política e sociedade civil*.

“O conceito de sociedade civil, como apresentado na perspectiva marxista, nas circunstâncias históricas que acima apresentamos, teve uma leitura problemática no Brasil, a partir da década de 1970, assumindo muitas vezes traços de uma dicotomia radical, marcada por uma ênfase maniqueísta. Para Coutinho (1999), ao contrário do que era dito por Gramsci, tudo que provinha da sociedade civil era visto de modo positivo, enquanto tudo que dizia respeito ao Estado aparecia com sinal fortemente negativo. No período ditatorial, especialmente entre 1975 e 1978, o conceito reservou um nível de oposição política, embora encobrisse as diferenciações de interesses sociais e políticos. Logo em seguida, com a ampliação das lutas sociais, especialmente as lutas operárias e populares, esse conceito passou a evidenciar o que seria uma espécie de virtuosismo dos movimentos sociais populares como sujeitos centrais na luta contra a ditadura militar. Tal ‘ênfase maniqueísta’ não deixou de ter seus frutos no período democrático na sociedade brasileira. Essa contraposição entre sociedade civil e Estado continuou a ocorrer, principalmente com a década de 1990, quando se amplia o ideário e a política neoliberais sobre a sociedade brasileira. Agora essa contraposição se afirma em um discurso tendo duas premissas básicas nesse deslocamento: mercado *versus* Estado, por um lado; e a apologia da

*sociedade civil* como a sociedade resolvendo os seus próprios problemas, por outro” (Silva, 2000).

A diferença fundamental que se apresenta entre os partidários do *discurso da cidadania* (Welmowicki, 1999) na confrontação com o marxismo trata-se certamente da negação que estabelecem, os primeiros, sobre a divisão da sociedade entre classes sociais antagônicas, entendendo as chamadas “desigualdades sociais” enquanto “resultado de uma ordem perversa, fruto de uma opção política (no caso, da opção neoliberal)”. Segundo Dias (1998), ocorre que os setores majoritários das esquerdas “reduziam o modo de produção capitalista à produção de mercadorias.” Assim, deslocada a questão central em torno da produção e reprodução da própria Ordem do Capital, estes se voltavam para o campo da distribuição e do consumo no que seria “uma visão ‘distributivista de esquerda’”. “Confundiam-se conquistas materiais com a própria centralidade da luta e do projeto. Enquadravam-se, assim, as reformas necessárias para a transformação social com uma direção reformista da luta. Subalternizava-se a estratégia à tática, confundindo-se o possível com o necessário. Passavam, repito, a responder a uma agenda que não era a sua e sim a do capitalismo em todos os níveis de intervenção social” (Dias, idem). Assim o que se coloca como horizonte é a racionalização ou redistribuição de renda nos limites do capitalismo e no marco da democracia burguesa. Sob esta concepção seria possível superar a gravidade crescente do processo de miséria absoluta e os antagonismos sociais crônicos através da tão recorrente “inclusão social”, sem alterar a infra-estrutura econômica que sustenta determinada forma de propriedade. Dessa maneira, se oculta à classe operária e aos trabalhadores da cidade e do campo que, para superar tais antagonismos, é necessário expropriar de forma revolucionária os meios de produção e arrancar a riqueza da burguesia financeira, industrial e comercial. “Discutir a distribuição de benefícios sociais sem questionar a exploração capitalista é aceitá-la na prática” (idem, ibidem). A crítica às concepções populistas-trabalhistas e às práticas dos partidos comunistas brasileiros, desta forma, não se consolidaram historicamente. A idéia antes difundida como “Povo”, nos anos 50 e 60, tornou-se agora o discurso da “cidadania”, e o que outrora foi a defesa da “Nação” converteu-se na apologia à “sociedade civil”; mantém-se o conteúdo: *colaboração de classes* (Welmowicki, 2004). *O velho ainda não morrera...*

### **Campanha (Inter)Nacional contra a ALCA (CNCA): Gênese, Desenvolvimento e Perspectivas (1998-2003)**

No Brasil impulsionou-se o desenvolvimento de um amplo movimento social de massas – *mediante a experiência de diversas lutas sociais e mobilizações populares articuladas através da auto-organização social e da coordenação multissetorial de sujeitos sociais e políticos como movimentos sociais, organizações populares, sindicatos classistas e partidos políticos de esquerda significativos do seio do povo trabalhador brasileiro* – envolvendo, entre outros, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Federação Democrática e Combativa dos Metalúrgicos da CUT, o Sindicato Nacional “Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior” (ANDES-SN) –, as Pastorais Sociais da Igreja Católica e a Campanha Jubileu Sul, a Auditoria Cidadã da Dívida Externa/UNAFISCO-Sindical, o “Grito dos Excluídos”, a Marcha Mundial de Mulheres, a “esquerda” do Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento Consulta Popular <sup>(26)</sup>. Consideramos este processo de articulação entre movimentos sociais, sindicatos classistas, organizações populares e partidos políticos de esquerda como uma *frente unitária de ação de trabalhadores do campo e da cidade orientada pelo antiimperialismo e pelo questionamento e negação dos postulados neoliberais, unificados pela perspectiva da luta direta de massas e*

*pelo horizonte de ruptura com a ordem vigente, ou, mais precisamente, numa configuração nitidamente anti-ALCA.* Dezenas de milhares de ativistas em todo o país deram impulso a manifestações massivas, comitês unitários e democráticos, conferências e uma onda de atividades/práticas sociais populares em escolas, bairros, igrejas, acampamentos e assentamentos rurais, sindicatos, fábricas e lugares de trabalho que culminaram com a realização de um plebiscito popular – não-oficial e sem voto obrigatório – durante a primeira semana de setembro, coincidindo com a celebração oficial da independência nacional. Mais de dez milhões participaram do plebiscito para dizer três vezes não: (i) *não à adesão do Estado brasileiro à ALCA,* (ii) *não à continuidade do governo brasileiro nas negociações e* (iii) *não à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos da América.* Como veremos, o processo organizativo aqui sumariamente enunciado extrapola as fronteiras nacionais desde sua gênese e formação.

Da mesma forma como concebemos o projeto ALCA como parte da *estratégia imperialista que visa intensificar a dependência histórico-estrutural aos centros nervosos de acumulação capitalista via institucionalização jurídico-política da manutenção, legalização e aprofundamento das políticas neoliberais do Consenso de Washington no país* – cabe assinalar – consideramos também que a *Campanha Nacional contra a ALCA (CNCA)* aglutinou ao seu redor, de forma mais ou menos direta – e *com diferentes variedades de forma e conteúdo,* conforme veremos a seguir – a quase totalidade de ativistas, militantes, intelectuais, movimentos sociais populares, sindicatos classistas e partidos políticos de esquerda que no Brasil vem se opondo e oferecendo resistência, de alguma forma e em alguma medida, à *hegemonia neoliberal e à institucionalidade burguesa na história recente do país.* Oposições, resistências e lutas que se dão no interior de um quadro geral não-homogêneo e não-unitário; cabe ressaltar, com diversos dimensionamentos de fundo, concepções teóricas e práticas políticas muitas vezes conflitivas acerca da natureza do atual estágio do capitalismo contemporâneo, os limites democrático-burgueses configurados através do Estado capitalista bem como sua expressão política, econômica e ideológica neoliberal na sociedade brasileira e, em especial, as concepções estratégicas, as mediações teórico-políticas e os métodos de luta propostos para combatê-los. *Abre-se assim a possibilidade de aprofundar o conhecimento sobre as lutas dos trabalhadores, os movimentos sociais e a esquerda política – considerados, como veremos a seguir, em seus diferentes níveis de contingencialidade e organicidade – no Brasil a partir de suas concepções e propostas concretas na história mais recente do país sob a hegemonia do neoliberalismo,* especialmente relacionadas à *recolonização imperialista e à ALCA,* e em *aspectos conjunturais mais imediatos da cena política, em constante conexão com suas determinações históricas mais gerais.* “Ora, o que é a Alca senão o aprofundamento, em tratado internacional, do modelo de liberalização comercial e financeira aplicado no Brasil, com resultados preponderantemente desfavoráveis, desde o início dos anos de 1990? Ao impossibilitar o Estado brasileiro de se valer de toda uma gama de instrumentos de controle e intervenção econômica, a Alca eternizaria a linha liberal que prevaleceu no período 1995-2002” (Batista Jr., 2003).

#### **Alguns esclarecimentos método-epistemológicos**

Primeiramente, faz-se necessário debruçarmo-nos sobre uma forma social de compreensão da CNCA enquanto movimento social de massas, identificando simultaneamente os discernimentos e limitações trazidos por determinada angulação teórica, à luz do devir histórico. Neste sentido, não são poucos os autores que, partindo de variadas matrizes político-ideológicas, associam e/ou aproximam o que consideram os “movimentos antiglobalização”, o “movimento dos movimentos” e/ou o “novo internacionalismo” (Chomsky, 2002; Sader, 2001 e

Löwy, 2001) – e, por extensão, as Campanhas Internacional e Nacional contra a ALCA – ao que se convencionou denominar *paradigma dos novos movimentos sociais*. “Partindo da inadequação do paradigma tradicional marxista, denominado por alguns clássico ou ortodoxo, para a análise dos movimentos sociais que passaram a ocorrer na Europa a partir dos anos 60 deste século, assim como fazendo a crítica aos esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores (que analisavam os movimentos como negócios, cálculos estratégicos etc.), Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe, entre outros, partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (Gohn, 2000). Na esfera da *relativa autonomia* que caracteriza a presente (e toda) corrente teórica, perguntamo-nos: *Quais são os nós górdios e os pontos de inflexão que se apresentam? Quais problemáticas e eixos norteadores mobilizam seus esforços nucleares de análise/reflexão? Que aspectos são destacados e quais são secundarizados? Que elementos a determinam? Sob quais mediações? De que forma? Por quê?* Por um lado, nega-se determinada visão de “marxismo clássico ou ortodoxo” atribuindo-lhe o que seria um *determinismo economicista* supostamente incapaz de equacionar a *ação dos sujeitos sociais* que, de fato, manifestou-se na corrente majoritária da II Internacional (Kautski, Plekhanov etc.), nos austro-marxistas (Bauer, Hilferding etc.) e na reificação do marxismo produzida pelo estalinismo. A partir da generalização deste aspecto a todo o marxismo – inclusive àqueles e àquelas que dedicaram suas vidas a combater sistematicamente estas tendências (Luxemburgo, Lenine, Trotsky etc.) – e aos próprios Marx e Engels, procede-se à negação da concepção materialista e dialética da história, e, sob este eixo, desliza-se para a priorização da *vida cotidiana*, das *relações interpessoais* e da *intersubjetividade relacional* e, por fim, *as estruturas sociais são reduzidas a emanações autoproduzidas pela subjetividade coletiva*. Aqui o ciclo, enfim, se completa. Às quimeras de *desterritorialização do império*, *fim do Estado-Nação*, *negação da centralidade do trabalho*, *extinção da divisão de classes nas sociedades contemporâneas* etc. soma-se, por fim, *à volatilização dos sujeitos históricos da transformação social*. O “presentismo” e o “pós-modernismo” a que se referia Boito Jr. (2000) apresentam-se nesta perspectiva em diferentes momentos, partindo da análise que faz da ascensão dos movimentos sociais urbanos dos anos 80, da forma assumida nos anos 90 – “via grandes coligações: os fóruns nacionais [...] terra, trabalho, cidadania” (Gohn, 2000) – e, recentemente, na caracterização do movimento antiglobalização como “completamente diferente dos outros movimentos sociais que conhecemos até o séc. XX (...) nega a forma como a ordem capitalista vigente se reproduz, e não a ordem em si” (Gohn, 2003, grifos nossos). Será este o aspecto novidadeiro identificado pelos teóricos dos “novos” movimentos sociais e do “novo” internacionalismo?

Num segundo momento, e ainda sem maiores discernimentos, faz-se importante não perder de vista o processo organizativo em sua *totalidade concreta* – de surgimento, articulação e construção do CNCA – considerando o que se desenvolveu em termos de mobilizações, protestos e lutas sociais à margem de um marco do que poderíamos chamar de *conscientemente voltado ao combate à ALCA*, mas que, de qualquer forma, atentava e atenta – com diferentes graus de intensidade – contra suas diretrizes, propostas e eixos principais. Ao empregarmos a expressão *conscientemente voltado ao combate à ALCA* não se trata aqui de aludir à antinomia *consciência verdadeira versus falsa consciência* proposta por Lukács (1960) em *História e Consciência de Classe*, no que se refere ao que seria a “missão histórica” dos sujeitos coletivos pertencentes ao proletariado e às classes subalternas do país. Em verdade estamos estabelecendo uma diferenciação entre as propostas e práticas imediatamente dirigidas ao combate à ALCA, de forma consciente, organizada e autodeterminada (por

exemplo, as campanhas multisetoriais coordenadas entre si), e aquelas que, às vezes até de forma mais contundente e eficaz, questionam e negam os postulados e diretrizes neoliberais-imperialistas que a informam (ALCA) – as quais não necessariamente dão-se no marco de movimentos, articulações ou campanhas explicitamente anti-ALCA – como por exemplo as lutas políticas, os embates sociais e as ações diretas de massas, ou seja, lutas diretas como paralisações ou bloqueios de auto-estradas; passeatas e manifestações políticas; marchas e cortes de estrada; greves de massas ou de protesto; ocupações de terras, fábricas, órgãos públicos e insurreições operário-populares que recorrem aos métodos próprios de combate dos trabalhadores da cidade e do campo em seus enfrentamentos classistas. Aqui se pretende construir ferramentas de mediação categorial que possibilitem a *descrição* e a *explicação* – entendidos como momentos indissociáveis entre si, *numa perspectiva dialética do método investigativo* – das formas de existência histórica assumidas pelos processos de lutas sociais na história recente do movimento social operário e popular no Brasil. A idéia do jovem Marx, d’A *Sagrada Família* de 1844, utilizada na epígrafe do conhecido ensaio de Lukács (1960), é, por-si só, bastante sintomal: “Não se trata do que tal ou qual proletário ou mesmo o proletariado inteiro se represente em dado momento como alvo”, diz Marx, “trata-se do que é o proletariado e do que, em conformidade com o seu ser, historicamente será compelido a fazer” (Marx apud Lukács, 1960). Como nos sugere Antunes (1992 e 1995), tratar-se-ia – nos casos que aludimos acima – da *ação espontânea de massas*: a qual, se não cabe subestimar, *tampouco se deve mistificá-la*.

“(…) aquela que nasce do próprio movimento instintivo de classe, sem a presença de direção política consciente. Quando a ação que motivou resulta de uma concretude sem que tenha ocorrido uma prévia ideação social ou política. São aqueles movimentos que brotam da própria situação de classe em sua processualidade e desenvolvimento, em seu ir-sendo. É a ação que se atém ao plano da imediatividade, contingencial, da consciência cotidiana. Como disse limpidamente Gramsci, são aqueles movimentos que ‘não são devidos a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, senão formados através da experiência cotidiana iluminada pelo senso comum, ou seja, pela concepção tradicional popular do mundo, coisa que muito vulgarmente se chama ‘instinto’ e que não é senão também aquisição histórica, só que primitiva e elementar” (Antunes, 1995, grifos nossos).

### **Os condicionantes históricos da formação da CNCA**

A origem e os desdobramentos da CNCA inserem-se num amplo quadro de condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais que possibilitaram historicamente – e *estas mediações são fundamentais na compreensão deste movimento do real* – seu surgimento, desenvolvimento e afirmação. Desde meados da década de 1990 a *hegemonia neoliberal*, tal como a definimos em seus traços principais, vem sofrendo a resistência organizada dos trabalhadores do campo e da cidade, já seja a partir de movimentos grevistas, ocupações de terras, mobilizações juvenis-populares, marchas políticas, plataformas reivindicatórias em defesa do pleno emprego, campanhas contra as privatizações do setor público e lutas setoriais a favor da reforma agrária; muito embora num momento adverso, de refluxo social contingencial e derrota política momentânea das lutas levadas a cabo pelas classes subalternas do país, em especial dos assalariados urbanos, haja vista que – em função de uma série combinada de causalidades complexas, entre as quais figuram: o secular problema da concentração fundiária, a “modernização conservadora” no campo brasileiro, o próprio advento do neoliberalismo, a inviabilização da pequena produção agrícola e o massivo desemprego estrutural urbano – os trabalhadores rurais e camponeses pobres aglutinados em torno à luta pela terra, MST à frente, constituíram um dos pólos privilegiados de resistência popular ao neoliberalismo no Brasil na metade final do decênio passado (Colleti, 2002; Sangermano Valejo e Della Santa Barros, 2002). Contraditoriamente, portanto, a CNCA nasce

em torno de um marco geral adverso e, simultaneamente, lança algo de luz sobre possibilidades históricas latentes do ponto de vista das camadas sociais populares. É neste sentido que nos parece fundamental proceder à síntese de suas principais determinações.

Embora não comporte o mesmo alcance e significado histórico, podemos esboçar um paralelo entre a derrota política sofrida pelos mineiros britânicos, na Inglaterra de Margaret Thatcher, e o revés sofrido pela greve dos petroleiros no Brasil do primeiro mandato de FHC. “Fernando Henrique Cardoso inspirou-se, segundo as próprias palavras dele e de sua *entourage* na ação repressiva dura de Thatcher contra os mineiros britânicos, ocorrida dez anos antes, para definir sua política contra a greve dos petroleiros. O governo, em aliança com os distribuidores, sonegou gás de cozinha à população, fazendo essa crer que a responsabilidade pela falta de gás era dos grevistas, ocupou militarmente inúmeras refinarias e, após a greve, impôs multas impagáveis aos sindicatos dos petroleiros – a multa a sindicatos por danos causados em decorrência de greve é uma antiga proposta do pioneiro do neoliberalismo, Friederich Hayek, e foi uma prática amplamente usada por Thatcher na Grã-Bretanha” (Boito Jr., 2000b). As condições objetivas exigidas para a implementação do *ajuste estrutural* constituíam-se, mais marcadamente a partir dos governos Collor (1990-1992), durante o *interregno* de Itamar (1992-1994) e, em sua expressão desenvolvida, em Cardoso (1994-1998 e 1998-2002) num claro diapasão que agudizava a necessidade do Estado reprimir *violenta e estruturalmente* – inclusive utilizando-se das forças armadas – as lutas sociais, sindicais e políticas dos trabalhadores urbanos e rurais.

No Brasil, apesar da tendência generalizada de refluxo dos movimentos sociais populares durante a década passada, houve diversas manifestações de lutas sociais que se apresentaram em diferentes eixos, situações e conjunturas. Por um lado, destacamos que existem condicionantes objetivos que caracterizam uma situação adversa ao desenvolvimento da resistência popular ao neoliberalismo, acima mencionados – o que não se pode obviar – e, por outro, uma visão bastante difundida da ausência de conflitividade social, em verdade, *operação discursiva de ocultação* das tensões realizada pela sociologia conservadora, pela imprensa burguesa e, ao fim, pela ideologia dominante. Tendências de índole diametralmente oposta, as quais não devem ser confundidas ou subestimadas. “A naturalização dos processos sociais que implica esta perspectiva diluí a memória das lutas e a historicidade das relações sociais. A realidade é, entretanto, muito mais complexa e obstinada do que indica dita visão e mostra que os processos de re-regulação sócio-econômica geraram, no conjunto dos países da América Latina, inumeráveis conflitos de diversa índole. Contrariamente ao que se poderia pensar, durante a década dos 80 e 90 existiu um amplo processo de resistência social às políticas neoliberais; assim como a imposição de ditas políticas supôs a conformação de uma poderosa coalizão social dominante capaz de vencer estas resistências” (Seoane e Taddei, 2000). No Brasil, em específico, tornou-se algo próprio do *senso comum* afirmar a passividade das camadas sociais populares, sempre apresentadas como “não-combativas” e *incapazes de iniciativa autônoma*. Neste sentido, faz-se necessário destacar minimamente os momentos mais significativos do transcorrer da última década do ponto de vista das lutas e mobilizações promovidas pelas massas subalternas no decorrer deste período. A despeito do discurso conservador, nota-se, *não foram poucas*.

Em 1992 o povo trabalhador, com os estudantes secundaristas e universitários à frente, sai às ruas e derruba um presidente neoliberal e corrupto, impondo ao Congresso Nacional o *impeachment* de Fernando Collor de Mello; a partir de 1995 o MST constitui-se *organizativa e territorialmente* como movimento social e político – em defesa da reforma agrária e de

resistência popular ao capitalismo neoliberal – de dimensão nacional (Mançano, 2000), configurando-se como referência de ação direta de massas através das ocupações de terras; em 1995 organiza-se uma massiva Marcha Popular à Brasília envolvendo movimentos e organizações sociais, sindicais e políticas de esquerda que reúne mais de 30 mil manifestantes na capital do país, sendo seguida por uma Marcha Nacional realizada pelo MST na esteira dos Massacres de Corumbiara (1995) e Carajás (1997) – sendo, ambas, ultrapassadas poucos anos depois pela Marcha dos Cem Mil (1999), sob a palavra-de-ordem “Fora FHC e o FMI!”. Em 2000, o período que nos referencia está marcado, inicialmente, pelo *Movimento Brasil Outros 500 de Resistência Indígena, Negra e Popular*, pela Marcha Indígena 2000 (partindo de diversos estados do território nacional), pela I Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, pelos acontecimentos de Sta. Cruz Cabrália e Porto Seguro onde a manifestação popular “Brasil Outros 500” desmascara o governo e denuncia a farsa comemorativa dos “500 anos de descobrimento do Brasil”, sendo brutalmente reprimida pelas forças armadas, polícia militar e tropas de choque de FHC e Antonio Carlos Magalhães (Della Santa Barros e Menegotti Tasca, 2000); greve dos petroleiros, o movimento grevista das universidades estaduais e federais de 2000, junto aos funcionários da saúde, professores da rede pública de ensino médio e fundamental, tributaristas, previdenciários etc., e os enfrentamentos na Av. Paulista, a paralisação nacional da categoria dos caminhoneiros em abril e a ocupação massiva de prédios públicos pelo MST – principalmente as seções do INCRA, do BNDES e do Ministério da Fazenda – reivindicando políticas agrárias; construiu-se o Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa 2000, e a partir do início desta década, ocorre um considerável ascenso de ocupações urbanas por moradia popular; além de uma série de outros eventos que pretendemos analisar mais adiante, já mais próximos ao escopo do universo empírico-genérico e ao lapso temporal no qual pretendemos nos deter com mais acuidade.

Numa aproximação às tendências materiais e ideológicas que incidiram sobre o processo de gênese da CNCA devemos considerar a constante *interação dialética* subjacente nas relações entre nacional e internacional, conjunturas e estruturas, formação econômico-social e modo de produção, e, por fim, *imediato* e *histórico*. Observamos que durante o desenrolar do segundo mandato de FHC irão coincidir no tempo uma *crise econômica* de repercussão mundial (efeito-samba) – relacionada diretamente às flutuações do mercado financeiro e à crise fiscal do Estado – e uma *crise institucional* assolando o plano interno das classes dominantes. As oscilações interiores ao *bloco constituído no poder* não chegaram a configurar abalos de longo termo, de qualquer maneira, e tampouco houve qualquer forma de descolamento crítico entre governantes e governados. As ações/propostas do movimento de massas e suas respectivas direções político-ideológicas, contudo e ainda que incipientes, irão conformar um bloco de natureza diversa que, *por mais difuso que fosse*, alcançou visibilidade perante amplos contingentes populacionais subalternos enquanto oposição de caráter popular à *hegemonia neoliberal* no país. É a partir deste pano de fundo que podemos iniciar uma análise da historicidade concreta do movimento anti-ALCA: *seus sujeitos, dinâmica e perspectivas*.

Em 1998 tem lugar o início do *Simpósio sobre a Dívida Externa*, impulsionado principalmente por representações institucionais da Igreja Católica, sintonizadas com a *III Semana Social Brasileira* promovida pela CNBB junto a entidades, organizações e movimentos da América Latina, Europa e Estados Unidos. Entre 1998 e 2000 realizam-se uma série de atividades – tais como *simpósios regionais, tribunal da dívida externa e plenárias sociais* – que culminam na proposta de organizar um *Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa*. As mediações aqui se apresentam claramente situadas numa matriz ideológica proveniente da tradição judaico-cristã, associadas à noção de *Jubileu 2000*, “remetendo à necessidade de uma

redistribuição periódica das riquezas, para que a sociedade não desabe sobre o peso de sua própria desigualdade [...] A campanha brasileira e a coalizão *Jubileu Sul* – lançada em novembro de 1999, em Johannesburgo, por representantes de 33 países – vinculam fortemente a luta contra dívida e a luta contra o modelo econômico, com destaque para o comércio desigual, a financeirização e o crescimento da dívida pública” (Pomar, 2000). A *coalização cristã* – que no Brasil encontra guarida entre a CNBB, a Coordenação Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e entidades ligadas à Igreja – baseia-se na leitura dos “deveres sacerdotais” do *Levítico* (pertencente ao antigo testamento bíblico), o qual “compõe-se inteiramente de leis que visam à santificação individual e nacional”, para reivindicar a anulação das dívidas externas dos países mais pobres; “no ano do jubileu voltarão todos à posse dos seus bens”, reza o texto sagrado. Mas não é possível compreender as mensagens papais favoráveis ao “perdão da dívida dos países pobres”, a máxima “um milênio sem dívidas” ou mesmo as iniciativas eclesiais vinculadas ao cancelamento da dívida externa como *em-si*, ou seja, a partir da ideiação que fazem, estas, de si mesmas. Tampouco se encontra na letra bíblica os condicionantes últimos que movem estes setores. Como sugere Pomar (idem): “Outros setores da campanha internacional falam em um novo modelo econômico, mas priorizam de fato o perdão ou a renegociação da dívida, contrastando com o veredito do nosso Tribunal, que fala em *cancelamento*. Na mesma linha, a coalizão Jubileu Sul opta pelo confronto com organismos internacionais como FMI e Banco Mundial, enquanto outras campanhas cooperam com estes organismos, inclusive se dispendo a participar de programas de ‘troca de dívida por investimentos’”. Obviamente, também não podemos desconsiderar a complexidade das *co-determinações* presentes neste movimento.

#### A “cultura do vivido” e o “romantismo revolucionário” na gênese da CNCA

A “cultura do vivido”, segundo Williams, configurar-se-ia como uma *relação social de dominação classista* assentada – mais além do poder e da propriedade capitalista, os quais se mantêm, em última instância, *insubstituíveis na perpetuação da hegemonia burguesa* – sobre práticas, significados e valores interiorizados e difundidos pelas classes subalternas mesmas, “aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, sendo continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos, de tal forma que o que as pessoas vem a pensar e a sentir é, em larga medida, uma reprodução de uma ordem social profundamente arraigada a que as pessoas podem até pensar que de algum modo se opõem, e a que, muitas vezes se opõem de fato” (Williams, 1989). Desta forma, possibilita-se compreender a dialética que se impõe sobre a dinâmica das subjetividades produzidas pelos *modos de vida* constituídos entre as classes subalternas, enfim, os aspectos de *resistência* e os elementos de *conformismo* presentes na cultura popular, a “subordinação interiorizada e imperceptível” do que seria um “complexo de experiências, relações e atividades” que constituem a *hegemonia burguesa* (Chauí, 1986). Mas em que sentido tais formulações podem contribuir para a presente reflexão sobre as lutas sociais dos trabalhadores brasileiros na história recente do país? Primeiramente, verifiquemos uma importante *tendência* – na acepção gramsciana – “constituente” dos “modos de ver” dos movimentos sociais no país. Sem a pretensão de desviar o foco da discussão, faz-se necessário, contudo, problematizar minimamente, em suas diversas dimensões, a influência da Igreja Católica – especialmente suas correntes e tendências consideradas progressistas, tais como a *Teologia da Libertação* e suas variantes internas – sobre a história social recente das lutas dos trabalhadores, dos movimentos sociais e da esquerda política no Brasil. Os movimentos, tendências e partidos de esquerda engajados na resistência contra a opressão econômico-social das classes populares e à dominação política dos regimes ditatoriais civis-militares nas décadas de 1960 e 1970 viram-se apoiados por parte de alguns escalões clericais

que se descolaram da influência dos quadros militares e dos caudais mais conservadores da própria igreja. Não é possível negar, ainda, que os aspectos culturais próprios do *milénarismo cristão*, arraigados profundamente na constituição subjetiva e nos “modos de viver, pensar e sentir a vida” (Gramsci, 1968) de amplas camadas sociais populares brasileiras, há poucas gerações constituídas em classes trabalhadoras tipicamente urbanas, *calam fundo em suas formas sociais de consciência* (Arcary, 2004; Löwy, 2000 e Ridenti, 2000) e na dinâmica imediata do “senso comum” e “consciência prática” na reprodução de suas vidas cotidianas conformando, elementos *conservadores* e *progressistas* na “cultura popular”. Desta maneira, tratar-se-iam das “formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência desse conflito [luta de classes] e o conduzem até o fim” (Marx, 1978). Ou, noutras palavras, considera-se

“As percepções que as classes trabalhadoras constroem do mundo de exploração no qual estão inseridas são, portanto, sínteses dinâmicas de elementos desiguais, e até expressões de temporalidades sobrepostas. Resultam de aprendizados sedimentados em longas durações e manifestam-se de forma variada de país para país. *No Brasil, onde a maioria da classe trabalhadora urbana foi constituída somente nas duas últimas gerações, e a memória rural ainda é grande, o medo de represálias esteve sempre acompanhado de um impulso instintivo de resistência à injustiça. Mas encontraremos também uma intensa religiosidade animada por esperanças milenaristas, mesclada com o materialismo empírico de quem trabalha com as mãos. O fatalismo que alimenta o conformismo, convivendo com um igualitarismo espontâneo de quem é discriminado. A força da solidariedade coletiva associada com a desconfiança individualista. O sarcasmo e o desprezo pelos exploradores, mas também o deslumbramento pela ostentação de poder e riqueza. Uma desconfiança dos chefes alternando-se com o fascínio e, até, o seguidismo das lideranças. Tudo isso se condensou em culturas populares de resistência.* Elementos contraditórios convivem, mas em permanente conflito, predominando aspectos regressivos em certas circunstâncias e emancipadores em outras. Cada classe e fração de classe explorada, os camponeses pobres ou a classe operária, o proletariado de serviços ou a juventude urbana desempregada, apóia-se em suas próprias heranças e tradições. Mas a pressão esmagadora das condições materiais de existência, em última instância, sempre acaba se impondo. A luta de classes abre o caminho” (Arcary, 2004, grifos nossos).

Os pontos de contato entre determinadas formas religiosas e certas correntes do marxismo – *evento social exclusivo de nações atrasadas em situações pré ou diretamente revolucionárias que podem assumir, e de fato assumiram, alguma objetivação superestrutural e continuidade extra-conjuntural* – foram amplamente desenvolvidas por Löwy, em suas dimensões teóricas e implicações práticas. Não faz parte de nossas preocupações – e *menos ainda de nossas hipóteses diretivas* –, todavia, identificar supostas “afinidades eletivas” entre os elementos “escatológicos, apocalípticos e messiânicos” das religiões milenares e a *práxis revolucionária* própria da *orientação-para-a-ação marxista* (Löwy, 2000). O que nos interessa, em particular, é desvelar alguns de seus desdobramentos específicos que compreendem, simultaneamente, as *estruturas sociais* (universalidade) e a *ação dos sujeitos* (singularidade) dialética e organicamente relacionadas no interior de uma totalidade concreta e historicamente determinada. O primeiro deles tende a considerar em que medida a Igreja deixou de ser um obstáculo à constituição do Estado e da ideologia liberal-burguesa, transmutando-se em *casamata espiritual* – funcional e *necessária* – da própria ordem capitalista (Dias, 1996), o que, contraditoriamente, *também haveria possibilitado o surgimento de tendências internas críticas à lógica do mercado*; o segundo busca apreender o que se configura como *aparente coincidência de necessidades imediatas* entre os movimentos de luta contra a ditadura militar e a Igreja Católica – considerando as aproximações e distanciamentos entre a Doutrina Social da Igreja Católica e o programa político-econômico da social-democracia – estendendo o mesmo argumento aos sujeitos da resistência popular ao neoliberalismo; e, o terceiro e último – mas não menos importante – destaca a composição do *romantismo revolucionário*. Ridenti (1998) realça elementos levantados pela caracterização de Löwy e Sayre (1995) sobre determinada

*visão-social-de-mundo* simultaneamente romântica e anticapitalista, que se constitui como “uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)” a qual busca “um futuro novo, no qual a humanidade encontraria uma parte das qualidades e valores que tinha perdido com a modernidade: comunidade, gratuidade, doação, harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida”.

“Parece que, além de apostar numa utopia anticapitalista moldada no passado, o *romantismo revolucionário* caracteriza-se também pela *ênfase na prática*, na ação, na coragem, na disposição, na vontade de transformação, muitas vezes em detrimento da teoria e dos limites impostos pelas circunstâncias históricas objetivas. [...] Não era, pois, um romantismo qualquer, no sentido da perspectiva anticapitalista necessariamente prisioneira do passado, geradora de uma utopia irrealizável na prática. Tratava-se de romantismo, sim, mas *revolucionário*. De fato, visava-se a resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada na idealização do homem do povo, cuja essência estaria no espírito do camponês e do migrante favelado a trabalhar nas cidades. Mas essa volta ao passado seria a inspiração para construir o ‘homem novo’. Buscavam-se no passado elementos que permitiriam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro” (Ridenti, idem).

Cabe perguntarmos, *assim como o fazemos em relação a todas as formas sociais de consciência e visões de mundo sobre o movimento do real*, quais são os elementos presentes nesta *ideologia* que estimulam o avanço e aqueles que promovem o retrocesso da formação de uma subjetividade classista *estruturalmente antagônica ao capital* e estertora da emancipação dos trabalhadores que a sustentam. Noutras palavras, devemos especificar quais são suas *limitações estruturais* no presente período histórico, identificando de que forma torna(ou)-se força material efetiva ao se apoderar de mentes e corações das classes subalternas em seus processos materiais, ideológicos e políticos-culturais e – quando o fazem – de que forma produzem e reproduzem suas concepções e práticas na dinâmica da luta de classes. Em especial, trata-se de apreender as configurações assumidas pela luta anti-ALCA – nos mais diversos níveis – as quais podemos considerar como parcialmente tributárias, ou até mesmo desdobramentos diretos, da mobilização da igreja e seus esforços nucleares. Compreendemos a noção de *romantismo revolucionário* como polêmica (e contraditória), considerando-a a partir de sua formulação em Löwy e Sayre (1995) e, especialmente, no processo mesmo de apropriação e objetivação histórica – elevação do abstrato ao concreto – promovido por Ridenti (2000) em suas problematizações sobre as coordenadas históricas e político-culturais que informavam práticas e concepções de intelectuais, movimentos e partidos de esquerda durante os anos 60 e 70 no Brasil; considerando as permanências e as discontinuidades, ora latentes ora atuantes, no seio dos atuais desdobramentos dos movimentos sociais, sindicais e políticos da classe trabalhadora brasileira. Não atribuímos, contudo, a caracterização de *romantismo revolucionário* única e exclusivamente à influência religiosa na campanha anti-ALCA. Mas, tal como observaremos adiante, trata-se de um importante ponto de partida para compreender sua amplitude e densidade na configuração ideológica resultante em seu bojo. Observemos – neste sentido – de que forma o Pe. Bernardo Lestienne representa o contexto e as mediações históricas que possibilitaram a *Campanha Jubileu*, em suas palavras, “um riquíssimo processo de organização, formação e expressão política popular que fortaleceu a vida democrática participativa no país”.

“Como conseguimos tal mobilização? Jubileu se situa no processo histórico de resgate democrático do país. No final da ditadura, a sociedade iniciou sua reconstrução democrática, *desde zero*. Os valores de participação, justiça e solidariedade, que nortearam as lutas durante os anos de repressão, marcaram o nascimento do PT, bem como o surgimento dos novos movimentos sociais, populares e culturais combativos (MST, sindicatos, indígena, mulheres, negros, igrejas etc.). Desde 1985, esses movimentos e o PT (em particular as quatro

campanhas de Lula à Presidência) conseguiram manter vivo o debate político. Jubileu beneficiou-se deste ambiente, e o animou. Grandes mobilizações nacionais em torno de eventos particulares mantiveram também a sociedade alerta. ‘Diretas-Já’ (1985), Constituinte (1987-8), *impeachment* de Collor (1992), Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida (1993-4), e, mais recentemente, as três edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2001-3) foram momentos de maior consciência política. Em todos esses anos, cresceram a articulação e a convergência entre as lutas do PT pela conquista do poder e as da sociedade civil em defesa da cidadania. Aproximação e autonomia recíprocas favoreceram a politização da sociedade civil. A cultura popular também contribuiu para a força da mobilização. Criatividade, alegria, esperança e solidariedade – traços e valores profundos do nosso povo – são recursos e forças poderosos para superar grandes obstáculos e se voltar para outro futuro. O povo valoriza o trabalho em mutirão. ‘Sem Medo de Ser Feliz’ ou ‘Outro Mundo É Possível’, *slogans* criados no Brasil, carregam uma vigorosa força de transformação. Mas é também a metodologia que explica o sucesso da Campanha Jubileu. Participação, criatividade, iniciativas na base, pluralismo, diversidade e qualidade dos materiais pedagógicos, dimensão política dos debates, unidade de forças civis e partidárias, articulação entre análise, reflexão e prática etc. A Campanha Jubileu foi, e continua sendo, um magnífico laboratório e uma gigantesca escola de formação à democracia participativa” (Lestienne, 2003).

### **Nacional e Internacional: articulação, perspectivas e orientações-para-a-ação**

No plano internacional – após algumas articulações do movimento sindical das Américas em Denver (Estados Unidos, 1995), Cartagena (Colômbia, 1996) e Fortaleza (Brasil, 1996-7) – forja-se um amplo movimento social – *mediante delegações, coalizões e plataformas de diversos países* – de oposição ao discurso e às práticas livre-cambistas dos Estados e dos organismos multilaterais nas Américas. “Entre as decisões tomadas em Belo Horizonte, a mais inovadora é, sem dúvida, a que consistiu em lançar uma Aliança Social Continental (ASC), isto é, lançar as bases de uma aliança ampla e profunda fundada na construção ‘de alternativas viáveis e concretas à ALCA’” (Brunelle, 2002). Os anos de 2001, 2002 e 2003, desde a perspectiva das lutas e movimentos sociais populares do Brasil e América Latina, foram marcados, inelutavelmente, pela Campanha (Inter)Nacional contra a ALCA. Podemos citar as iniciativas relacionadas ao *Encontro Hemisfério de Luta contra a ALCA* realizado em Havana (Cuba) – que envolveu a quase totalidade das mais importantes representações sindicais, sociais e populares da América Latina, além de importantes setores sindicais do Canadá e dos EUA –, assim como as jornadas internacionais e “anti-cumbres” realizadas em Buenos Aires (Argentina) e Quebec (Canadá), onde mais de 50 mil trabalhadores e estudantes manifestaram-se sob a consigna de “Não à ALCA”, considerada esta como *instrumento jurídico-político para legalizar e aprofundar a recolonização imperialista da América Latina*. Desde então as manifestações de massas romperam o sigilo das negociações da ALCA, realizadas detrás de portas fechadas por chefes de governo e empresários. O “Consenso de Havana”, como assim se chama a declaração final do encontro citado – *em clara alusão crítica ao Consenso de Washington* – considera a ALCA como “um processo, já em marcha, de anexação e recolonização de nossos povos”. O objetivo declarado trata-se de *impedir a aplicação da ALCA*; para o qual são propostas um conjunto de medidas que vão desde a necessária *propaganda generalizada sobre o significado da ALCA* – como forma de mobilizar e “conscientizar” a população – até a exigência de *submeter este projeto a plebiscitos populares* em todo o continente mediante amplas plataformas políticas e sociais, em todas as Américas. Durante o II Fórum Social Mundial lançaram-se as Campanhas Internacional e Nacional contra a ALCA através de uma manifestação popular, com mais de 50 mil pessoas nas ruas de Porto Alegre. Internacionalmente colocava-se a formação da ASC e o Encontro Hemisférico e, no *front interno*, como elemento de continuidade de métodos de luta e formas organizativas do *Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa*, trazendo os sujeitos e a dinâmica que a havia caracterizado em 2000.

Menegoti Tasca (2004) destacou os elementos constitutivos do que seriam práticas contra-hegemônicas de participação popular mobilizadas no interior da CNCA, dando ênfase à comunicação/educação popular como formas sociais de consciência e conhecimento coletivo, de alguma forma contrárias à lógica do mercado que impera nos gêneros discursivos dominantes do *journalisme de marché* e da institucionalidade política. Tal lógica – “expressando sua tendência de *deslocamento da esfera pública e na sua substituição pelas grandes corporações empresariais como sujeitos econômicos e políticos*” (Menegoti Tasca, idem) –, deveria ser negada na perspectiva do questionamento ao monopólio privado dos meios de comunicação de massas assim como aos mecanismos institucionais das *democracias realmente existentes*; o que a CNCA teria, ao menos parcialmente, alcançado. A CNCA configurou-se como momento destacado de uma *guerra de consciências* no sentido de denúncias e exigências – como o fora o movimento antiguerra nos países imperialistas – de certa forma sintonizada com as classes subalternas do continente e enquanto proposta de “mobilização” e “conscientização” para a formação de sujeitos entre a maioria da população (neste espectro referenciamos-nos na *classe-que-vive-do-próprio-trabalho*; desconsiderando as potenciais frações capitalistas e as pequenas-burguesias descontentes com a configuração “unilateralista” assumida pela ALCA). A forma plebiscitária enquanto consulta e *referendum* popular auto-organizado, referenciada em comitês populares e sem voto oficial-obrigatório, traria em si a denúncia e a crítica à “democracia dos ricos”. Mas, em face aos objetivos de “fazer o enfrentamento à política imperialista dos EUA” que propõe alcançar, quais são seus limites? De um lado propõe-se o empenho em – prioritária e permanentemente – “conscientizar, politizar, organizar as massas” e, por outro, coloca-se a necessidade de desenvolver “formas de luta, de mobilização e de trabalho de base”. O objetivo estratégico colocado pela CNCA, para além de “barrar a ALCA” e “defender a soberania nacional”, formulou-se como “construir uma alternativa de integração popular e soberana entre os povos americanos”. Cabe, agora, perscrutar mediações e determinações fundamentais desta luta social.

### **Mediações Teórico-Políticas, Concepções Estratégicas e Métodos de Luta Propostos no Combate à ALCA**

Sob o impacto do I Fórum Social Mundial, a Declaração da Segunda Cúpula dos Povos da América frente à ALCA – em Quebec, 2001 – anuncia que “Outra América é possível”. Denunciava-se neste documento o discurso que associava *democracia, liberdade e mercado* no interior das negociações sigilosas entre chefes de governo e o fórum empresarial: “O projeto ALCA é um estatuto de direitos e liberdades para os investidores e consagra a supremacia do capital sobre o trabalho, transforma a vida e o mundo em mercadorias, sabota a democracia e solapa a soberania dos Estados” (CNCA, 2002). Em Cuba, no mesmo ano, lança-se uma alternativa estratégica ao Consenso de Washington, em documento avalado por mais de 800 delegados de movimentos sociais, sindicais, juvenis, políticos, ambientais, camponeses e indígenas das Américas. “O Consenso de Havana está baseado na perspectiva da integração solidária entre iguais, por conquista da justiça social e do bem-estar de nossos povos. Ao Contrário do Consenso de Washington, fundado sobre o fundamentalismo do mercado, temos por objetivo ir construindo uma agenda alternativa, solidária, baseada na globalização dos direitos econômicos, sociais e culturais” (CNCA, idem). Caracterizava-se desta forma o projeto de zona hemisférica de livre comércio: “A ALCA não é somente um acordo comercial, como oficialmente pretendem vendê-lo. É um projeto que responde às necessidades da economia americana. Este país e o capitalismo internacional passam por uma crise financeira e de produção de bens. Para sair da crise precisam impor um novo padrão de acumulação de capital, baseado em novos centros hegemônicos. Para alcançar este novo padrão, estão

utilizando a guerra e o combate ao terrorismo, como forma de transferir recursos públicos ao complexo industrial-militar. Também pretendem ter um domínio total do hemisfério americano, controlar o território, as potencialidades da biodiversidade, um mercado de 800 milhões de pessoas, assegurando deste modo às empresas norte-americanas um espaço protegido da competição asiática e europeia”. E ainda:

“Se este Acordo entrar em vigor, a soberania dos países e povos ficará seriamente comprometida, pois sob as regras do jogo que se pretende impor, o poder de decisão será transferido para as empresas e investidores privados globais americanos. A sub-região será condenada a ser exportadora de produtos primários e semimanufaturados, intensivos na exploração da mão de obra e dos recursos naturais não renováveis, pois estará se intensificando a brecha do conteúdo tecnológico das exportações e importações. Não há nenhum exagero quando se diz que a ALCA é a expressão de um *neocolonialismo*” (Rede de Movimentos Sociais, 2002, grifos nossos).

Os objetivos gerais da campanha continental, lançada durante o II Fórum Social Mundial, foram enunciados da seguinte forma, em quatro tópicos: (i) bloquear a ALCA, (ii) defender a soberania nacional, (iii) mudar o modelo econômico de dependência externa e (iv) construir uma alternativa de integração popular e soberana entre os povos americanos. Nestes termos, colocavam-se algumas diretrizes fundamentais enquanto *orientação-para-a-ação* na consecução dos objetivos mencionados: “priorizar esta campanha [não considerá-la como uma atividade a mais], desenvolver as atividades como um processo permanente, estimular as lutas de massas, realizar um intenso trabalho de informação dirigido à base social e ao povo e vincular esta luta a outros componentes da estratégia do neocolonialismo (dívida, Plano Colômbia, Plano Puebla-Panamá etc.)” (Rede de Movimentos Sociais, idem). O eixos diretivos, por sua vez, seriam “conscientização de nossas bases [o povo, suas mentes e corações] sobre o perigo que significa a implantação da ALCA [para nossa sobrevivência enquanto povos independentes]; realização de trabalho de base, de forma permanente para orientar e organizar o povo; realização de mobilizações de massas que superem os interesses corporativos, e ampliem a luta contra o modelo econômico em curso; realização de uma grande consulta popular, para que o povo decida; realização de mobilizações antes e durante as reuniões dos governos sobre o tema; realização de lutas econômicas contra as empresa norteamericanas que representam este modelo e pressão pela realização de um referendo oficial”. E então – por fim – as atividades propostas são tais como monitoramento e acompanhamento das negociações oficiais; ampla difusão de informação; ampla produção de material didático; realização de debates e seminários de aprofundamento e “construção de alianças sociais as mais amplas possíveis”.

No mesmo ano em que o presidente estadunidense George Bush lançava a *Iniciativa para as Américas* – a qual sentaria as bases ideológicas para o lançamento do NAFTA e da proposta da ALCA – depois de um ano da celebração do “Consenso de Washington”, matriz doutrinária dos programas de ajuste estrutural, e ainda sob o impacto da queda do Muro de Berlim e da restauração capitalista do Leste Europeu; o PT brasileiro convocou a diversas organizações e partidos de esquerda da América Latina com o objetivo de debater, na cidade de São Paulo, a nova situação internacional surgida após a *débâcle* final do “socialismo realmente existente” e as conseqüências da implantação de políticas neoliberais pela maioria dos governos da região. Nesse sentido, “a proposta principal foi discutir *uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo*, que estava entrando em fase de ampla implementação mundial” (Foro de São Paulo, s/d., grifos nossos). O primeiro encontro, celebrado em julho de 1990, reuniu 48 partidos e organizações de diversas tradições e matrizes político-ideológicas – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Partido Comunista Cubano etc. – de todo o subcontinente. No II Encontro – na Cidade do México (1991) – adotou-se o nome *Foro*

de São Paulo, organizando-se este em torno à “idéia de trabalhar por uma maior integração continental através do intercâmbio de experiências, discussão das diferenças e busca de consenso para as ações das esquerdas no continente”. A afirmação e desenvolvimento do Foro de São Paulo em seus encontros seguintes – em Manágua (1992), Havana (1993), Montevideu (1995), San Salvador (1996), Porto Alegre (1997), México (1998), Manágua (2000), Havana (2001) e Antigua (2002) – dotaram de maior organicidade as propostas discutidas (e implementadas) sob o eixo político-programático da “busca de um modelo alternativo de desenvolvimento com justiça social”, ampliando a interlocução internacional com organizações tais como o Comitê da Internacional Socialista para a América Latina e Caribe (SICLAC) e buscando a unidade de ação junto a movimentos sociais da região. As concepções estratégicas e os métodos de luta propostos pela ASC e pelo Encontro Hemisférico no combate à ALCA – através da Declaração de Quebec e do Consenso de Havana, respectivamente – identificam-se em ampla escala com os traços definitórios mais gerais do referido Foro.

Se por um lado já afirmamos que a ALCA visa institucionalizar jurídica e politicamente – *mais além de uma zona hemisférica de livre comércio* – o programa de ajustes neoliberais do Consenso de Washington na América Latina e, por outro, definimos os intelectuais, militantes, organizações e entidades que integraram a luta contra a ALCA como aqueles que conformaram – com diferenças entre si – a resistência de caráter popular à hegemonia neoliberal no país durante as últimas décadas; faz-se necessário compreender o processo histórico que deu lugar aos principais aspectos e tendências que caracterizam a CNCA. Desta forma perguntamo-nos: qual é e como se dá sua composição social, forma organizativa, processo decisório e materialização das propostas? Quais são suas modalidades específicas – direções ideológicas, práticas políticas e aspectos culturais – e, no interior destas, quais as potencialidades emancipatórias e as limitações/obstáculos que enfrentam no contexto da democracia burguesa do Brasil? Enfrentam-se à institucionalidade política? Questionam os limites históricos da democracia burguesa periférico-dependente e sua subordinação estrutural ao imperialismo contemporâneo? Que concepção apresentam da sociedade civil-burguesa e do Estado capitalista brasileiro? Que críticas tecem à hegemonia neoliberal e à ALCA? Propõem projetos históricos alternativos ao “processo, já em marcha, de anexação e recolonização de nossos povos” (Consenso de Havana, 2001)? Quais são eles? Como se apresentam? Que sujeitos históricos reivindicam como protagonistas coletivos da transformação social? Como concebem o socialismo? Constituí-se como um momento significativo de acúmulo de forças e lutas sociais? Abre a possibilidade histórica da construção de uma contra-hegemonia alternativa e popular? Sem a pretensão de esgotar a discussão, as questões levantadas servem-nos como eixos norteadores da prática teórica.

### **Os Três Núcleos-Matrizes Determinantes da CNCA e o Movimento de Massas no Brasil**

Aqui, objetivamos apreender as formas como concebem – *de forma estratégica, em termos de mediações teóricas e práticas políticas* – o combate antiimperialista e a luta contra o capitalismo contemporâneo, com pelo menos três núcleos-matrizes determinantes, política e ideologicamente, representados nas seguintes formulações-síntese (i) “Nação Brasileira versus Imperialismo Norte-Americano” (democrático-popular); (ii) “Integração Soberana versus Integração Subordinada” (soberanista) e, por fim, (iii) “Revolução versus Colônia” (socialista). Desde já fazemos a ressalva de que as categorias analíticas propostas objetivam nada mais do que encerrar os elementos definitórios mais gerais – descritos da forma o mais sintética possível – da diversidade de posicionamentos sobre como se concebe, por exemplo, a luta contra a ALCA no interior da CNCA. Em verdade, cada um destes “núcleos-matrizes” político-ideológicos – num duplo movimento de aproximação e distanciamento das trilhas abertas por

Sader (1990) em sua análise da gênese “tripartite” do movimento operário e popular no Brasil pós-78 – é composto por variantes internas e, no limite, podemos afirmar que, com diferenças, existe um processo de *influências mútuas e fertilizações recíprocas* que se apresenta e reapresenta conforme a dinâmica assumida pela correlação de forças sociais presentes que incidem na dinâmica das classes em luta. O que, por sua vez, não significa que não haja um embate hegemônico pela direção política do processo que configura os elementos *materiais e ideológicos* fundamentais que constituem *aparência e essência* do movimento anti-ALCA no Brasil e na América Latina, *no sentido da luta antiimperialista vinculada à construção da futura sociedade socialista*.

Como já vimos, o processo de formação da CNCA compreende mediações nacionais e internacionais, inserindo-se na história social recente do movimento operário e popular brasileiro e, simultaneamente num marco de mobilizações de massas da América Latina. No nível mais imediato coloca-se em marcha a campanha a partir de uma ampla convocatória que define política e ideologicamente bandeiras de caráter nitidamente antiimperialista, mediada pela experiência acumulada durante o plebiscito popular realizado em 2000 e pela campanha “Fora FHC e o FMI”. A organização se dá de forma assembleária entre as organizações signatárias – planificadas em nível federal, estadual e regional através de plenárias sociais e comitês populares – e mediante a composição de setores, comissões e secretarias destinados a coordenar, garantir e impulsionar as deliberações consensuadas e/ou votadas pelos plenários. Os eixos gerais sobre os quais se organiza – objetivos, diretrizes e propostas – colocam-se nos marcos acordados na ASC e no Encontro Hemisférico, sobre as quais os membros da CNCA também incidem. Conformam a coordenação nacional diversas entidades – movimentos sociais, setores da Igreja, sindicatos, organizações estudantis, associações corporativas etc. –, sendo que a participação de partidos políticos – como PT, PCdoB e PSTU – restringe-se às plenárias sociais. De acordo com avaliação do Foro de São Paulo a situação internacional, diferentemente do início da década de 1990, estaria marcada pela *crise de hegemonia do neoliberalismo* – especialmente na região – e por “ventos de mudança”, possibilitando não somente a crítica e o combate à hegemonia neoliberal – a qual não mais lograria “confundir e desmobilizar” a maioria da população latino-americana – e às *reformas orientadas para o mercado*, mas também “a construção de alternativas concretas ao neoliberalismo”. A forma e o conteúdo da crítica e do combate ao neoliberalismo – diferenciadas, como já frisamos diversas vezes –, também apresentam variações no que se refere à ALCA. A proposta de verificar as matrizes político-ideológicas presentes na CNCA objetiva – de forma dialética e *aproximativa* – relacionar concepções e práticas diversas em seu bojo, buscando simultaneamente a “real identidade na aparente diferenciação” e a “substancial diversidade por trás da aparente identidade” neste movimento social (Semeraro, 2003). A partir de determinadas concepções sobre as estratégias, táticas e métodos de luta mobilizados na crítica e no combate ao capitalismo neoliberal no Brasil – mediados estes por diferentes tradições e heranças teórico-políticas que remontam à história social do movimento operário e popular brasileiro – a incidência sobre a luta de classes e as classes em luta a partir das concepções e práticas políticas propostas em situações e conflitos concretos, de formas diversas e contraditórias.

**(i) Nação Brasileira versus Imperialismo Norte-Americano (democrático-popular)**

“A resistência às ofensivas do grande capital contra os povos neste século (o nazifascismo foi a maior delas) exigiu a formação de amplas frentes democráticas e populares. Guardadas as proporções, a situação é semelhante. E é preciso que a oposição tenha consciência disso, é necessário criar uma ampla frente democrática [e popular] contra o

neoliberalismo” (Revista Princípios, 2001). Com esta formulação inicial podemos partir de uma síntese altamente representativa da problematização proposta por esta matriz político-ideológica do movimento anti-ALCA. A matriz *democrático-popular*, com ampla penetração em organismos de frente única como a UNE e a CUT, tem larga tradição histórica e já assumiu diversas formas, sendo personificada mais nitidamente na CNCA pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, em termos internacionais, no Consenso de Havana. Sendo a força política hegemônica entre as esquerdas até o surgimento do PT, influenciou decisivamente sobre os caminhos e descaminhos da história social recente do movimento operário brasileiro. De acordo com as resoluções programáticas de seu X Congresso, a hegemonia neoliberal é caracterizada como ofensiva burguesa para a resolução de uma crise crônica do capital, cujos aumentos da composição orgânica do capital e do exército nacional de reserva exigir-lhe-iam a elevação das taxas de extração da mais-valia relativa e absoluta ou, noutras palavras, a *reestruturação produtiva* e o *neoliberalismo político* como acicates da super-exploração do trabalho. Mais além da contradição fundamental entre capital e trabalho, porém, a matriz democrático-popular destaca as assimetrias estruturais entre as nações centrais e periféricas do sistema capitalista, num traço de relativa continuidade com a teoria lenineana do imperialismo e, portanto, com a tradição histórico-política que arroga para si. A abertura comercial e a desregulamentação financeira teriam gerado a desnacionalização e a desindustrialização da economia nacional e, segundo o PCdoB, teriam afetado setores e frações da burguesia brasileira, em especial a grande burguesia industrial e a pequena burguesia. Daí que proponha um “programa de reconstrução nacional” baseado no desenvolvimento capitalista do mercado interno, com distribuição de renda e programas sociais compensatórios. A formulação é explícita: “a viabilidade e a aplicação deste programa somente serão possíveis com a vitória de um novo governo de reconstrução nacional democrática, constituído pelas correntes de oposição” (PCdoB, 2002). No interior deste projeto histórico se apresenta a proposta de “desenvolvimento integrado da América Latina” através do “fortalecimento do Mercosul como um dos instrumentos de resistência à ALCA e à hegemonia norte-americana” (PCdoB, 2000). O novo nacional-desenvolvimentismo capitalista e o acúmulo de forças sociais num sentido de “ampliação democrática e defesa dos interesses populares” – vistos pelo PCdoB como mediações necessárias e ante-sala da luta pelo socialismo – justificariam, desta forma “a participação do PCdoB na coligação partidária que sustenta a candidatura Lula” e superestimação da institucionalidade burguesa em geral e, em particular, da via eleitoral (Ferrone Côrrea, 2002a). Fernando Côrrea (2002a e 2002b) argumenta que a inspiração para estas proposituras se encontra menos em Lenine – para o qual os momentos da revolução proletária enredar-se-iam num nexos de indissociável continuidade entre o programa mínimo de bandeiras democráticas e o programa máximo da revolução socialista – e mais em Estaline, a partir dos conceitos de *nação* e *etapa*.

Em verdade, a estratégia política aludida tem extensa tradição na história do movimento operário internacional. A teoria dos “campos burgueses progressivos” (Moreno, 2003) remonta historicamente às concepções e práticas políticas do movimento operário desde o final do século XIX; desde os *possibilistas* franceses, passando pelo revisionismo do partido social-democrático alemão (Edward Bernstein) até o partido menchevique. A colaboração de classes assumiu estatuto teórico generalizante através do acúmulo destas experiências contra-revolucionárias, cristalizado a partir do VII Congresso Mundial da Internacional Comunista – sob direção de Estaline, em 1935 – na proposta de *Frente Popular*. De acordo com Moreno (2003), “esta é a teoria dos campos, agora em nível internacional: onde os mencheviques dizem ‘czarismo’, Stálin diz ‘fascismo’...”. Sob o signo desta formulação os partidos comunistas subordinaram material e ideologicamente o movimento operário de diversos países a setores e

frações supostamente “progressivos” de suas respectivas burguesias nacionais, compreendidos como “amigos da paz e da democracia ocidental”. Muito embora a III Internacional tenha sido diluída por Estaline em 1943, a estratégia frentepopulista de colaboração de classes teve fôlego mais longo. “Essa teoria das Frentes Populares, por sua vez, constituiu-se em diversas formas e conteúdos singulares, de acordo com a realidade da região: nos países semicoloniais, as frentes antiimperialistas com a suposta “burguesia nacional” ou antimonopolista...” (Silva, 2002). Um governo de Frente Popular, portanto, não se trata de um governo “popular”. Mais além de sua composição social está a natureza de classe e os limites históricos do Estado no qual se insere. O primeiro (e único) enfrentamento sistemático e conseqüente contra um governo de Frente Popular – ou seja, um governo de coalizão política entre partidos operários dirigentes do movimento de massas e setores da burguesia – deu-se após dura batalha interna de Lenine contra a maioria da direção do partido bolchevique, em 1917, que preconizava uma tática de apoio crítico ao governo provisório da Rússia meses antes da Revolução de Outubro.

“As teses do VII Congresso da Internacional Comunista tiveram uma longa história no Brasil” (Bianchi, 2001). Silva (2002) enumera suas principais personificações: a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o programa “antiimperialista, antifeudal e antifascista”, em 1935; a tese de *unidade nacional* em torno a Getúlio Vargas contra o nazifascismo, em 1947 e, especialmente, o governo João Goulart, de 1961 a 1964 <sup>(27)</sup>. As *ilusões democratistas* difundidas pelos partidos comunistas – a crença em que a burguesia nacional enfrentaria-se com o imperialismo até as últimas conseqüências, realizando a reforma agrária, o controle de capitais etc. – desarmaram ideológica, política e organizativamente o movimento de massas para a resistência e a luta contra o golpe militar de 1964. O PCdoB – assim como o PCB e o MR-8 – seguiu caracterizando a existência de uma suposta burguesia nacional ao longo da ditadura civil-militar, de alguma forma e em alguma medida contraposta ao imperialismo ou, minimamente, em contradição com o capital financeiro internacional. Como vimos, foram os responsáveis por galvanizar a base social operária e popular de sustentação de um bloco histórico liberal-conservador representado pela candidatura indireta de Tancredo Neves durante o auge das “Diretas-Já”, junto a setores dissidentes do regime militar, personalidades históricas do MDB/PMDB e à patuléia de sindicalistas pelegos. Desta forma submeteu-se um amplo movimento de massas populares à perspectiva da *democracia política* e da *sociedade civil*. O “pacto social” (colaboração de classes) frentepopulista assegurou a manutenção de acordos com o FMI, preservou o capital monopolista, resguardou a estrutura dos aparelhos ideológicos e repressivos desenvolvidos sob comando da burocracia militar e conservou os interesses burgueses e oligárquicos inscrustrados no Estado capitalista brasileiro sob a farsa da “Nova República” (Silva, idem). A concepção *etapista* acerca da revolução brasileira de outrora, como pudemos constatar, se mantém. “Setores da burguesia temem desaparecer com a vigência da ALCA. Alguns rejeitam a mera condição de sócios menores do imperialismo norte-americano. [...] Há focos de resistência inclusive nas Forças Armadas, que temem que a ‘integração econômica’ resulte na completa subordinação militar” (Borges, 2002). A continuidade das teses que afirmavam a *agudeza* dos conflitos interburgueses e o *patriotismo* das Forças Armadas, após vinte anos do regime militar, mais do que *trágica*, é *farsesca*. Nesta concepção – herdeira histórica da famigerada Declaração de Março de 1958 do PCB <sup>(28)</sup> e logicamente congênere da “teoria das contradições” de Mao <sup>(29)</sup> – o antagonismo fundamental entre capital e trabalho cede lugar à contradição entre nação brasileira e imperialismo norte-americano enquanto pólo predominante da luta de classes. O que ocorre é um deslizamento de uma origem antiimperialista de caráter *democrático-popular*, para propostas baseadas num neodesenvolvimentismo nacional de natureza capitalista. Proposta esta *irrealista*, em decorrência da natureza classista do *bloco constituído no poder* no Brasil e *anacrônica*, haja

vista a época histórica imperialista da Ordem do Capital. A luta pelo socialismo, nesta matriz político-ideológica, não se encontra – como já vimos – na ordem-do-dia.

**(ii) Integração Soberana versus Integração Subordinada (soberanista)**

As forças sociais e políticas que compõem a matriz *soberanista* propõe a “integração soberana” do Brasil no sistema mundial inter-Estados e na *mundialização capitalista*. Conformam a direção hegemônica da CNCA e estão baseados em organizações como o MST, a Consulta Popular e as pastorais sociais da Igreja Católica. A partir de sua construção, baseado nas ações diretas de massas – e, simultaneamente, mediante a burocratização sindical e a institucionalização política das esquerdas no país –, o MST afirmou-se enquanto referência nacional de movimento social popular contra o neoliberalismo. A partir da segunda metade da década de 1990 passa a incidir nas lutas política e ideológicas livradas pelas esquerdas contra a ofensiva burguesa neoliberal. A partir desta referência social, organizam-se diferentes setores da esquerda do PT – especialmente a Articulação de Esquerda (AE) – e outros segmentos oriundos de diferentes tradições políticas marxistas, da Igreja Católica, de dissidências dos partidos comunistas e de ex-organizações clandestinas que combateram a ditadura civil-militar. Através – principalmente – do MST, organiza-se a *Consulta Popular*, movimento social suprapartidário que visa difundir as bases de um *Projeto Popular para o Brasil* a partir da consulta e discussão com as massas populares das cidades e do campo brasileiro. A organização dos processos que culminaram na *Tribuna Internacional da Dívida* e no *Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa* encontra-se balizada por este quadro geral. A *Opção Brasileira* (Conferência de Itaici), coordenada por Benjamin (1998), sintetiza a maior parte de suas concepções centrais documentadas em diversas cartilhas, panfletos e vídeos populares.

Se para a matriz *democrático-popular* a luta de classes apresenta-se como força motriz da história do país, não se pode dizer o mesmo da matriz *soberanista*. A história do Brasil não seria a síntese complexa das classes em luta, mas algo como a emanção ideal de um *Espírito Absoluto* hegeliano-teleológico que dotaria de “sentido de futuro” a “não-nação” brasileira, em direção à nação. A exaltação à miscigenação étnica e à brasilidade cultural, mais do que remontar diretamente às teses da “democracia racial” do pensamento social brasileiro de linhagem conservadora, estariam centradas numa idealização romântica do povo brasileiro. “Eram versões de esquerda para as representações da mistura do branco, do negro e do índio na constituição da brasilidade, não mais no sentido de justificar a ordem social existente, mas de questioná-la. É a isso, em linhas gerais, que se pode chamar de romantismo revolucionário brasileiro do período, sem nenhuma conotação pejorativa. Recolocava-se o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro, buscava-se a um tempo suas *raízes* e a ruptura com o subdesenvolvimento, numa espécie de desvio à esquerda do que se convencionou chamar ultimamente de *Era Vargas*, caracterizada pela aposta no desenvolvimento nacional, com base na intervenção do Estado” (Ridenti, 2001). O problema da identidade nacional e política do povo brasileiro como ponto de partida para a negação de uma “integração subordinada” (subdesenvolvimento e dependência externa) no sistema mundial inter-Estados – desvio à esquerda do nacional-desenvolvimentismo da Era Vargas, segundo Ridenti (idem) – resultaria da agudização de “questões mal-resolvidas” após o fim da ditadura civil-militar, agravadas pela mundialização capitalista a partir da ofensiva neoliberal. Desta forma, os antagonismos sociais do país são apresentados a partir da suposta pugna entre “povo” e “elites”.

A ALCA apresentar-se-ia como um processo de “reversão neocolonial”. “A implantação da ALCA teria um impacto devastador sobre as economias latino-americanas, pois existe uma brutal heterogeneidade na produtividade do trabalho na região. [...] Se a ALCA emplacar, o que ainda resta de parque industrial nacional, e ainda resta muita coisa, será varrido do mapa. [...] Do ponto de vista do Estado brasileiro, uma renúncia adicional, e talvez definitiva, de nossa soberania nacional. Em suma, a ALCA representa um tremendo golpe no processo de formação da nação” (Sampaio Jr., 2002). A alternativa estratégica seria “um outro tipo de integração continental [...] necessidade para os países que desejam afirmar sua soberania, para construir uma sociedade justa e solidária [...] países como Venezuela e Cuba afirmam sua independência diante do governo norte-americano e desenvolvem uma política diversificada de alianças internacionais” (Sader, 2002b). De forma bastante concreta, a “Outra América possível” aludida pela ASC teria na redefinição do Mercosul – a partir dos moldes da União Européia – seu “tipo ideal”. Os objetivos de *soberania nacional* e *justiça social* seriam alcançados mediante “uma combinação de políticas nacionais e internacionais, de ruptura com a posição subordinada aos interesses dos EUA e de construção de um espaço internacional alternativo para a grande maioria da humanidade, hoje excluída das grandes decisões do mundo e sujeito da construção de um mundo melhor...” (Sader, idem). A concepção de Estado e a forma de governo “democrática”, conseqüentemente, são apresentadas como abstrações a-históricas e supraclássicas, e não se propõe uma ruptura integral com o capitalismo e o imperialismo. Diferencia-se da matriz democrático-popular essencialmente por propugnar a supremacia da ação direta de massas como método de luta e realizar abertamente a discussão estratégica, em detrimento da via institucional-parlamentar e do escamoteamento de suas propostas políticas. O socialismo é apresentado mais como um conjunto de crenças e valores a serem preservados e difundidos (solidariedade, igualdade e justiça) no interior dos movimentos sociais populares do que uma ordenação societal alternativa à Ordem do Capital.

### **(iii) Revolução versus Colônia (socialista)**

A matriz político-ideológica *socialista* da CNCA – com influência minoritária de massas – apresenta-se principalmente através do PSTU, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região e outros agrupamentos políticos trotsquistas. Nesta, a ALCA é definida como parte articulada de uma ofensiva burguesa de *recolonização imperialista* contra os trabalhadores e os povos da América Latina, os quais são conclamados a “impulsionar um grande movimento unitário de massas para derrotar a ALCA” (PSTU, 2002). O neoliberalismo político, a reestruturação produtiva, as guerras imperialistas (como as do Afeganistão e do Iraque) e a ALCA são caracterizados como uma *ofensiva burguesa* contra os trabalhadores da cidade e do campo, no interior de um estágio decadente e parasitário do sistema capitalista: imperialista, tal qual o caracterizou Lenine. A super-exploração dos trabalhadores pela burguesia e as assimetrias estruturais entre as nações dominantes e oprimidas, aspectos típicos do imperialismo moderno, teriam sofrido um salto qualitativo com a mundialização capitalista dos últimos trinta anos. Enquanto tendência histórica em curso, estaria em desenvolvimento – nestes termos – a *recolonização*: “movimento de alcance estrutural que recolocaria as economias locais [América Latina] no nível de subordinação do século XIX” (Guerrero Gutierrez, 2002). Tais processos dar-se-iam em torno a repostas (capitalistas) à *crise estrutural do capital*, tendo como expressão histórica a restauração capitalista da ex-URSS, do Leste Europeu, da China e de Cuba. Os eixos diretivos da CNCA, para a matriz *socialista*, deve estabelecer como princípios a *democracia operária* – como método e forma organizativa de uma frente unitária de trabalhadores – e o *internacionalismo proletário*.

Desta forma, esta matriz compreende a sociedade capitalista dividida em classes sociais antagônicas – proprietários e despossuídos – e reivindica a concepção marxiana de que a

emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, defendendo a independência ideológica, política e organizativa da classe trabalhadora para superar historicamente o capital. Organizações como o PT e o PCdoB – de inspiração social-democrática e estalinista, respectivamente – são considerados como adversários das reivindicações imediatas e interesses históricos dos trabalhadores, influências burguesas nas fileiras do próprio movimento operário a serem combatidas numa luta “sem trincheiras”. A polêmica estabelecida sobre as propostas estratégicas das diferentes matrizes em alternativa à ALCA e à recolonização imperialista é ilustrativa neste sentido. O Consenso de Havana e a ASC, assim como as matrizes democrático-popular e soberanista, consideram o Mercosul – seja em sua forma atual ou a partir de uma reorientação do mesmo no sentido da União Européia – como alternativa à ALCA. “O Mercosul foi adotado em 1991 como um acordo de livre comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. [...] O Mercosul é um acordo que se opõem ao imperialismo? Em dez anos de experiência os quatro países que o conformam se tornaram mais dependentes ou menos dependentes do imperialismo? Os trabalhadores e os povos destes países melhoraram ou pioraram o seu nível de vida?” (PSTU, *idem*). Configurado a partir da abertura de capitais, da desregulamentação trabalhista e das privatizações – e sob comando das multinacionais automobilísticas – o Mercosul é uma proposta pró-imperialista e, em última instância, pró-ALCA. Além de que reproduz a dominação imperialista em seu interior, na relação das economias maiores com as menores. Já a União Européia, apresentada como exemplo de integração continental, tratar-se-ia de um projeto histórico de ofensiva contra os direitos sociais e de colonização do Leste Europeu. A alternativa operária e popular seria a unidade dos trabalhadores e povos latino-americanos através da luta pela *Federação Socialista da América Latina*. “A América Latina só poderá romper com o atraso e a escravidão unindo todos os seus Estados numa poderosa federação. Porém, não será a retrógrada burguesia latino-americana, essa sucursal do imperialismo estrangeiro, a ser chamada para resolver esta tarefa; o jovem proletariado latino-americano é quem dirigirá as massas oprimidas” (Trotsky, 2000).

A partir de uma plataforma de reivindicações imediatas e transitórias – que na CNCA o PSTU define como a negação à ALCA, a ruptura com o FMI, o não-pagamento da dívida externa, a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, aumento salarial e reajustes de acordo com a inflação, plano de obras públicas (moradia popular, hospitais, escolas e creches) contra o desemprego, reestatização das empresas privatizadas, estatização dos bancos e do sistema financeiro e expropriação das grandes empresas multinacionais e nacionais – esta matriz visa a mobilização permanente dos trabalhadores, estabelecendo um nexos dialético entre as bandeiras democráticas e antiimperialistas e as consignas anticapitalistas e socialistas. A estratégia revolucionária objetiva a constituição do operariado e do conjunto dos assalariados da cidade e do campo num coletivo de classe politicamente unificado contra o capitalismo. Este processo dar-se-ia a partir da contradição entre as necessidades do movimento operário e as (im)possibilidades do sistema capitalista, em *crise estrutural*, de fazer concessões. A *revolução permanente* – concepção presente na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (Marx, 1979), nas *Teses de Abril* (Lenine, s/d.a) e, de forma sistematizada, em *Resultados e Perspectivas* (Trotsky, 1971) – processar-se-ia das tarefas democráticas à perspectiva socialista e, ainda, da luta revolucionária em determinado país à internacionalização revolucionária.

## **Frente Popular Lula-Presidente, Imperialismo Neoliberal e Movimento anti-ALCA**

A realização de seminários de formação de massas em diversos estados do país e a perspectiva de lançamento de comitês populares marcaram o primeiro semestre de 2002; com atividades como palestras, panfletagens, passeatas etc. A conjuntura nacional era atravessada pela estagnação econômica, pelo impacto da crise Argentina e pelo debate sobre a sucessão presidencial no país no final do mandato de FHC. O governo de FHC e os quatro principais candidatos à presidência firmaram uma espécie de acordo de transição com o FMI. Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central e subordinado do mega-especulador financeiro George Soros esteve com banqueiros, com o FMI, com o Tesouro dos EUA e outros membros do Governo Bush. Os quatro principais candidatos à sucessão presidencial reuniram-se com Fraga e apoiaram o novo acordo firmado com o FMI. Este acordo, de US\$ 30 bilhões, visava o aumento do superávit primário para 3,75% do PIB brasileiro até 2005. Tratava-se da primeira vez que o PT apoiava um acordo com o FMI. A campanha eleitoral do PT, que em 1982 foi marcada pela palavra-de-ordem “Trabalhador vota em Trabalhador”, em 2002 associou-se ao lema “o patrão que o Brasil merece”, numa alusão ao vice-presidente e empresário José Alencar, dono do Coteminas – um dos maiores grupos têxteis do país – e parlamentar de um partido burguês de direita, o Partido Liberal (PL). A *Carta ao Povo Brasileiro* coroou todo este processo. Nela, Lula e o PT se comprometiam a manter os “compromissos firmados” com os organismos financeiros internacionais e a impulsar um “pacto social” entre capital e trabalho para gerar “desenvolvimento econômico com justiça social”, o qual preserva todos os fundamentos econômicos neoliberais de Cardoso. “Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. [...] Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável. [...] Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos” (PT, 2002). Pretendemos realizar a análise conjuntural de ao menos três momentos significativos no que se refere à inflexão dos sujeitos e da dinâmica assumida pela CNCA: a preparação do Plebiscito Popular sobre a ALCA, o *Colapso de Cancún* e a *Batalha de Miami*.

#### **Da CNCA ao Plebiscito Popular sobre a ALCA**

A CNCA, este poderoso movimento social, não contou com o mínimo apoio do PT. Ao contrário, pouco antes do plebiscito, Lula e o PT romperam publicamente com o mesmo afirmando que “O PT é um partido que está a poucos dias de ganhar o governo e não pode ficar brincando de fazer plebiscito” (Lula da Silva, 2002). De que forma ocorreu esta ruptura? O que significou? Após a plenária social que definiu as perguntas da cédula do plebiscito, ocorreu em julho a reunião da coordenação nacional da CNCA. Acudiram delegados das coordenações estaduais de São Paulo e de Santa Catarina; sindicatos e entidades nacionais como a CUT, a UNE, a Federação Democrática e Combativa dos Metalúrgicos da CUT, a ANDES-SN, as pastorais sociais da Igreja Católica, a Auditoria Cidadã da Dívida, a Marcha Mundial das Mulheres, a esquerda do PT, o PCdoB, o PSTU, o MST e a Consulta Popular. Nesta reunião seguiu a polêmica sobre o conteúdo, a forma e a quantidade das perguntas do plebiscito sobre a ALCA. Desde a plenária social da campanha, ocorrida no mês anterior, a caracterização da campanha estava em discussão. O debate não se tratava somente de um problema de forma, mas de conteúdo, profundamente relacionado com a possibilidade da vitória de Lula nas eleições presidenciais.

“Na reunião formaram-se claramente dois campos opostos na polêmica. De um lado, PT, PCdoB, CUT e UNE pela mudança do conteúdo das perguntas. Do outro, MST, Consulta

Popular, Pastorais Sociais, Jubileu Sul, Auditoria Cidadã da Dívida e o PSTU, pela manutenção das perguntas aprovadas na plenária nacional. A executiva do PT foi representada na reunião por Marlene Rocha, da Articulação de Esquerda, que propôs a retirada da terceira pergunta – sobre a base de Alcântara – e a modificação da segunda – sobre a saída do governo brasileiro das negociações. Esta mesma posição foi defendida pelo PCdoB, representado por Vital Nolasco, pela direção majoritária da CUT, representada por Sandra Cabral, e pela direção majoritária da UNE, representada por Geraldo Vilar. As Pastorais Sociais e o Jubileu Sul tomaram a palavra e defenderam as resoluções da Plenária. Em sua fala, Padre Alfredinho, representante das Pastorais, enfatizou que a campanha contra a ALCA está superando todas as expectativas de mobilização, que as perguntas aprovadas pela plenária já tinham sido divulgadas amplamente e que, portanto, era contra a exclusão de Alcântara ou qualquer mudança no conteúdo na questão sobre a saída das negociações. [...] Assim, depois de um duro debate foi aprovada a manutenção das perguntas tal como havia sido definido anteriormente. Os representantes do PT, PCdoB, CUT e UNE disseram depois de aprovada a manutenção das perguntas que ‘estão na campanha, mas não no plebiscito’; que não vão atacar publicamente o plebiscito; que são contra a ALCA, mas que a aprovação daquelas perguntas dificultava sua adesão ao plebiscito” (Agrela, 2002).

Durante a 9ª Plenária Social da CNCA, o PT e o PCdoB propuseram a não inclusão de uma pergunta sobre a dívida externa, assim como se manifestaram contra a inclusão de uma questão sobre a cessão da Base de Alcântara aos EUA; argumentando contra a manutenção de uma pergunta sobre a permanência do Brasil nas negociações da ALCA. Resolveu-se – depois de intensa polêmica – não incluir a pergunta sobre a dívida externa, mas manter as outras três questões: sobre a assinatura do acordo, sobre a permanência do país nas negociações e sobre a cessão da Base de Alcântara. Nos dois encontros da que sucederam à plenária social, ambos os partidos, bem como a CUT e a UNE, insistiram em excluir a pergunta sobre Alcântara e modificar o conteúdo da consulta sobre a participação do Brasil nas negociações. Depois da resolução de manter as três perguntas, PT, PCdoB, CUT e UNE retiraram-se da reunião. A posição adotada foi a de seguir na campanha, mas não participar do plebiscito, em função das perguntas escolhidas, as quais *dificultar-lhes-iam* a adesão ao plebiscito [vide anexo]. “...o PT discorda da pergunta sobre o acordo com os EUA sobre a Base de Lançamentos de Alcântara (MA) na consulta popular A polêmica sobre o assunto vem se arrastando há meses, e como não houve consenso, o PT fará campanha própria contra os termos em que a Alca vem sendo negociada, considerados prejudiciais ao Brasil. O partido, explica o líder petista, deputado João Paulo (SP), não é contra a Alca, mas contra as condições impostas pelo governo dos Estados Unidos para formação da área de livre comércio. ‘Do jeito que o acordo foi concebido, a Alca não será uma política de integração, mas de anexação aos Estados Unidos’, afirma João Paulo. Estudo da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) diz que as condições negociadas são lesivas às empresas nacionais. [...] O tratado internacional teve oposição do PT na Câmara, e foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores com parecer do deputado Waldir Pires (PT-BA) que modifica dispositivos considerados nocivos aos interesses brasileiros. No entanto, o partido considera que o plebiscito não poderia misturar os assuntos. Entre os organizadores da consulta de setembro estão a CNBB, o MST e o PSTU ” (Boletim Informes, 2002a). O resultado do plebiscito, em detrimento da ruptura do PT, foi vitorioso.

Pergunta 1	O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?	Não 9.979.964 votos
Pergunta 2	O governo brasileiro deve continuar participando das decisões da ALCA?	Não 9.737.190 votos
Pergunta 3	O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território, a Base de Alcântara, para controle militar dos Estados Unidos?	Não 10.006.740 votos

A perspectiva de continuidade da campanha, após as manifestações do Grito dos Excluídos e da coletiva de imprensa que marcou a entrega dos resultados do plebiscito popular ao Congresso, ao Judiciário e à Embaixada dos EUA em Brasília incluíam a exigência de um plebiscito oficial pelo governo eleito em 2003, a participação nas manifestações anti-ALCA na capital equatoriana de Quito e a proposta de Projeto de Iniciativa Popular prevendo a suspensão das negociações. O encontro de Quito ocorreu logo após as eleições gerais, sendo fortemente marcado por expectativas no novo governo Lula-Alencar. A direção do PT não enviou nenhuma delegação oficial ao Encontro contra a ALCA. Ao contrário, enviou um delegado – o deputado federal Paulo Delgado – à reunião dos governos que estão negociando a ALCA. Não se conhece qualquer questionamento do PT ao representante do governo brasileiro que assumiu a co-presidência das negociações. Ao contrário, o PT se posicionou pela manutenção do país nas negociações, o que coloca o próprio Lula na co-presidência das negociações da ALCA, junto a Bush Jr. As expectativas geradas pelo governo do PT arrastaram a direção majoritária para uma política de “apoio crítico” ao governo eleito, visto pela maioria dos trabalhadores, dos movimentos sociais e das esquerdas políticas como “a transição ao pós-neoliberalismo” (Sader, 2003).

#### **Frente Popular, recolonização imperialista e ALCA**

Desde a assinatura de comunicado conjunto, durante o primeiro ano do governo Lula-Alencar, por Luiz I. Lula da Silva e George W. Bush Jr. – co-presidentes das negociações para formar a *Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)* –, no qual se acorda a implantação da ALCA até janeiro de 2005, já se fazem insustentáveis as afirmações de distintos setores “à esquerda” de que este era “um governo em disputa”. A ALCA trata-se de uma ameaça à já débil soberania dos países da América Latina e, se aprovada, converterá o Brasil numa verdadeira neocolônia dos EUA; causando ainda mais privatizações, fome e desemprego para a classe trabalhadora. A foto de Lula e Bush sorridentes, dando-se as mãos em Washington D.C. – e silentes sobre a simultânea invasão militar do Iraque, diga-se de passagem – é mais do que sintomal; significa, como já o veremos a seguir, o *sepultamento póstumo de um ciclo histórico de curta duração* no qual o Partido dos Trabalhadores (PT) significou um referente de luta dos trabalhadores brasileiros e, *mutatis mutandis*, sua *irreversível reconversão num pilar de sustentação auxiliar do imperialismo neoliberal na América Latina*. Mas, como advertiu Marx (1993), “a exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões”. Então, sigamos desta “representação caótica do todo” até avançarmos – apreendendo suas múltiplas determinações – às suas “mais simples abstrações”. Mais do que esgotar a caracterização das limitações histórico-políticas pró-imperialistas, do aliancismo social capitalista-operário do governo Lula-Alencar e de sua natureza de classe essencialmente grande-burguesa (Silva, 2002) – bem como sua *mais absoluta submissão ao capital financeiro mundial e ao FMI*; tema extensivamente discutido entre as esquerdas políticas e acadêmicas do país – pretendemos concentrar-nos em algumas

afirmações de intelectuais, quadros, movimentos e organizações “das esquerdas”; as quais até pouco tempo atrás grassavam hegemonicamente entre as representações sociais, sindicais e políticas do movimento operário e popular no Brasil. Em especial aquelas que sustentavam militantes, correntes e tendências, já fossem *centristas* <sup>(30)</sup> ou *reformistas*, no sentido de robustecer as *ilusões democratistas* referentes ao diagnóstico quasi-aritmético de “governo em disputa”, o qual agregaria simultaneamente determinada “herança maldita da era FHC” em torno aos núcleos duros do Ministério da Fazenda e do Banco Central de um lado e, por outro, medidas supostamente “progressivas” do lulismo relacionadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e, em especial, à *política externa do Itamaraty*. Supostamente, o *cretinismo e a esquizofrenia redundariam em seu caráter dito, à época, errante* (e, em alguns casos, mantém-se a análise). Será assim?

Desta maneira, debruçamo-nos sobre a perscrutação da dimensão discursiva que envolve a tática política de “apoio crítico” ao governo de turno, especificamente em relação ao que se consideram veleidades autonomistas na arena internacional – por exemplo, o “fortalecimento do Mercosul, o apoio ao governo Chávez e ao governo Fidel, a ampliação dos novos parceiros comerciais (...) e a posição firme contra a guerra do Iraque” – e, como expressão singular deste campo ideológico, a peculiar ponderação sobre o que seria uma “negociação soberana” do Brasil em relação à ALCA como “uma importante articulação com os países em desenvolvimento”, a qual haveria contrariado “interesses profundos das grandes transnacionais, fundamentalmente as norte-americanas”, configurando-se por fim como, supostamente, “mais uma vitória da política externa do governo brasileiro” (Reis, 2003). A pergunta torna-se inevitável. Nesta “batalha”, quais são os interesses representados em conflito? *Todo reflexo, bem sabemos, implica distorção*. Objetivamos ir além da compreensão referente à configuração discursiva dos limites político-ideológicos das diversas tendências das “esquerdas” em relação à política externa do governo Lula-Alencar em geral e, particularmente, a que alude à ALCA. Trata-se, sobretudo, de *aferir as concepções elaboradas junto à rudeza material do devir histórico, à correlação das classes em luta, assim como às respectivas formas como se apresentam e representam na cena política nacional e internacional*. Pretendemos explorar as mediações presentes entre a Frente Popular Lula-Presidente, o imperialismo e a recolonização no Brasil. Consideramos a justificação sobre a delimitação do problema selecionado como objeto de reflexão em sentidos vários: (i) trata-se da possibilidade de confrontar formulações diversas em termos de análises de conjuntura, caracterizações sobre política externa e ALCA que, inseridas nas lutas teóricas, ideológicas e políticas em curso, não encerram um objetivo em-si mesmas, haja vista que a *práxis* – neste caso, queira-se ou não – *impõe-se como critério da razão*; (ii) o papel internacional cumprido pela Frente Popular Lula-Presidente também será considerado, com igual destaque para a *recolonização imperialista* e a ALCA, lançando-se mão do método lenineano de “análise concreta de situações concretas”; e (iii) enfim, interessa-nos investigar até onde os diversos marcos de análise atêm-se ao terreno contingencial e em que medida pode-se afirmar que ultrapassam – ao menos embrionária e tendencialmente – o nível das conjunturas sociais, políticas, econômicas e culturais imediatamente presentes situando, tal Gramsci, *um nexo histórico-dialético entre os movimentos de ordem ocasional e orgânica*.

Às causalidades burguesas imediatamente atuantes e aquelas latentes, colocadas muito antes da ascensão da *Frente Popular* <sup>(31)</sup> ao poder executivo do país – vice-presidência ao empresário têxtil José de Alencar do PL, partido liberal-burguês; programa econômico regressivo etc. –, somaram-se àquelas subseqüentes à posse (composição de ministérios, Banco Central etc.); i.e., propostas de contra-reformas neoliberais contra os direitos do trabalho,

tais como as previdenciária, sindical e universitária; intensificação das taxas de lucro no país e um novo acordo com o FMI; formulações “estruturais” seguindo diretrizes do Banco Mundial (Ministério da Fazenda, 2003 e Williamson, 2003); autonomização do Banco Central; expulsão sumária dos ex-“radicais” do PT; corrupção generalizada e um largo etc. (Leher, 2003). A partir da ascensão do PT à presidência da república, as conjunturas materiais e ideológicas do presente momento histórico, portanto, desenvolvem-se sob a continuidade e o aprofundamento da *hegemonia burguesa*, do *capitalismo neoliberal dependente* e das *reformas orientadas para o mercado* (Boito Jr., 2003). A contraditoriedade que se evidencia pode ser equacionada nos seguintes termos: a derrota eleitoral de Serra (PSDB) se traduz, em parte, como um “Fora FHC” – *expressão distorcida via institucionalidade democrático-burguesa do acúmulo na correlação de forças sociais das classes subalternas em luta contra seus antagonistas proprietários* – porém, não-acompanhado de um “Fora FMI” (Dias, 2003), materializa-se enquanto *variante social-liberal* <sup>(32)</sup>, da mesma forma histórica de acumulação capitalista. Em face ao contexto apresentado, não foram poucos os movimentos, tendências, organizações e partidos das esquerdas que sustentaram a tese da “dualidade reinante” neste governo frentepopulista. A partir de um aspecto fundante da vida, o de que *onde existe ser social haverá contradições em processo*, determinou-se a *justificação ideológica* em torno ao “apoio crítico”. Para estes haveriam pólos diferenciados no interior do bloco constituído no poder. Um seria “continuísta”, identificado com o *receituário neoliberal*, à *vulnerabilidade externa*, à *estagnação econômica* e aos *recordes de desemprego*; e o outro “mudancista”, o qual “preza pela democracia, ampliando espaços de participação popular e não criminalizando os movimentos sociais; que defende políticas de desenvolvimento; e, principalmente, que *lidera uma ativa e altiva política externa, fator decisivo num mundo cada vez mais globalizado sob domínio das potências imperialistas*” (Borges, 2004, grifos nossos). Síntese elaborada por um dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), poderia ser atribuída, sem alterações significativas, à “esquerda” das tendências internas do PT, à direção majoritária da Central Única dos Trabalhadores (CUT), à coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e à União Nacional dos Estudantes (UNE), em sua maioria integradas – material e ideologicamente – à ordem institucional-burguesa através de ministérios, institutos e conselhos. Considerando que são estes os movimentos sociais, sindicais e políticos majoritários no combate antiimperialista, na Campanha Nacional contra a ALCA bem como em seus métodos, táticas e horizontes estratégicos; *em que sentido e em qual medida favorecem ou obstaculizam a constituição do proletariado em classe, a auto-emancipação operária, o combate antiimperialista e a luta revolucionária pelo socialismo?* Entre o que desejamos que haja e o que realmente existe encontra-se, no mais das vezes, uma distância de muitos alqueires.

Amâncio J. de Oliveira (Oliveira, 2003), por sua vez, refere-se à proposta e negociação da ALCA como “um ponto de inflexão indiscutível para a política externa brasileira”, não havendo “precedentes de um tema internacional tão debatido e que tenha mobilizado de forma tão sistemática a sociedade civil organizada brasileira”, a qual desta forma haveria feito “transbordar, para a sociedade, a discussão sobre comércio internacional, antes restrita ao círculo fechado da diplomacia, das elites empresariais e de especialistas acadêmicos”. Entretanto, a hipótese de que “o amadurecimento da sociedade brasileira em política externa é, em grande medida, uma espécie de externalidade positiva das negociações hemisféricas”, a qual o leva a esta constatação, não poderia estar mais equivocada. Não é mera casualidade que desconsidere em absoluto outras formas e instâncias organizativas que não o Ministério de Relações Exteriores, os canais institucionais do poder legislativo, as organizações não-governamentais (ONGs), as universidades, institutos, empresas e patronais; que se proponham a ir além da perspectiva de “acompanhamento e articulação com o governo”. Sua

argumentação segue no seguinte sentido: “... ao contrário do que muitos defendem, são restritos os graus de liberdade do governo brasileiro em optar pela não-adesão. (...) O projeto Alca não foi uma escolha brasileira, mas, à medida que se apresenta, força o país a escolhas custosas numa ou noutra direção. (...) a adoção de uma postura pragmática pelo governo petista. Da mesma forma que desvios de rotas abruptos são custosos em política macroeconômica, reorientações em política internacional importantes também embutem custos” (Oliveira, 2003).

A pretensa “inexorabilidade” da integração à ALCA, no autor, apresenta pressupostos delimitados por um horizonte ideológico evidentemente tributário de práticas e relações materiais bastante concretas, socialmente situáveis e historicamente localizáveis. Trata-se de um “envoltório místico” o qual, segundo a dialética de Marx, encobre certo “núcleo racional”, de determinada *racionalidade instrumental*. Assim, o real existente apresenta-se *de cabeça para baixo*, enquanto “externalidade positiva das negociações hemisféricas”. A mobilização de massas a qual tangencia, em verdade, é resultante de uma frente unitária de movimentos sociais, sindicatos e partidos significativos do *ser-que-vive-do-trabalho* – constituída enquanto ampla campanha anti-ALCA e articulada em torno a uma crescente consciência antiimperialista das massas subalternas –, ainda que *diluída em sua identidade classista*. A noção de *sociedade civil* é empregada para apresentar indistintamente instituições de *diferentes naturezas* como se não fossem atravessadas por lutas sociais e contradições estruturais. Em sua concepção teórica, considera-se o *agir comunicativo habermasiano* – junto à *democracia capitalista* – como a mais avançada forma histórica alcançada por mulheres e homens os quais, através da *esfera pública burguesa*, poderiam *intervir no plano das idéias e da racionalidade em busca de um suposto bem comum e do consenso intersubjetivo, sustentados por discursos moral e eticamente orientados*. O deslocamento da centralidade histórico-analítica do *trabalho* para a *comunicação* – e do *antagonismo-luta* para o *diálogo-conflito* –, porém, não se resume à natureza de dimensão estritamente epistêmica. Como explicar, de outra maneira, a ausência em sua análise de um plebiscito popular – não-oficial e sem voto obrigatório – que mobilizou mais de dez milhões de pessoas contra a ALCA? No entanto, apesar do *obstáculo político-epistemológico* acima revelado, alcança-se nesta análise uma caracterização de maior amplitude do que a registrada pelo bloco do “apoio crítico” em relação ao discurso e às práticas da Frente Popular lulista, descompassada – como todo governo colaboracionista de classe – no que diz respeito à relação contraditória entre sua *aparência morfológica*, manifestada imediatamente sob o signo de um partido e um dirigente representativos do movimento operário, e sua respectiva *constituição estrutural*, enfim, os interesses históricos que defende. *Se aparência e essência coincidissem*, comentou Marx (1999), *toda ciência seria supérflua*.

Após a cerimônia de posse, Lula dirigiu-se à abertura do III Fórum Social Mundial (FSM), no Anfiteatro Pôr-do-Sol em Porto Alegre no qual discursou para uma “platéia” atenta de mais de 80 mil ativistas, intelectuais, sindicalistas, verdes, católicos, camponeses, feministas, ONGs, anarquistas, socialistas e marxistas; de várias partes e diversas entidades do mundo. À breve passagem pelo FSM no Brasil, após a afirmação da priorização do *pacto social entre capital e trabalho* para o “resgate da secular dívida social” através de eixos programáticos centrados em “combater a inflação, reduzir nossa dívida, gerar empregos e distribuir renda”; seguiu-se a viagem à cidade suíça de Davos, sede do Fórum Econômico Mundial (FME), no qual pôde expor aos “senhores do capital” a problemática central do que considera como o “conflito Norte-Sul”, onde esboçou por primeira vez a “denúncia” à aparente contradição entre o discurso livre-cambista e a prática protecionista dos países de capital central. Daí então passou às proposições sobre a necessidade de “reformular e democratizar” a Organização das Nações

Unidas (ONU) e a alternativa de criar um “fome zero mundial”, proposta de programa e fundo a ser financiado, pasme (!), através da taxaçoão sobre o orçamento bélico-militar de seus respectivos países-membros. *Seria como transformar sangue iraquiano em leite para os subsaarianos. Tratar-se-ia de uma nova liturgia petista?* Para Marx (1993), faz-se necessário *suprimir as ilusões* dos debaixo, religiosas ou não, sendo “a crítica da religião (...) o germe da crítica do vale de lágrimas que a religião envolve numa auréola de santidade”. Neste breve lapso temporal o governo frentepopulista sintetizara de antemão em palavras, intenções e gestos, muito do que viria em termos de política nacional e internacional, sinalizando aos “mercados” – *eufemismo pudico*, segundo Chesnais (2000), que oculta *estruturas, mecanismos e estratégias de dominação classista* altamente condensadas – a que realmente viera. A “ativa e altiva política externa” reivindicada como “fator decisivo num mundo cada vez mais globalizado sob domínio das potências imperialistas” por parte significativa das esquerdas foi assumindo contornos cada vez mais nítidos na cena política. Dentro dos limites partidários petistas, procedeu-se a uma acelerada *integração organizacional à social-democracia europeia* <sup>(33)</sup>; seja através do recente alinhamento à *Terceira Via* de Tony Blair no encontro da *governança progressiva* em Londres – com Lula arrancando lágrimas de seu intelectual orgânico, Anthony Giddens – ou mesmo com o PT sediando o congresso da II Internacional em São Paulo. O recente convênio firmado entre a Fundação Perseu Abramo do PT e o Instituto Rosa Luxemburg do SPD alemão, para o intercâmbio na esfera político-parlamentar, portanto, trata-se de mais um episódio neste mesmo sentido. Mas em que contexto, afinal, dá-se esta “integração”?

O recrudescimento da luta de classes na América Latina se traduz – com diferentes direções, formas organizativas e métodos de combate – em convulsões sociais, levantes populares e crises insurrecionais em países subsumidos pelo imperialismo como Equador, Argentina e Bolívia, dentre outros, nos quais surgem organismos embrionários de duplo poder, distintas Frentes Populares e as situações revolucionárias voltam a ocupar o cenário histórico no final do século XX e início deste. Em poucas palavras, *o lulismo não é alheio a este processo*. A “interlocação” do governo frentepopulista de Lula busca a arena internacional no sentido de evitar, desviar e, no limite, enfrentar-se às agudas crises institucionais, governamentais e/ou revolucionárias surgidas na América Latina. O *prestígio* que detém junto às classes subalternas e a confiança conquistada entre os “senhores do capital” projetam-se, desta forma, ao nível do sistema mundial inter-Estados. É neste mesmo sentido que constituiu o “grupo de amigos” da Venezuela pós-golpe; engajou-se no suposto “combate ao narcotráfico”, oferecendo os serviços estratégicos do Sivam à disposição dos EUA em sua nova fase do Plano Colômbia contra as Farc e o ELN; articulou plataformas político-eleitorais frentepopulistas no Uruguai, El Salvador e Bolívia; e preparou o terreno na Argentina para diluir absolutamente o que restava do processo revolucionário em curso na institucionalidade burguesa. O lulismo vai se consolidando na função de “garantir a estabilidade regional” – leia-se: em *evitar, desviar e enfrentar-se, preventivamente, à revoluções operárias e populares na América Latina* –, como na Venezuela e na Bolívia, e por apoiar as políticas e métodos pró-imperialistas na região. Mais do que funcional à “Nova Ordem Mundial”, e inversamente ao que pregam certas “esquerdas”, a política internacional do lulismo integra-se organicamente como “sustentáculo” (objeto passivo) e, em determinados momentos, até mesmo “aríate” (sujeito ativo) da Ordem do Capital.

O *prestígio* entre as classes subalternas, apoiado nas *ilusões democratistas* que nas mesmas suscita, assim como a confiança que inspira entre as multinacionais, burocracias estatais e organismos multilaterais, conferem-lhe um relativo papel nas relações exteriores – em meio à mais intensa crise da institucionalidade política do sistema mundial inter-Estados do

segundo pós-guerra; baseada na ONU, na OTAN e na *Ordem de Bretton Woods* –, no qual seu aspecto contra-revolucionário é propagado em escala internacional. Os aspectos dominantes do fim de um ciclo histórico de duas décadas de “rica totalidade de determinações e relações diversas”, referente a um itinerário que abarca desde a origem do PT enquanto alternativa política dos trabalhadores até sua “integração à ordem” – aliança de classes, caráter burguês e, conseqüentemente, anti-operário – são ampliados historicamente; *de obstáculos relativos passam a obstáculos absolutos para a constituição do proletariado em classe*, a partir da ascensão da Frente Popular aos aparelhos do Estado capitalista brasileiro. À *absoluta integração do PT à lógica estatal-burguesa* – detectada por altos quadros da Ordem do Capital tão insuspeitos quanto o ex-Ministro da ditadura civil-militar Delfim Neto <sup>(34)</sup> –, *seguuiu-se sua irreversível reconversão num pilar de sustentação auxiliar do imperialismo neoliberal na América Latina*, sob aplausos do FMI <sup>(35)</sup> e Banco Mundial. Agora se faz necessário, após as considerações acima, proceder à análise das relações dinâmico-causais entre o frentepopulismo e a ALCA, bem como entre estes e as interconexões complexas que configuram os respectivos liames referentes ao imperialismo contemporâneo e à recolonização do país.

Mediante a intensificação da super-exploração do trabalho e através do recrudescimento dos “laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo” (Lenine, 1979a), deu-se um salto na internacionalização do capital em seu estágio imperialista de desenvolvimento, desenhando uma fase ulterior na divisão internacional do trabalho na qual as multinacionais operam como um complexo produtivo integrado mundialmente. Através da eliminação das travas comerciais, da criação de um mercado financeiro mundial único e da capacidade de dispor ferreamente da força de trabalho de cada um dos Estados nacionais, forjou-se uma correlação de forças sociais em nível internacional apoiada, como vimos, nas mudanças ocorridas na relação entre corporações capitalistas, organismos financeiros e as diferentes nações. *Não é casual, e quase nunca o é, que a noção de imperialismo – a despeito das deformações sofridas pelo conceito nas mãos de seus verdadeiros cães de guarda – volte à pauta editorial da imprensa burguesa com razoável expressividade após uma década do suposto fim das ideologias*. Imediatamente relacionada à crise de hegemonia do neoliberalismo, anunciada patentemente pela segunda geração de “ajustes estruturais” de Washington (Williamson, 2003), a ALCA traz embutidas determinações históricas relativas à própria constituição da supremacia capitalista norte-americana. A menção à *Doutrina Monroe* – da “América para os americanos” – para elucidar seu caráter não partiu, aqui, de seus detratores presentes em diversos movimentos sociais, sindicatos e partidos anticapitalistas da América Latina; mas muito pelo contrário, do próprio Secretário de Comércio dos EUA, Robert Zoellick. Tratar-se-ia do “cumprimento de uma visão norte-americana que data do século XIX”, orientação desenvolvida a partir de 1823 como estratégia reativa às investidas mercantil-colonialistas européias sobre a América Latina; *perpetuando-se e atualizando-se desta forma através de uma contra-ofensiva imperialista articulada em suas dimensões econômicas, políticas e militares no alvorecer do século XXI*.

A aparente unicidade presente na crítica à *ofensiva neoliberal* durante os anos 90 em geral e à ALCA em particular – proveniente de setores nacional-burgueses, social-democratas, estalinistas, neodesenvolvimentistas, da esquerda católica, sindicalistas-economicistas e diversas correntes e tendências marxistas – oculta, em verdade, uma diversidade de problemáticas que as diferenciam profunda e radicalmente. Em sua imediaticidade apresentam-se contrárias à *redução das taxações comerciais, alfandegárias ou não; à universalização da lógica mercantil às áreas de saúde, educação, previdência e infra-estrutura social; à redução do*

*poder decisório-regulatório e da soberania nacional dos Estados; ao aprofundamento da liberdade de circulação internacional de capitais; à legislação restritiva sobre patentes e propriedade intelectual; à minimização de direitos do trabalho, conquistas sociais e legislação sócio-ambiental.* Trata-se, porém, de concepções mediadas por diferentes tradições e heranças teórico-políticas, inseridas em coordenadas históricas que delimitam e condicionam seus métodos de luta, suas táticas políticas assim como suas configurações teóricas e ideológicas. No que se refere à história política das tendências marxistas, não poderíamos concordar mais com Dias (2001), quando afirma: “Não é possível pensar o marxismo para além e para fora da realidade onde ele se move, constrói e transforma”.

**Rodadas de Negociação, Cúpulas Ministeriais e Declarações Estatais:  
Análise Histórica e Conjuntural sobre a Correlação de Forças Sociais em Cancún e Miami**

Buscaremos situar e analisar certas situações histórico-conjunturais da relação de forças entre Estados, movimentos, partidos e classes sociais; em especial as conhecidas como *Colapso de Cancún* e *Batalha de Miami*, sínteses significativas que possibilitam relacionar determinações e mediações fulcrais da totalidade sócio-histórica da qual são altamente representativas. Antes, porém, vejamos a análise que faziam determinados setores – que viriam a engrossar o coro do bloco do “apoio crítico” ao frentepopulismo – sobre a política externa brasileira no final do governo FHC em relação ao projeto ALCA. Em que termos dá-se a crítica? Que pontos de inflexão indica? “Mas o governo FHC, a exemplo de outras marionetes neoliberais no continente, não quer romper de fato com as negociações da ALCA. Seus porta-vozes são enfáticos ao dizer que o Planalto só pretende ganhar mais tempo e melhorar seu poder de barganha com os EUA. Diante da recente crise do aço e da reação da Câmara Federal, que encaminhou pedido ao governo para suspender as negociações, os tecnocratas de Brasília logo saíram em defesa da ALCA. “Temos de continuar negociando, participando das reuniões para defender nossos interesses”, afirmou o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer” (Borges, 2002). Ou então: “A postura de resistência de FHC a uma ‘ALCA indesejada’, sem contrapartidas por parte dos EUA, visa apenas valorizar a adesão do Brasil. Mesmo que os EUA apresentem uma versão da ALCA com a abertura do mercado norte-americano, isso significaria trocar alhos por bugalhos, sacrificar setores industriais de ponta e de serviços sofisticados, por uma maior presença no mercado norte-americano de *commodities* agrícolas e minerais e no mercado industrial rebaixado que é o de calçados e têxteis... O governo FHC, apesar do tom nacionalista, na prática está nos colocando ao lado das Repúblicas das Bananas” (Garzón citado por Borges, *idem*). Em que medida pode-se atribuir, concretamente, significação em algo diversa à política internacional desenvolvida pelo governo encabeçado pelo PT de Lula? Onde se encontra o “mudancismo” em relação à ALCA? A Rodada de Cancún da OMC em setembro do ano passado e a Reunião Ministerial em Miami sobre a ALCA, em novembro do mesmo ano, foram apresentadas por diversos setores das esquerdas – já sejam nacionais ou internacionais – como forma de “resistência global” às investidas imperialistas dos povos das nações oprimidas, supostamente representados por seus respectivos governos de turno. Setores e segmentos tão diversos quanto as direções governistas do PT e do PCdoB, a grande imprensa televisiva e impressa do país e grandes partidos burgueses como o PSDB de FHC e o PFL de Antônio Carlos Magalhães – além da intelectualidade acadêmica, setores da CUT, da UNE e do MST – vêm defendendo que a “ALCA light” trata-se de uma vitória de Lula sobre Bush que deve alentar a “esperança” dos despossuídos da América Latina. “O merecido colapso da reunião da OMC em Cancún em 2003, que, graças à intervenção desafiante dos ‘condenados da Terra’, enfatizou a condição miserável da esmagadora maioria da humanidade...” (Mészáros, 2004). Da mesma forma, setores “das esquerdas” defenderam que a

composição do G-22, capitaneada por Lula em Cancún, tratar-se-ia de uma iniciativa de conteúdo “nacional” ou mesmo *antiimperialista*.

“Fernando Henrique Cardoso iniciou os contatos sul-sul sempre com o objetivo de pressionar os países imperialistas para que eles suspendessem o subsídio à agricultura deles e as tarifas e barreiras não-tarifárias que impuseram aos produtos agrícolas dos países periféricos. A novidade introduzida pelo governo Lula diz respeito aos métodos de luta – ele articulou uma aliança dos exportadores de grãos, o G-22 – mas o conteúdo da política continua o mesmo. Se essa política nunca foi considerada pela esquerda uma política nacional ou antiimperialista, por que deveria sê-lo agora? (...). A continuidade da política de comércio exterior de FHC é integral. A defesa das exportações agrícolas vem acompanhada, tal e qual na ‘era FHC’, da desistência de lutar pelo desenvolvimento econômico nas áreas de alta tecnologia, pelo controle dos investimentos estrangeiros e por tudo o mais que, de fato, poderia libertar a nossa economia do imperialismo. É por isso que, na mesma conferência de Cancún, o governo Lula aceitou os ‘temas de Cingapura’ [facilitação de comércio, investimentos, política de concorrência e transparência em compras governamentais], que exigiam mais abertura econômica dos países da periferia aos investimentos estrangeiros, traíndo os interesses da economia nacional e dos demais países periféricos” (Boito Jr., 2003, comentários nossos).

A partir de tal análise objetivamos evidenciar concretamente as limitações histórico-estruturais e a natureza classista deste governo dentro de um horizonte metodológico no qual “não se explica a prática a partir das idéias, mas a formação das idéias a partir da prática material”. O discurso livre-cambista explicita-se a partir da aceitação do papel agroexportador reservado às nações atrasadas na divisão internacional do trabalho, sob a única ressalva de garantir a máxima ampliação da taxa de lucro que os limites impostos por tal divisão reserva aos capitalistas residentes no Brasil. São expressões fenomênicas que reproduzem as contradições estruturais impostas pela mundialização do capital as quais, por sua vez, significam, mais do que uma *nova fase* do capital – haja vista que as formas histórico-estruturais da acumulação mantêm-se lastreadas na exploração de sobretrabalho social –, *a agudização das características mais destrutivas e parasitárias do capitalismo imperialista*. Nas palavras de Lula: “Vejam que nós, em nenhum momento, estamos pedindo qualquer benefício de privilégio ou estamos pedindo qualquer favor. O que nós estamos pedindo é que os países desenvolvidos façam uma política de comércio exterior em que sejamos tratados em igualdade. Nós queremos apenas a oportunidade de competir livremente” (citado por Boito Jr., *idem*). Trata-se, uma vez mais, de um discurso que remete ao “mercado” – propriedade privada e *cada vez mais concentrada* dos meios de produção – a primazia sobre a ordenação societal e o modo de vida nas sociedades modernas, estendendo ideologicamente a *racionalidade capitalista* enquanto *ilusória universalização de interesses particularistas*, por mais que se diga o contrário. Outra vez, *há distância entre intenção e gesto*. Torna-se necessário, primeiramente, desnaturalizar as relações capitalistas que se ocultam detrás da noção de “mercado”, desvendando que *no capitalismo as relações sociais aparecem aos indivíduos como se fossem relações entre coisas, entre entidades naturais*. E, também, *desvendar-lhes às ilusões* a função oculta e ideológica cumprida na *sociedade burguesa*. O fetichismo da mercadoria faz com que as práticas e concepções do *mundo dos homens* elidam – em suas manifestações objetivas e subjetivas – as relações mediadas pelo valor de troca como relações sociais, isto é, como construções históricas da atividade de mulheres e homens concretos. Opera-se então a naturalização do valor de troca, como se fora uma propriedade física inerente às “coisas” em-si. Se já desde a época de Marx, n’O Capital, a “livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio”; aludir à “livre-concorrência” num aprofundado *marco epocale* imperialista-monopolista – no qual a classe capitalista se associa formando cartéis, os quais distribuem cotas de produção/mercado entre si e determinam o sistema de preços, e trustes, grupamentos

financeiros resultantes da fusão de várias empresas numa única corporação – trata-se, como já vimos, de mistificação lógica e histórica do real.

Em segundo lugar, longe de representar o interesse dos “condenados da Terra” da América Latina, África e Ásia; Cancún foi muito mais a expressão dos atritos intraclassistas, mais especificamente interburgueses, relacionados às necessidades protecionistas dos setores do *agrobusiness*, por um lado, e do grande capital financeiro – que estaria interessado em que o Brasil pague os juros da dívida em moeda forte –, por outro. Note-se que a enunciação da problemática do protecionismo agrícola sob a formulação de um “conflito Norte-Sul” obscurece a existência de fissuras internas na estrutura de classes e no bloco de poder imperialista dos Estados Unidos, projetando-os como arroubos de “soberania nacional” de governos como o de Luiz I. Lula da Silva. “Se os editorialistas do The Wall Street Journal tivessem presenciado o discurso livre-cambista do presidente Lula, teriam mais motivos ainda para júbilo. [...] O resultado desse nacional-liberalismo seria a conversão completa do Brasil numa enorme fazenda de soja” (Boito Jr., *idem*). A definição estrutural das negociações da ALCA alcança maior nível de organicidade ao passo em que se criam os atuais nove grupos de negociação e quatro comitês consultivos; em que pesem as contradições expressadas por interesses opostos relativos às disputas interburguesas no campo do capital imperialista – e pró-imperialista – no que diz respeito, por exemplo, ao comércio agrícola e suas formas protecionistas. Não identificamos, contrariamente à análise apresentada pela maioria absoluta das esquerdas políticas e acadêmicas do Brasil e América Latina, qualquer veleidade política de *autonomia*, ainda que *relativa* ou – menos ainda – *soberania nacional* nos governos eleitos da Argentina, Bolívia e Brasil, os quais seguem representando os interesses do agronegócio e das classes dominantes nacionais e internacionais. Desde o nosso ponto de vista somente os movimentos operários, camponeses e populares, através das ações diretas de massas e da mobilização permanente das classes subalternas na América Latina – em especial suas representações sociais, sindicais e políticas de esquerda, direta ou indiretamente engajadas na Campanha Internacional contra a ALCA, a Dívida e a Militarização – podem oferecer oposição e resistência conseqüentes a esta estratégia imperialista do séc. XXI.

Já sobre a reunião ministerial de Miami, nada melhor do que reproduzir a *Declaração da Campanha Brasileira contra a ALCA, a Dívida e a Militarização*. Note-se que os eixos norteadores da campanha apontam para a denúncia dos principais elementos que sustentam a estratégia norte-americana de *recolonização imperialista*, qual seja, além da ALCA enquanto acordo de livre comércio, a continuidade do pagamento da dívida externa assim como a ampliação das bases militares estadunidenses na América Latina. “A reunião ministerial ocorrida em Miami reiterou o calendário de negociações e a data da assinatura do acordo da Alca, conforme entendimentos em Washington entre o governo do Brasil e dos EUA. Afirmado uma ‘Alca a la Carte’, onde as negociações seguirão através de dois pisos: um piso ‘mínimo’ no qual os 34 países chegariam a uma plataforma comum e um segundo piso em que cada país poderia negociar mais ou menos concessões; a reunião e a resolução de Miami apontam para a aceleração do calendário da Alca, cujas instâncias decisivas serão as futuras reuniões de 2004. O governo dos EUA fizeram um recuo tático em Miami e com ele obtiveram uma vitória política e estratégica: salvaram a Alca e enredaram ainda mais os países na sua armadilha” (CNCA, 2003).

“Esta negociação, pautada pelo ‘livre comércio’, ao contrário do que o governo e a mídia vêm propagando, mantém as negociações sobre todos os temas. A própria Declaração Oficial afirma: ‘As negociações sobre o conjunto comum de direitos e obrigações incluirá disposições em cada uma das seguintes áreas de negociação: acesso a mercados; agricultura; serviços; investimento; compras governamentais; propriedade intelectual; política de subsídios;

antidumping e direitos compensatórios; e solução de controvérsias'. A Campanha não vê como positiva nenhuma Alca. Sabemos que o foco central da Alca é o Livre Comércio. Neste sentido, a Alca Light que preserva esse eixo central, se configura tremendamente lesiva aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras [...]; pois implicará mais desemprego, fechamento de empresas e empobrecimento da população. Sabemos que a 'livre' competição entre economias tão desiguais – livre apenas para garantir a liberdade dos capitais e os lucros das grandes corporações – só levará ao enfraquecimento da economia de nossos países e nosso direito ao desenvolvimento. Por tudo isso, a Campanha reitera suas posições e exige que o governo brasileiro se retire imediatamente da mesa de negociações da Alca e realize em 2004 um Plebiscito Oficial” (CNCA, idem).

Ou seja, além de se desmentir o hipotético deslocamento das “áreas sensíveis” para o Brasil, tais como investimentos, para a OMC – tão propalado pela esquerda governista – questiona-se profundamente a estratégia deste governo em sua totalidade, Itamaraty incluso, no que se refere à “ALCA light” ou “ALCA a la Carte”, caracterizando o “livre comércio” entre economias avassaladoramente desiguais como “livre apenas para garantir a liberdade dos capitais e os lucros das grandes corporações”. No interior de uma perspectiva de autonomia política e combatividade operária perante o governo Lula, *o qual se encontra na co-presidência das negociações da ALCA junto a Bush*, não se indica o posicionamento da “esperança” – o que inclusive incitaria à contemplação e expectativa em relação aos governos de turno, ou o recuo à perspectiva liberal-parlamentar – mas sim a perspectiva de depositar confiança única e exclusivamente nas forças sociais e métodos de combate representativos dos trabalhadores, camponeses e indígenas em luta. Nas palavras de Oliveira, “Há Vias Abertas para a América Latina? (...) As Veias Abertas da América Latina podem ser transformadas em Vias Abertas para a sua libertação, para a diminuição de suas desigualdades internas, para a retomada do desenvolvimento econômico, para um novo lugar no mundo contemporâneo?” (Oliveira, 2003b). “Recuperar os bens que foram usurpados equivale a recuperar o destino”, por sua vez, afirmou Galeano (1976). “Uma Outra América é Possível?”, poder-se-ia acrescentar, numa formulação proveniente do que se convencionou chamar por “alterglobalismo”. A resposta, acreditamos, encontra-se não no *neodesenvolvimentismo* aventado por Oliveira, mas sobretudo entre aqueles que “não têm nada a perder, a não ser seus próprios grilhões” e – entre as mãos – “carregam o futuro”. A perspectiva revolucionária sempre esteve obstruída na América Latina pelas diversas concepções *nacional-desenvolvimentistas*, pelo *etapismo democrático-burguês* dos partidos comunistas e pelas formulações *regulacionistas-keynesianas* desenvolvidas entre intelectuais, quadros e organizações *antiimperialistas*; manifestações várias das formas de existência histórica do *mito do bom burguês* <sup>(36)</sup> assumidas no subcontinente.

### **Bibliografia Geral (livros, capítulos de livros e artigos de periódicos)**

Agrela, Euclides 2002 “Coordenação Nacional mantém perguntas da Plenária” [ALCA], em *Opinião Socialista* (São Paulo), N° 135.

Almeida Neto, Eduardo 1999 *Brasil: Reforma ou Revolução?* (São Paulo: Cadernos Marxistas).

Althusser, Louis (1968) “La Filosofía como Arma de la Revolución”, em *Cuadernos de Pasado y Presente* (Córdoba) citado por Boito Jr., Armando (org.) 2000 *Neoliberalismo e Trabalhadores no Brasil: política, ideologia e movimentos sociais* (Campinas: Universidade Estadual de Campinas) [Projeto Integrado de Pesquisa]. Texto disponível na Internet: <<http://www.unicamp.br/cemarx>> (acessado em mar./2003).

Althusser, Louis 1970 *Aparelhos Ideológicos do Estado* (Rio de Janeiro: Graal).

Anderson, Perry 1980 *Arguments within English Marxism* (Londres: Verso).

Anderson, Perry 1986 “Modernidade e revolução”, em *Novos Estudos Cebrap* (São Paulo), v. 14.

- Anderson, Perry 1987 *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo* (São Paulo: Brasiliense).
- Anderson, Perry 1995 “Balanço do Neoliberalismo”, em Sader, Emir e Gentili, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Anderson, Perry 2002 “As antinomias de Antonio Gramsci”, em Anderson, Perry *Afinidades Seletivas* (São Paulo: Boitempo).
- Antunes, Ricardo 1992 *A Rebelião do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista 1978-80* (Ed. UNICAMP).
- Antunes, Ricardo 1995 *O Novo Sindicalismo no Brasil* (Campinas: Pontes).
- Antunes, Ricardo 2000 *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. UNICAMP).
- Antunes, Ricardo 2002 *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo).
- Arbex Jr., José 2003 *O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder* (São Paulo: Ed. Casa Amarela).
- Arcary, Valério 2003a “A ganância do capital não despreza a incerteza da luta de classes” (mimeo.).
- Arcary, Valério 2003b “Partidocracia contemporânea e limites da democracia liberal nos países da periferia do capitalismo”, em *Lutas Sociais* (São Paulo), Nº 9.
- Arcary, Valério 2003c “Kautsky e as origens históricas do centrismo na esquerda”, em *Outubro* (São Paulo) Nº 7.
- Arcary, Valério 2004 *As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista* (São Paulo: Xamã).
- Arroyo Picard, Alberto 2000 *EI TLCAN: objetivos y resultados 7 años después*. Texto disponível na Internet: <[http://www.indecopi.gob.pe/bvirtual/colec\\_lc.htm](http://www.indecopi.gob.pe/bvirtual/colec_lc.htm)> (acessado em mar./2004).
- Batista Jr., Paulo Nogueira 2003 “A Alca e o Brasil”, em *Estudos Avançados* (São Paulo) Vol.17, Nº 48.
- Batista, Paulo Nogueira 2001 *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos* (São Paulo: Consulta Popular) [Cartilha Nº 7].
- Benjamin, César (et. al.) 1998 *A opção brasileira* (Rio de Janeiro: Contraponto).
- Benko, George 1996 *Economia, espaço e globalização: na aurora do séc. XXI* (São Paulo: Hucitec).
- Benoit, Hector 1998 “Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista”, em *Outubro* (São Paulo), Nº 2.
- Bianchi, Álvaro (s/d.) “Gramsci e a revolução passiva”. Texto disponível na Internet: <<http://planeta.terra.com.br/educacao/politikon/artigos.htm>> (acessado em mar./2003).
- Bianchi, Álvaro 2001 “Do PCB ao PT: continuidades e rupturas na esquerda brasileira”, em *Marxismo Vivo* (São Paulo), Nº 4.
- Bianchi, Álvaro 2002a “Crise, política e economia no pensamento gramsciano”, em *Novos Rumos*, ano 17, Nº 36.
- Bianchi, Álvaro 2002b “Retorno a Gramsci: para uma crítica das teorias contemporâneas da sociedade civil” (Curitiba: XII Congresso Nacional dos Sociólogos).

- Bianchi, Álvaro 2003 “Hegemonia em tempos de cólera: a difícil construção de uma ordem mundial”, em *Outubro* (São Paulo), N° 8.
- Bianchi, Álvaro e Braga, Ruy 2003a “O social-liberalismo chega aos trópicos”, em *Opinião Socialista* (São Paulo), N° 157.
- Bianchi, Álvaro e Braga, Ruy 2003b “Da lógica da diferença à lógica estatal”, em *Revista Espaço Acadêmico* (Maringá), Ano III, N° 24. Texto disponível na Internet: <<http://www.espacoacademico.com.br>> (acessado em mar./2003).
- Biondi, Aloísio 2000 *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado* (São Paulo: Fund. Perseu Abramo).
- Bobbio, Norberto 2003 *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política* (São Paulo: Ed. UNESP).
- Boletim Informes 2002a “PT fará campanha própria contra atuais termos da Alca”, em Boletim Informes (Brasília), N° 2590, Ano XII [30/jul/2002]
- Boletim Informes 2002b “PT divulga nota ‘Uma outra integração é possível’”, em Boletim Informes (Brasília), N° 2592, Ano XII [30/jul/2002]
- Boito Jr., Armando 1999 *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (São Paulo: Ed. Xamã).
- Boito Jr., Armando (et. al.) 2000 *Neoliberalismo e Trabalhadores no Brasil: política, ideologia e movimentos sociais* (Campinas: Universidade Estadual de Campinas) [Projeto Integrado de Pesquisa]. Texto disponível na Internet: <<http://www.unicamp.br/cemarx>> (acessado em mar./2003).
- Boito Jr., Armando 2000a “Neoliberalismo e Burguesia no Brasil”, em *Revista PucViva*, N° 19.
- Boito Jr., Armando 2000b “Neoliberalismo e Classes Populares”, em *Brasil Revolucionário*, N° 28.
- Boito Jr., Armando 2002 (et. al.) “Lutas sociais no Brasil em 2001”, em *OSAL* (Buenos Aires). N° 6.
- Boito Jr., Armando 2002 “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”, em Boito Jr., Armando (et. al.) *Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil* (Campinas: IFCH/UNICAMP) [*Idéias*, Ano 9 (1)].
- Boito Jr., Armando 2003a “A hegemonia neoliberal no governo Lula”, em *Crítica Marxista* (São Paulo), N° 7.
- Boito Jr., Armando 2003b “A reunião de Cancún e o nacionalismo de fazendeiro”, em *Opinião Socialista* (São Paulo), N° 160.
- Borón, Atílio 1994 *Estado, capitalismo e democracia na América Latina* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Borón, Atílio 2001 “La estructura de la dominación mundial: de Bretton Woods al Acuerdo Multilateral de Inversiones”, em Seoane, José e Taddei, Emilio (orgs.) 2001 *Resistencias Mundiales. De Seattle a Porto Alegre* (Buenos Aires: CLACSO).
- Borón, Atílio 2001 “La selva y la polis: reflexiones en torno a la teoría política del zapatismo” em, *OSAL* (Buenos Aires), N° 4.
- Borón, Atílio 2001 *A Coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo* (Petrópolis: Vozes).
- Borón, Atílio 2002 *Imperio & Imperialismo: una lectura critica de Michael Hardt e Antonio Negri* (Buenos Aires: CLACSO).
- Borón, Atílio 2004 “O império e a teoria marxista do imperialismo”, em *Resistir*. Texto disponível na Internet: <<http://resistir.info>> (acessado em mar./2004).

- Bosi, Alfredo 1992 *A dialética da colonização* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Borges, Altamiro 2004 “Governo Lula: um enigma a decifrar”, em *Crítica Marxista* (São Paulo), Nº 18.
- Borges, Altamiro 2002 “A ALCA, o tubarão e as sardinhas”, em Borges, Altamiro (org.) *Para entender e combater a ALCA* (São Paulo: Ed. Anita Garibaldi).
- Brenner, Robert 1999 “A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão”, em *Outubro* (São Paulo), Nº 3.
- Brunelle, Dorval 2002 “Um acordo entre governos e o mundo dos negócios”, em *Cadernos Le Monde Diplomatique*, Nº 4.
- Caroni Filho, Gilson 2002 “Os limites do Estado de Direito”, em *Observatório da Imprensa* (Rio de Janeiro), Nº 174.
- Chauí, Marilena 1986 *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil* (São Paulo: Brasiliense).
- Chesnais, François (et. al.) 2003 *Uma nova fase do capitalismo?* (São Paulo: Xamã).
- Chesnais, François 1996 *Mundialização do capital* (São Paulo: Xamã).
- Chesnais, François 2001 “Mundialização: o capital financeiro no comando”, em *Outubro* (São Paulo), Nº 5.
- Chomsky, Noam 2002 “Humanidade precisa de uma Nova Internacional” [entrevista], em *Agência Carta Maior*.
- Coggiola, Osvaldo 2004 *O governo Lula: da esperança à realidade* (São Paulo: Xamã).
- Coggiola, Osvaldo 1998 “A crise estrutural do capital”, em Coggiola, Osvaldo (et. al.) *Capitalismo: globalização e crise* (São Paulo: Humanitas) [*Estudos* Nº 44].
- Colleti, Claudinei 2002 “Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal”, em Boito Jr., Armando (et. al.) *Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil* (Campinas: IFCH/UNICAMP) [*Idéias*, Ano 9 (1)].
- Coutinho, Carlos Nelson 1990 “A ‘cidadania brasileira’ do marxista italiano Antonio Gramsci” (Ensaio), em *Teoria e Debate* (São Paulo), Nº 9. Texto disponível na Internet: <[http://www.fpa.org.br/td/td09/td09\\_ensaio.htm](http://www.fpa.org.br/td/td09/td09_ensaio.htm)> (acessado em mar./2004).
- Coutinho, Carlos Nelson 2000 “A democracia como valor universal” em *Contra a Corrente – ensaios sobre a democracia e o socialismo* (São Paulo: Ed. Cortez).
- Coutinho, Carlos Nelson (2002) *Entrevista*, em *Teoria e Debate* (São Paulo), Nº 51 citado por Almeida, Eduardo 2004 “Brasil: o novo partido velho” em *Marxismo Vivo* (São Paulo), Nº 9.
- Della Santa Barros, Roberto 2001 “Estados Unidos da América: o feitiço vira contra o feiticeiro”, em *Oficina de Informações* (São Paulo). Acessado em out./2001 <<http://www.oficinainforma.com.br>>.
- Della Santa Barros, Roberto 2002 “Guerra Social”, em *Cadernos do Terceiro Mundo* (Rio de Janeiro), Nº 242.
- Della Santa Barros, Roberto 2003a *La ofensiva recolonizadora en Irak y el movimiento internacional contra la guerra* (Barcelona: mimeo.).
- Della Santa Barros, Roberto 2003b “¿Adónde va Brasil?”, em *Rebelión* (Madri). Texto disponível na Internet: <<http://www.rebellion.org/brasil/031010barros.htm>>.
- Della Santa Barros, Roberto e Menegoti Tasca, Rafaela 2000 “O Grito de Coroa Vermelha: 22 de abril de 2000” (São Paulo: Anais do X Encontro Latino-Americano de Faculdades de Comunicação Social).

- Demier, Felipe (org.) 2003 *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil* [entrevistas com Babá, César Benjamim, Luciana Genro, Marcelo Badaró Mattos, Valério Arcary, Virgínia Fontes e Zé Maria] (Rio de Janeiro: Bom Texto).
- Dias, Edmundo Fernandes (et al.) 1996 *O Outro Gramsci* (São Paulo: Ed. Xamã).
- Dias, Edmundo Fernandes 1991 “Gramsci: rabo preso” (Ensaio), em *Teoria e Debate* (São Paulo), Nº 14. Texto disponível na Internet: <[http://www.fpa.org.br/td/td14/td14\\_ensaio.htm](http://www.fpa.org.br/td/td14/td14_ensaio.htm)> (acessado em mar./2004).
- Dias, Edmundo Fernandes 1998 “‘Reestruturação produtiva’: forma atual da luta de classes”, em *Outubro* (São Paulo), Nº 1.
- Dias, Edmundo Fernandes 1999a *A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital: reestruturação produtiva e passivização* (Campinas: IFCH/UNICAMP) [Textos Didáticos].
- Dias, Edmundo Fernandes 1999b “O possível e o necessário: estratégia das esquerdas”, em *Outubro* (São Paulo), Nº 3.
- Dias, Edmundo Fernandes 2000 *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia* (São Paulo: Ed. Xamã).
- Dias, Edmundo Fernandes 2001 “Sobre o marxismo contemporâneo”, em *Anais do V Encontro de Psicologia Social* (Bauru: UNESP/ABRAPSO-SP).
- Dias, Edmundo Fernandes 2003 “Democrático e Popular?”, em *Outubro* (São Paulo), Nº 8.
- Duarte, Ozéas 1985 “Para uma tática revolucionária sob a Nova República”, em *Teoria e Política* (São Paulo), ano 2, Nº 7.
- Dussel Peter, Enrique 2000 *El TLC y el desempeño de la economía en México* (México: CEPAL).
- Estay, Jaime 2001 “El ALCA, la integración latinoamericana y los retos para una inserción mundial alternativa”, em *Realidad Económica* Nº 178 (Instituto Argentino para el Desarrollo Económico)
- Estay, Jaime 2002 “ALCA: el paraíso de los inversionistas”, *Chiapas* (no prelo).
- Estay, Jaime 2002 “La formación de bloques y los avatares del multilateralismo” (mimeo).
- Fernandes, Bernardo Mançano 2000 *A formação do MST no Brasil* (Petrópolis: Vozes).
- Fernandes, Florestan 1975 *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Fernandes, Florestan 1986 *Nova República?* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).
- Ferrone Corrêa, Fernando 2002a “O Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”, em Guerrero Gutierrez, Andriei da Cunha; Marstucelli, Danilo Enrico e Ferrone Corrêa, Fernando “PT, PCdoB e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil”, em Boito Jr., Armando (et. al.) *Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil* (Campinas: IFCH/UNICAMP) [Idéias, Ano 9 (1)].
- Ferrone Corrêa, Fernando 2002b “As contradições teórico-táticas do PCdoB frente à ofensiva neoliberal no Brasil” (mimeo.).
- Fontana, Mariúcha 2002 “O governo Lula e os desafios da esquerda revolucionária”, em *Marxismo Vivo* (São Paulo), Nº 6.
- Frederico, Celso 1998 “A política cultural dos comunistas”, em Quartim de Moraes, João (org.) *História do marxismo no Brasil, III. Teorias. Interpretações* (Campinas: Ed. UNICAMP).

Galeano, Eduardo 1976 *As Veias Abertas da América Latina* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).

Galvão, Andréia 2002 “A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo”, em Boito Jr., Armando (et. al.) *Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil* (Campinas: IFCH/UNICAMP) [*Idéias*, Ano 9 (1)].

Garzón, Luis Fernando citado por Borges, Altamiro (et. al.) 2002 *Para entender e combater a ALCA*, Ed. Anita Garibaldi, São Paulo.

Giannotti, Vito e Neto, Sebastião 1991 *CUT ontem e hoje* (Petrópolis: Vozes).

Gohn, Maria da Glória (org.) 2003 *Movimentos sociais no início do séc. XXI: antigos e novos atores sociais* (Petrópolis: Vozes).

Gohn, Maria da Glória 2000a *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo* (Petrópolis: Vozes).

Gohn, Maria da Glória 2000b *Teoria dos Movimentos Sociais* (São Paulo: Loyola).

Gorender, Jacob 1987 *Combate nas Trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* (São Paulo: Ática).

Gorender, Jacob 1999 *Marxismo Sem Utopia* (São Paulo: Ática).

Gramsci, Antonio 1968 “Americanismo e Fordismo”, em *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

Gramsci, Antonio (1975) “Análise de Situações. Relações de Força” [Nota], em *Quaderni del Carcere* [Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana] (Turim: Giulio Einaudi) citado por Bianchi, Alvaro (s/d.) “Gramsci e a revolução passiva”. Texto disponível na Internet: <<http://planeta.terra.com.br/educacao/politikon/artigos.htm>> (acessado em mar./2003).

Gramsci, Antonio (1980) *Sul Risorgimento* (Roma: Ed. Riuniti) citado por Boito Jr., Armando (et. al.) 2000 *Neoliberalismo e Trabalhadores no Brasil: política, ideologia e movimentos sociais* (Campinas: Universidade Estadual de Campinas) [Projeto Integrado de Pesquisa]. Texto disponível na Internet: <<http://www.unicamp.br/cemarx>> (acessado em mar./2003).

Grespan, Jorge 2004 “Capital e crise: os desafios da teoria”, em *Margem Esquerda* (São Paulo), N° 4.

Guerrero Gutierrez, Andriei da Cunha 2002 “O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)”, em Guerrero Gutierrez, Andriei da Cunha; Marstucelli, Danilo Enrico e Ferrone Corrêa, Fernando “PT, PCdoB e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil”, em Boito Jr., Armando (et. al.) *Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil* (Campinas: IFCH/UNICAMP) [*Idéias*, Ano 9 (1)].

Hayek, Friedrich Von 1987 *O caminho da servidão* (Rio de Janeiro: Instituto Liberal).

Hardt, Michael e Antonio, Negri 2002 *Imperio* (Buenos Aires: Paidós).

Hernández, Martín 2004 “Um vendaval oportunista percorre o mundo: sobre os caminhos da esquerda”, em *Marxismo Vivo* (São Paulo), N° 9.

Hobsbawn, Eric 2000 *Era dos Extremos* (São Paulo: Companhia das Letras).

Hobsbawn, Eric 2002 *Tempos interessantes: uma vida no século XX* (São Paulo: Companhia das Letras).

Holloway, John 2001 “El zapatismo y las ciencias sociales en America Latina”, em *OSAL* (Buenos Aires), N° 4.

Holloway, John 2002 *Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy* (Buenos Aires: Universidad Autónoma de Puebla/Herramienta).

- Holloway, John 2004 “Partidos Políticos?”, em *Margem Esquerda* (São Paulo), N° 4.
- Jameson, Frederic 1994 “Reificação e utopia na cultura de massa”, em *Crítica Marxista* (São Paulo), N° 1.
- Jameson, Frederic 1997 *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (São Paulo: Ática).
- Jameson, Fredric 2000 “Notas sobre a globalização como questão filosófica” em Jameson, Frederic *A cultura do dinheiro* (Petrópolis: Vozes).
- Kucinski, Bernardo 1982 *Abertura, a história de uma crise* (São Paulo: Ed. Brasil Debates).
- Leher, Roberto 2003a “ALCA: uma estratégia imperialista no séc. XXI”, em *Outubro* (São Paulo), N° 9.
- Leher, Roberto 2003b “O governo Lula e os movimentos sociais”, em *OSAL* (Buenos Aires), N° 10.
- Leher, Roberto 2004 “Considerações sobre uma teoria sem prática”, em *Margem Esquerda* (São Paulo), N° 4.
- Lenine, Vladimir Ilich Ulianov (s/d.a) “Teses de Abril” (mimeo.).
- Lenine, Vladimir Ilich Ulianov (s/d.b) “A falência da II Internacional” (mimeo.).
- Lenine, Vladimir Ilich Ulianov (s/d.c) “Cartas sobre a Tática” (mimeo.).
- Lenine, Vladimir Ilich Ulianov 1979a “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, em *Obras Escolhidas* [Tomo I] (São Paulo: Alfa-Ômega).
- Lenine, Vladimir Ilich Ulianov 1979b “Sétimo Congresso Extraordinário do PC(b) da Rússia”, em *Obras Escolhidas* [Tomo II] (São Paulo: Alfa-Ômega).
- Lenine, Vladimir Ilich Ulianov 1979c *O Estado e a Revolução. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução* (São Paulo: Hucitec).
- Lessa, Sérgio 2002 “Centralidade do trabalho: qual centralidade, qual trabalho?” em Lessa, Sérgio *Mundo dos Homens: trabalho e ser social* (São Paulo: Boitempo Ed.).
- Lestienne, Bernardo 2003 “Campanha Jubileu, uma escola de formação política”, em *Correio da Cidadania*.
- Löwy, Michael 1994 *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento* (São Paulo: Cortez).
- Löwy, Michael 1996 *Ideologias e Ciência Social – elementos para uma análise marxista* (São Paulo: Cortez).
- Löwy, Michael 2000 *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina* (Petrópolis, Vozes).
- Löwy, Michael 2001 “Sementes do futuro” [Debate], em *Teoria e Debate* (São Paulo), N° 47.
- Löwy, Michael 2004 “Michael Löwy” [entrevista concedida a Emir Sader e Ivana Jinkings], em *Margem Esquerda* (São Paulo), N° 4.
- Löwy, Michael e Sayre, Robert 1995 *Revolta e Melancolia: o romantismo na contramão da modernidade* (Petrópolis: Vozes).
- Lukács, Georg 1960 *História e consciência de classe* (Moscou: Ed. PCUS).
- Lula da Silva, Luís Inácio 2002 em *O Globo* [25/ago./02]
- Marx, Karl 1978 [Introdução / Prefácio] *Para a crítica da economia política* [Grundrisse] em Gianotti, José Arthur (org.) *Marx* (São Paulo: Abril Cultural).

- Marx, Karl 1979 “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”, em *Obras Escolhidas* [Tomo I] (Moscou: Ed. Progresso).
- Marx, Karl 1993 “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” em *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (Lisboa: Edições 70).
- Marx, Karl 1997 *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Marx, Karl 1998 em *The People’s Paper*, citado por Eagleton, Terry *Marx and Freedom* (London, Phoenix).
- Marx, Karl 1999 “A mercadoria” em *O capital: crítica da economia política* [Livro I] (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Marx, Karl 1999 *O capital: crítica da economia política* [Livro I] (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Marx, Karl e Engels, Friedrich 1980 *A ideologia alemã* (Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes).
- Marx, Karl e Engels, Friedrich 1998 “Manifesto do Partido Comunista” em Reis Filho, Daniel Aarão (org.) *O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx e Friedrich Engels* (Rio de Janeiro/São Paulo: Civilização Brasileira/Fund. Perseu Abramo).
- Mattos, Marcelo Badaró 2003 “A CUT hoje e os dilemas da adesão à ordem”, em *Outubro* (São Paulo), N° 9.
- Menegoti Tasca, Rafaela 2004 *Da práxis da comunicação popular na Campanha Nacional contra a ALCA* (Londrina: Universidade Estadual de Londrina) [Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Popular e Comunitária da UEL].
- Mészáros, István 1993 *Filosofia, ideologia e ciência social* (São Paulo: Editora Ensaio).
- Mészáros, István 2000 “A crise estrutural do capital”, em *Outubro* (São Paulo), N° 4
- Mészáros, István 2002 *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (São Paulo: Boitempo Ed.).
- Mészáros, István 2003 *O século XXI: socialismo ou barbárie?* (São Paulo: Boitempo Ed.).
- Mészáros, István 2004 *O poder da ideologia* (São Paulo: Boitempo Ed.).
- Minayo, Maria Cecília de Souza (et. al.) 1994 *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (Petrópolis: Vozes).
- Minayo, Maria Cecília de Souza 2000 *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco).
- Moisés, José Álvaro (et. al.) 1982 *Alternativas Populares de Democracia: Brasil, Anos 80* (Petrópolis: Vozes).
- Moares Neto, Benedito Rodrigues 2004 “Observações sobre os *Grundrisse* e a História” (mimeo.).
- Moreno, Nahuel 2003 *Os Governos de Frente Popular na História* (São Paulo: Ed. Instituto José Luiz e Rosa Sundermann).
- Mouriaux, René 2002 “A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa” [entrevista concedida a Andréia Galvão], em *Crítica Marxista* (São Paulo), N° 14.
- Neto, Delfim (2002) em *Carta Capital* citado por Fontana, Mariúcha 2002 “O governo Lula e os desafios da esquerda revolucionária”, em *Marxismo Vivo* (São Paulo), N° 6.
- Netto, José Paulo 1980 “Notas sobre democracia e transição socialista”, em *Temas de Ciências Humanas* (São Paulo), N° 7.

- Nogueira, Marco Aurélio 2000 “Uma esquerda para dirigir o futuro”, em *Política Democrática* (Brasília), N° Zero.
- Oliveira, Amâncio Jorge de 2003 “O governo do PT e a Alca: política externa e pragmatismo”, *Estudos Avançados* (São Paulo) 17, N° 48.
- Oliveira, Francisco 2003a “Um par implausível: ALCA e democracia”, em *Correio da Cidadania*, ed. 370.
- Oliveira, Francisco 2003b *Há Vias Abertas para a América Latina?* [Conferência de Abertura do Clacso]. Texto disponível na Internet: <<http://www.clacso.org>>.
- Ozaí da Silva, Antonio 1987 *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas* (São Paulo: Proposta Ed.).
- Ozaí da Silva, Antonio 1999 “As metamorfoses políticas e ideológicas dos partidos, organizações e tendências marxistas nos anos 80 e 90”, em Pericás, Luiz Bernardo e Barsotti, Paulo 1999 *América Latina: história, crise e movimento* (São Paulo: Xamã).
- Ozaí da Silva, Antonio 2000 “Trabalho e Política: ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores (uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT)”, em Priori, Angelo (org.) *O Mundo do Trabalho e a Política* (Maringá: EDUEM). Texto disponível na Internet: <<http://www.espacoacademico.com.br>>.
- Ozaí da Silva, Antonio 2001a “O PT e os marxismos de tradição trotskista: introdução”, em *Revista Espaço Acadêmico* (Maringá), N° Zero. Texto disponível na Internet: <<http://www.espacoacademico.com.br>>.
- Ozaí da Silva, Antonio 2001b “A Democracia Socialista (DS)”, em *Revista Espaço Acadêmico* (Maringá), N° 1. Texto disponível na Internet: <<http://www.espacoacademico.com.br>>.
- Ozaí da Silva, Antonio 2001c “O Trabalho (OT): corrente interna do Partido dos Trabalhadores”, em *Revista Espaço Acadêmico* (Maringá), N° 1. Texto disponível na Internet: <<http://www.espacoacademico.com.br>>.
- Ozaí da Silva, Antonio 2001d “As origens e a ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)”, em *Revista Espaço Acadêmico* (Maringá), N° 1. Texto disponível na Internet: <<http://www.espacoacademico.com.br>>.
- Partido Comunista do Brasil (PCdoB) 2000 *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro* (São Paulo: Ed. Anita Garibaldi).
- Partido Comunista do Brasil (PCdoB) 2002 “Resoluções do X Congresso”, em *A Classe Operária* (São Paulo), N° 208.
- Peruzzo, Círcia 1998 *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania* (Petrópolis: Vozes).
- Petras, James 2001 “Contra-ofensiva imperial: contradições, desafios e oportunidades”, em *Marxismo Vivo* (São Paulo), N° 4.
- Petras, James 2002 “Brasil: neoliberalismo, crise e política eleitoral”, em *Marxismo Vivo* (São Paulo), N° 6.
- Pomar, Valter 2000 “As campanhas da dívida”, em *Correio da Cidadania*.
- Przeworski, Adam 1989 *Capitalismo e social-democracia* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Poulantzas, Nicos 1972 *Poder Político e Classes Sociais* (Porto: Portucalense Ed.).
- Powell, Collin 2002 citado por CNCA 2002 *Soberania sim, ALCA não! Análises e Documentos* (São Paulo: Expressão Popular).
- PT (Partido dos Trabalhadores) 1998 *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).

- PT 2002 *Carta ao Povo Brasileiro* [22/jun./2002]. Texto disponível na Internet: <[http://www.pt.org.br/site/assets/carta\\_ao\\_povo\\_brasileiro.pdf](http://www.pt.org.br/site/assets/carta_ao_povo_brasileiro.pdf)>.
- Quartim de Moraes, João 2001 “Contra a canonização da democracia”, em *Crítica Marxista* (São Paulo), N° 12.
- Ramonet, Ignácio 1998 *Un mundo sin rumbo: crisis de fin de siglo* (Madrid: Ed. Debate).
- Reis, Gilson 2003 “A Batalha de Miami”, em *Vermelho* [PCdoB]. Texto disponível na Internet: <<http://www.vermelho.org.br>>.
- Revista Princípios 2001 “Sinais de Crise” [Editorial], em *Revista Princípios* (São Paulo), N° 46.
- Ridenti, Marcelo 1993 *O fantasma da revolução brasileira* (São Paulo: Ed. UNESP).
- Ridenti, Marcelo 1998 “O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo” (Chicago: Latin American Studies Association). Texto disponível na Internet: <<http://168.96.200.17/ar/libros/lasa98/Ridenti.pdf>> (acessado em mar./2003).
- Ridenti, Marcelo 2000 *Em busca do povo brasileiro: do CPC à era da TV* (Rio de Janeiro: Record).
- Ridenti, Marcelo 2001 “Intelectuais e romantismo revolucionário”, em *Perspectivas* (São Paulo), vol. 15, N° 2.
- Rodrigues, Leôncio Martins 1990 *CUT: os militantes e a ideologia* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Sader, Eder 1990 *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-80* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Sader, Emir 2001a “Soberania e democracia na era de hegemonia norte-americana”, em *Revista Fórum* (São Paulo), N° Zero.
- Sader, Emir 2001b “Entre Porto Alegre e Porto Alegre”, em *Teoria e Debate* (São Paulo), N° 47.
- Sader, Emir 2002a “Capitalismo contra Democracia” (mimeo.).
- Sader, Emir 2002b “O imperialismo norte-americano e a ALCA”, em *CNCA Soberania sim, ALCA não! Análises e Documentos* (São Paulo: Expressão Popular).
- Saes, Décio 1996 “Democracia e Capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas”, em *Revista de Sociologia e Política* (Curitiba). Texto disponível na Internet: <<http://www.humanas.ufpr.br/publica/revscpo>> (acessado em mar./2002).
- Samary, Catherine “Discussão”, em Chesnais, François (et. al.) 2003 *Uma nova fase do capitalismo?* (São Paulo: Xamã).
- Sampaio Jr., Plínio de Arruda 2002 “O processo de reversão neocolonial”, em Borges, Altamira (org.) *Para entender e combater a ALCA* (São Paulo: Ed. Anita Garibaldi).
- Sangermano Valejo, Renina e Della Santa Barros, Roberto 2002 *Neoliberalismo, jornalismo contemporâneo e movimentos sociais: como e porque a grande imprensa criminaliza o MST* (Bauru: Universidade Estadual Paulista) [Monografia Final de Graduação em Comunicação Social/hab. em Jornalismo].
- Semeraro, Giovanni 2003 *Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci* (mimeo.).
- Seoane, José e Taddei, Emílio (orgs.) 2001 *Resistencias Mundiales. De Seattle a Porto Alegre* (Buenos Aires: CLACSO).
- Seoane, José e Taddei, Emílio 2000 “La conflictividad social em América Latina”, em *OSAL* (Buenos Aires), N° 2.

Serfati, Claude 2002 “O braço armado da mundialização”, em *Outubro* (São Paulo), Nº 6.

Silva, Luiz Fernando 1995 *O pensamento social brasileiro entre 1960 e 1980: análise da trajetória de um grupo de marxistas acadêmicos* (Araraquara: Universidade Estadual Paulista) [Dissertação de Mestrado em Sociologia].

Silva, Luiz Fernando da 2000 *Sociedade Civil e Democracia Política no Brasil: as aventuras e desventuras do pensamento marxista entre 1980 e 1995* (Araraquara: Universidade Estadual Paulista) [Tese de Doutorado em Sociologia].

Silva, Luiz Fernando da 2001 “Considerações sobre a afirmação do marxismo no séc. XXI”, em *Anais do V Encontro de Psicologia Social* (Bauru: UNESP/ABRAPSO-SP).

Silva, Luiz Fernando 2002 “Frente Popular Lula-Presidente: limites históricos e natureza de classe” (Bauru: mimeo.).

Silva, Luiz Fernando da 2003 *Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980* (São Paulo: Corações & Mentes).

Silva, Luiz Fernando da 2004 “Intelectualidade, Frentepopulismo e a Esquerda Socialista e Democrática no Brasil”, em *Marxismo Vivo* (São Paulo), Nº 9.

Soares, Paulo Tarso 1996 “Globalização ou Imperialismo?”, em *Crítica Marxista* (São Paulo), Nº 3.

Thompson, Edward Palmer 1998 *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos* (Campinas: IFCH/UNICAMP) [Textos Didáticos].

Toledo, Caio Navarro de 1994 “A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?”, em *Crítica Marxista* (São Paulo), Nº 1.

Tragtenberg, Maurício 1997 *Max Weber [Os Economistas]* (São Paulo: Nova Cultural).

Trotsky, Lev Davidovich Bronshtein León 1971 *Resultados y Perspectivas* (Paris: Ed. Ruedo Ibérico).

Trotsky, Lev Davidovich Bronshtein León 1979 “Questões do modo de vida: a época do ‘militantismo cultural’ e suas tarefas”, em *Obras de León Trotsky* (Lisboa: Antídoto).

Trotsky, Lev Davidovich Bronshtein León 1994 *Aonde vai a França?* (São Paulo: Desafio).

Trotsky, Lev Davidovich Bronshtein León 2000 *Escritos Latinoamericanos [comp.]* (Buenos Aires: Centro de Estudios e Investigaciones León Trotsky).

Trotsky, Lev Davidovich Bronshtein León (s/d.a) *La Revolución Permanente* (Ed. Fontanamara).

Trotsky, Lev Davidovich Bronshtein León (s/d.b) *Informe al III Congreso de la Tercera Internacional* (mimeo.).

Trotsky, Lev Davidovich Bronshtein León (s/d.c) *Problemas de la vida cotidiana* (mimeo.).

Valle, Alejandro (2000) “El Tratado de Libre Comercio: un paso más en la integración económica capitalista de Norteamérica” citado por Estay, Jaime 2001 “El ALCA, la integración latinoamericana y los retos para una inserción mundial alternativa”, em *Realidad Económica* (Buenos Aires), Nº 178 (Instituto Argentino para el Desarrollo Económico).

Vieira, Trópia 2002 “A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo”, em Boito Jr., Armando (et. al.) *Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil* (Campinas: IFCH/UNICAMP) [Idéias, Ano 9 (1)].

Welmowicki, José 1999 “O discurso da cidadania e a independência de classe”, em *Marxismo Vivo* (São Paulo), Nº 1.

Welmowicki, José 2001a “Fórum Social Mundial: morte ao capitalismo ou capitalismo cidadão?”, em *Marxismo Vivo* (São Paulo), N° 3.

Welmowicki, José 2001b “Cidadania, democracia e sociedade civil: a volta de Eduard Bernstein”, em *Marxismo Vivo* (São Paulo), N° 4.

Welmowicki, José 2004 “A Esquerda e a Cidadania: a discussão sobre a democracia burguesa e as alianças de classe” (mimeo.).

Williams, Raymond 1979 *Marxismo e Literatura* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).

Williams, Raymond 1989 “You Are a Marxist, Aren't You?”, em *Resources of Hope* (Londres: Verso).

Wood, Ellen Meiksins 2000 “Trabajo, clase y Estado en el capitalismo global”, em *OSAL* (Buenos Aires), N° 1.

Wood, Ellen Meiksins 2003 *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico* (São Paulo: Boitempo Ed.).

Wood, Ellen Meiksins 2004 “O que é (anti)capitalismo?”, em *Crítica Marxista* (São Paulo), N° 17.

**Estay, Jayme e Daza, Germán 2004 *El Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA): su contenido y sus significados desde una perspectiva latinoamericana* [Cátedra Florestan Fernandes/Curso de Formación] (Buenos Aires: CLACSO).**

#### **Bibliografía Temática (artigos e documentos disponibilizados por Estay e Daza, 2004)**

Aliança para um Comércio Responsável 2001 *America's plan for the Americas. A Critical Analysis of the U.S. Negotiating Positions on the FTAA.*

Aliança Social Continental (ASC) 2003 *Alternativa para las Américas* (Esboço de discussão N° 4).

Aliança Social Continental (ASC) 2001 *El Proyecto del ALCA y los Derechos de los Inversionistas, “un TLCAN Plus”: Un Análisis del Borrador del Capítulo de Inversiones del ALCA.*

Departamento de Comércio dos EUA 2001 *Public summary of US position.*

Chefes de Estado e de Governo (1994, 1998 y 2001) Declaraciones finales de las reuniones de Miami, Santiago y Quebec.

Organização Mundial de Comércio (OMC) 1995 *Acuerdos de Marrakesh.*

Organização Mundial de Comércio (OMC) 2001 *Con el comercio hacia el futuro.*

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) 1998 *Multilateral Agreement on Investment: Consolidated text and commentary.*

OXFAM 2002 *Cambiar las reglas: comercio, globalización y lucha contra la pobreza.*

Sánchez Daza, Germán 2002 *Los derechos de propiedad intelectual en el ALCA* (no prelo).

Secretaría Administrativa del Área de Libre Comercio de las Américas. *Área de Libre Comercio de las Américas. Tercer Borrador del Acuerdo*

Secretaría de Economía de México 2002 *TLCAN. Resumen.*

#### **Documentos e Fontes Primárias (documentos, jornais e cartilhas)**

- Borges, Altamiro (et. al.) 2002 *Para entender e combater a ALCA* (São Paulo: Ed. Anita Garibaldi).
- Bush, George 1990 “Iniciativa para as Américas” (Discurso, em Miami).
- Bush Jr., George 2001 “God bless América!” (Discurso ao Vivo em Cadeia Nacional de Radiodifusão, nos EUA).
- CNCA (Campanha Nacional contra a ALCA) 2002/2003 *Para entender a ALCA* (São Paulo: Ed. Loyola) [I e II]
- CNCA 2002 *Soberania sim, ALCA não! Análises e Documentos* (São Paulo: Expressão Popular).
- CNCA 2003a “Declaração sobre Miami” (mimeo.). Texto disponível na Internet: <<http://www.jubileubrasil.org.br/alca>>.
- CNCA 2003b “Plebiscito Oficial sobre a ALCA” (mimeo.). Texto disponível na Internet: <<http://www.jubileubrasil.org.br/alca>>.
- Campanha Jubileu Sul / Auditoria Cidadã da Dívida (s/d.) *Justiça Fiscal e Social versus Endividamento e Lavagem de Dinheiro / Os Passos da Auditoria Cidadã da Dívida: uma experiência brasileira* (mimeo.).
- Foro São Paulo (s/d.) *Breve Histórico do Foro de São Paulo*. Texto disponível na Internet: <[http://200.155.6.3/site/temp\\_fsp/html/historia.asp](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/historia.asp)>.
- Instituto da Cidadania 2001 *Um Outro Brasil é Possível* [esboço de programa econômico do PT] (São Paulo: mimeo.).
- Jakobsen, Kjeld e Martins, Renato 2002 *Alca: quem ganha e quem perde com o livre comércio das Américas* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).
- Ministério da Fazenda 2003 “Política Econômica e Reformas Estruturais” (Brasília: mimeo.).
- OSPAAAL (Servicio de Documentación del OSPAAAL) (s/d.) *Documento Santa Fe IV* [“América Latina frente los planes anexionistas de los Estados Unidos”] (mimeo.).
- PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) 2002 *Não à ALCA* (São Paulo: Secretaria Nacional de Formação e Propaganda).
- Rede de Movimentos Sociais (2002). Textos disponíveis na Internet: <<http://www.movimientos.org/noalca>>.
- Sader, Emir (org.) 2002 *ALCA: integração soberana ou subordinada?* (São Paulo: Ed. Expressão Popular).
- UNAFISCO-Sindical 2003 “*Reforma*” da Previdência: que a justiça e a coerência prevaleçam (Brasília: mimeo.).
- United States Department of Defense 1999 “The Western Hemisphere: Rethinking Strategic Relations?”, em *Strategic Assessment: Priorities for a Turbulent World* (Washington: National Defense University).
- Williamson, John 2003 “An Agenda for Restarting Growth and Reform”, em *After the Washington Consensus: Restarting Growth and Reform in Latin America* (Washington: Institute for International Economics). Texto disponível na Internet: <<http://www.iese.com/>> (acessado em mar./2003).
- Williamson, John et. al. (1990) “What Washington Means by Policy Reform”, em *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* (Washington: Institute for International Economics) citado por Arbex Jr., José 2003 *O jornalismo canalha: a promiscua relação entre a mídia e o poder* (São Paulo: Ed. Casa Amarela).

### **Sítios Eletrônicos na Rede Internacional de Computadores (World Wide Web “Internet” Sites)**

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas (sítio oficial): <<http://www.ffaa-alca.org>>.

CEPAL-ONU – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe-Organização das Nações Unidas: <<http://www.eclac.cl>>.

OMC – Organização Mundial do Comércio: <<http://www.wto.org>>.

Jubileu Brasil: <<http://www.jubileubrasil.org.br/alca>>.

Encontro Hemisférico contra a ALCA: <<http://www.alcaabajo.cu>>.

Rede de Movimentos Sociais: <<http://www.movimientos.org/noalca>>.

ASC – Aliança Social Continental: <<http://www.asc-hsa.org>>.

REBRIP – Rede Brasileira de Integração dos Povos: <<http://www.rebrip.org.br>>.

UNAFISCO Sindical-MG – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal: <<http://www.unafiscobh.com.br>>.

Auditoria Cidadã da Dívida: <<http://divida-auditoriacidada.org.br>>.

Grito dos Excluídos: <<http://gritodosexcluidos.com.br>>.

MCP – Movimento Consulta Popular: <<http://www.cidadanet.org.br/consultapopular>>.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: <<http://www.cnbb.org.br>>.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras: <<http://www.mst.org.br>>.

Fundação Perseu Abramo: <<http://www.fpabramo.org.br>>.

LPP – Laboratório de Políticas Públicas da UERJ / Análise de Conjuntura <<http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil>>.

Jornal Correio da Cidadania: <<http://www.correiocidadania.com.br>>.

Observatório Social da América Latina do CLACSO: <<http://www.clacso.org>>.

Projeto Editorial Oficina de Informações / Revista Reportagem: <<http://www.oficinainforma.com.br>>.

Agência Carta Maior: <<http://www.agenciacartamaior.com.br>>.

Jornal Brasil de Fato: <<http://www.brasildefato.com.br>>.

PT: <<http://www.pt.org.br>>.

PCdoB: <<http://www.vermelho.org.br>>.

PSTU: <<http://www.pstu.org.br>>.

## Notas

<sup>1</sup> O presente ensaio é resultado de pesquisa realizada por Roberto Della Santa Barros junto ao Programa de Bolsas CLACSO-Asdi para Jovens Pesquisadores da América Latina e Caribe (2003-2004), avalizada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP, Campinas, 2003) e, posteriormente, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCL-UNESP, Araraquara, 2004), sob orientação da Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi. Contou com a assistência teórica de Jaime Estay Reyno, docente-titular do curso de formação sobre a ALCA da Cátedra Florestan Fernandes do CLACSO (2004) e Gabriel Fajn, tutor metodológico designado pelo CLACSO. Agradecimentos a Luiz Fernando da Silva, camarada e ex-orientador; Eric Gustavo Cardin e Marcelo

Dalla Vecchia, companheiros e revisores exigentes; Edmundo Fernandes Dias e Álvaro Bianchi, pelas sugestões suscitadas e, por fim, um cumprimento especial à colaboração de Rafaela Menegoti Tasca, pesquisadora em comunicação popular na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Da mesma forma, saudações a todos aqueles e aquelas que – como Bettina Levy e Natalia Gianatelli, do conselho –, de alguma forma contribuíram para a consecução desta pesquisa. *Se é verdade que muito dos discernimentos aqui apresentados os devemos a outrem, os erros de percurso – como de praxe – devem ser tributados única e exclusivamente àquele que escreve estas linhas.*

(\*) Mestrando em Sociologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP: Araraquara). Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Psicologia Social “Contribuições do Marxismo” (Neppem-CNPq/UNESP: Bauru). Jornalista, 24, bolsista-júnior CLACSO-Asdi durante o período de dez./2003 a out./2004. Correio Eletrônico: <dsanta@fclar.unesp.br>.

<sup>2</sup> O debate sobre a *crise estrutural do capital* – competentemente problematizada por Mészáros (2002), Antunes (2002), Chesnais (1996) e Brenner (1999) – traz à tona uma *contradição fundamental do modo de produção dominante*, relacionada à *composição orgânica do capital* e, notoriamente, à *lei da queda tendencial da taxa de lucro*. Compreendida – a crise – a partir de abordagens diversas mantém-se, porém, o marco referencial de uma ruptura ocorrida com as formas de acumulação desenvolvidas anteriormente à década de 1970, correspondente à exaustão do dito *consenso keynesiano*, que esgota sua possibilidade histórica de desenvolvimento das forças produtivas no sentido do processo civilizatório, de forma *estrutural* e numa abrangência *sistêmica*, perspectivas estas que se aproximam diretamente da formulação de Karl Marx, no Livro III d’*O Capital*, sobre uma crise secular intrínseca à lógica do capital e – de forma mediatizada, em torno aos seus desdobramentos e incidência teórico-política sobre as lutas de classes – à subsequente disjuntiva histórica enunciada por Rosa Luxemburgo: *socialismo ou barbárie*. Trata-se de compreender as tendências inerentes a um modo de produção *determinado* num estágio *concreto* de seu desenvolvimento, em suas dimensões lógicas e históricas. “Como, por um lado, o seu dinamismo se encontra diretamente associado à taxa de lucro derivada de sua aplicação produtiva e como, por outro, esse benefício depende da possibilidade de extrair a maior fatia possível do valor criado pelo trabalho; quanto menor é a proporção do mesmo no processo de produção (dominado cada vez mais pela importância do capital constante), maior é o grau de exploração do trabalhador necessário para obter um aumento no lucro para uma dada quantidade de capital” (Coggiola, 1998). Mais além dos desdobramentos aqui contidos, remetemos o leitor interessado para uma interessante coletânea sobre as tendências e crises do capitalismo contemporâneo, produzida a partir do Seminário de Estudos Marxistas na *Maison des Sciences de l’Homme*, em Paris, a partir de 1998. A edição brasileira – promovida pelo Cemarx-UNICAMP e pela Xamã Editora – traz colaborações de François Chesnais, Immanuel Wallerstein, Michel Husson, Claude Serfati, Catherine Samary, Jean Magniadas, Gérard Duménil e Dominique Lévy sob o provocativo título de *Uma nova fase do capitalismo?* (Chesnais, 2003). Já no que toca à discussão sobre os “nexos profundos” entre capital e crise n’*O Capital*, em sua dimensão lógico-dialética, recomendamos a detida análise de Grespan em *Capital e crise: os desafios da teoria* (Grespan, 2004).

<sup>3</sup> As diferentes concepções teóricas – *conjuntos diferenciados de teses e conceitos* –, marxistas sobre o Estado, a ideologia e a luta de classes desenvolvem-se a partir de uma problemática, ou *conjunto de perguntas*, comum. “Todas essas concepções procuram responder à questão de saber quais são as relações mantidas pelo Estado e pela ideologia com as classes sociais e seus interesses” (Boito Jr., 2000). E quanto ao modo pelo qual o Estado e a ideologia desempenham suas funções de classe? “No que diz respeito ao Estado, é pertinente lembrar o debate entre Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, que opôs a concepção teórica do primeiro, cuja análise destaca as relações funcionais necessárias da própria estrutura do Estado burguês com os interesses da burguesia, com a do segundo, cuja análise centra-se na ação dos agentes do Estado burguês em defesa dos interesses da burguesia. O próprio Poulantzas, poucos anos após seu debate com Miliband, alteraria suas teses e conceitos sobre essa matéria. No seu livro ‘O Poder, o Estado e o Socialismo’, apresentaria o Estado não mais como uma estrutura, mas como uma relação social, significando isso que a função do Estado variaria, sem limites estruturais de classe, de acordo com a correlação política de forças entre as classes sociais em luta, numa sociedade e num período histórico determinados. A estrutura jurídico-política, a prática dos agentes de Estado e a correlação política de forças são três modos distintos e excludentes, pelo menos da maneira como cada um desses mecanismos são pensados nos textos citados, de analisar a maneira pela qual o Estado representa interesses de classe” (Boito Jr., idem).

<sup>4</sup> A concepção da *centralidade do trabalho* é explorada em sua tríplice formatação e inter-relação por Lessa (2002), (i) *centralidade ontológica do trabalho*, (ii) *centralidade cotidiana do emprego* e (iii) *centralidade política da classe trabalhadora*, em meio à imensa plêiade de nexos e mediações que articulam *trabalho e totalidade social*. A perspectiva histórico-ontológica de Lessa apóia-se nos textos de maturidade de Lukács – *Zur Ontologie des*

*gesellschaftlichen Seis* (“Por uma ontologia do Ser Social”) e *Prolegomena zur Ontologie des gesellschaftlichen Seis. Prinzipienfragen einer heute möglich gewordenen Ontologie* (“Prolegômenos à ontologia do Ser Social. Questões de princípio d’uma ontologia hoje tornadas possíveis”) – e possibilita discernimentos importantes à luz do debate contemporâneo. Noutra matriz teórico-epistemológica, também de inspiração marxista, temos a Moares Neto (2004) discutindo a perspectiva da “abolição do trabalho” como possibilidade histórica da realização do “reino da liberdade” marxiano através da tendência ao desenvolvimento das forças produtivas. O acento diferenciado que se coloca sobre as forças/processos produtivos e as relações sociais/lutas de classes em cada qual das perspectivas supracitadas pode ser identificado com o que Arcary (2004) considera “uma questão metodológica crucial e que poderíamos, talvez, enunciar como uma *dualidade epistemológica em Marx*, decisiva para esclarecer os critérios chaves do materialismo histórico” (grifos nossos), qual seja, a “tensão entre necessidade e vontade, ou entre determinismo e livre arbítrio”. Os desdobramentos e a incidência destas diferentes análises na dimensão teórico-política das lutas classistas do movimento operário foram assim resumidas por Arcary (idem): “Aonde, contudo, se esgota a vontade? Quais são os limites impostos pelas circunstâncias históricas? No século XX, grande parte dos socialistas desiludiu-se com a revolução, e muitos revolucionários não foram marxistas. Classificações são sempre reducionistas e eliminam, perigosamente, inúmeras mediações intermediárias; mas os participantes destes debates se chamaram, mutuamente, de objetivistas e subjetivistas ou, com mais amargura, fatalistas e voluntaristas. A maioria dos primeiros se inclinou por posições moderadas, enquanto muitos, entre os segundos, abraçaram perspectivas revolucionárias, ainda quando ocorreram exceções”.

<sup>5</sup> A noção empregada de *sistema mundial inter-Estados* arranca de uma contradição imanente ao estágio imperialista da Ordem do Capital, traduzida na premente expansão mundializada da economia capitalista e, simultaneamente, no necessário encerramento de seu domínio nas fronteiras dos diferentes Estados-Nação, ainda que de forma articuladamente assimétrica. O alargamento e intensificação das relações capitalistas de produção de maneira global desenvolve-se paralelamente a um aprofundamento da desigualdade – estrutural e estruturante – entre as nações, com uma crescente e heterogeneizante divisão internacional do trabalho e da produção. Desta forma, parece-nos um procedimento equivocado fazer uso, constantemente, da expressão – consagrada, dos meios acadêmicos à imprensa burguesa, dos organismos multilaterais às burocracias estatais – de *Nova Ordem Mundial*. Assim, procede-se à apreciação da economia mundial – e à Ordem que a sustenta em diferentes situações histórico-concretas – “não como a simples soma de suas unidades nacionais mas sim como uma poderosa realidade independente criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial que, em nosso tempo, domina todos os mercados nacionais” (Trotsky, s/d.a). E, no *concerto de nações*, tender-se-ia a um “equilíbrio instável” ou a uma “estabilização relativa” cujas resultantes são sempre sujeitas a novas rupturas, deslocamentos diversos e sucessivos reordenamentos que expressam – além do substrato granítico da contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção – a correlação de forças sociais em conflito na arena internacional (Trotsky, s/d.b). Atribuímos ao *presentismo* das teorias da globalização a imputação do adjetivo “novo” à atual *Ordem do Capital*; permanentemente – em realidade histórica e dialeticamente – buscando arranjos e articulações diversas, criando e destruindo, a exemplo dos Acordos de Ialta/Potsdam e da Ordem de Bretton Woods (1943-45) no segundo pós-guerra e sua *débâcle* a partir da queda do Muro de Berlim e do surgimento do Consenso de Washington (1989-91). Sob o chão histórico de uma crise de acumulação capitalista evidenciada a partir dos anos 70 do século passado os aspectos “novidadeiros” da “ordem mundial” levantados pelos *teóricos da globalização* eram prenunciadas por Gramsci (supremacia norte-americana) e Trotsky (restauração capitalista) como tendências possíveis do desenvolvimento histórico já desde a década de 1930. O conceito que utilizamos, noutro sentido, filia-se à teoria lenineana do imperialismo como *marco epocale* de guerras, crises e revoluções, e apóia-se na *teoria do desenvolvimento desigual e combinado* enunciada de forma sistemática por Trotski a partir do método histórico-dialético marxista. Ver “Hegemonia em tempos de cólera: a difícil construção de uma ordem mundial” (Bianchi, 2003) e “A ganância do capital não despreza a incerteza da luta de classes” (Arcary, 2003).

<sup>6</sup> No que toca à concepção de *ideologia*, da mesma forma no que concerne ao *Estado*, existem diferentes interpretações de inspiração marxista. Considerada como equivalente geral de *idéias e valores vigentes em tempos sociais e espaços historicamente determinados* [para uma discussão mais acurada vide a nota N° 7, sobre *visão-de-mundo*] restaria responder à pergunta: *trata-se de um fenômeno trans-histórico e supraclassista* ou, diferentemente, *estaria vinculado estritamente às diversas e sucedâneas sociedades de classes* (escravista, feudal, asiática e capitalista)? Ou, quiçá mais simplesmente, *a ideologia seria passível de supressão/superação histórica*? Existiria *ideologia* numa sociedade futura sem classes, sem Estado e sem qualquer forma histórica de opressão social? Ou, na trilha aberta por Gorender (1987): seria a *ideologia* um fenômeno *perene* ou *perecível* da existência humana? Na vasta obra de Gramsci, a *ideologia* já adquiriu contornos de *função ético-civilizadora* enquanto, em Althusser, já representou o *contrário da ciência, obstáculo epistemológico ao conhecimento do real*. Assumindo a perspectiva da *perecibilidade histórica da ideologia*, estritamente vinculada – portanto – às *idéias e valores de classes sociais determinadas*, resta saber, *como e por que as classes dominadas podem aceitar*

valores, representações, idéias e orientações desde perspectivas alheias e contraditórias a seus interesses/necessidades de classe em determinados momentos históricos? O jovem Lukács (1960) estabelece a distinção entre o que considera “consciência verdadeira” e “falsa consciência”. A primeira seria mediada por uma concepção do existente que – nas palavras de Marx (1999) – “afirmando-o, encerra ao mesmo tempo, o reconhecimento de sua negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor, e é, na sua essência, crítica e revolucionária”. A segunda, contrária à causa operária e mesmo assim difundida em seu meio, seria “estreita, preconceituosa, psicológica, ilusória, passageira e arbitrária” (Boito Jr., 2000). Assim, o jovem Lukács corrobora a tese marxiana – também de juventude – para a qual não importa “o que o proletariado pense numa determinada época, mas sim a sua missão histórica e aquilo que, pelo seu próprio ‘ser’, ele será obrigado a fazer” (op. cit.). Já Althusser (1968), caracteriza um mecanismo “que ele denomina mecanismo de alusão/ilusão, através do qual a ideologia revelaria um aspecto da realidade e, ao mesmo tempo e graças mesmo a essa revelação, ocultaria os demais, ocultação que seria funcional para os interesses de determinada classe social [...] pode, dentro de determinadas condições históricas, iludir as classes dominadas tornando-as receptivas às idéias e valores das classes dominantes” (Boito Jr., 2000). Para além das considerações feitas, recomendamos a leitura de Löwy (1994) e Mészáros (2003), quiçá as mais ricas discussões sobre *ideologia* presentes no terreno das problemáticas trazidas pelo marxismo contemporâneo.

<sup>7</sup> O conceito de *visão-de-mundo*, de extensa tradição na filosofia clássica alemã, é considerado aqui desde a perspectiva dialética materialista-histórica, num movimento de apropriação-objetivação que destaca principalmente elementos/aspectos de uma *visão social de mundo* ou de um *ponto de vista social*. Enfatizamos as relações sociais e os processos históricos que compreendem as determinadas *visões de mundo*, sublinhando – portanto – seus condicionantes sociais e os sujeitos históricos que as produzem (e reproduzem) simultânea e indivisivelmente à (re)construção das condições objetivas e subjetivas da existência social. Assim, “visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas [...] unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas” (Löwy, 1996). Löwy (idem) estabelece esta definição a partir da análise histórico-social da gênese e desenvolvimento do conceito de *ideologia* em – dentre outros – Destutt de Tracy (1801), Napoleão Bonaparte (1812), Karl Marx (1846), Vladimir Ilich Ulianov Lenine (1902) e Karl Mannheim (1929); objetivando, a partir desta formulação superar, segundo suas palavras, a “acumulação fantástica de contradições, paradoxos, arbitrariedades, ambigüidades, equívocos, mal-entendidos que tornam extremamente difícil encontrar seu caminho neste labirinto”. A despeito da advertência, utilizaremos-nos da categoria *ideologia* tal qual a forma como a considerou Lenine que, enfim, aproxima-se significativamente da noção de *visão social de mundo* aqui exposta. Löwy, orientando e discípulo de Lucien Goldmann, parte da interpretação goldmanianna sobre a mediação conceitual elaborada pelo jovem Lukács, *zugerechnetes Bewusstsein* (“algo como ‘consciência de classe atribuída’”), em *História e consciência de classe*, para chegar à noção de *consciência possível*, qual seja, *a expressão da máxima consciência possível de uma classe em determinado momento histórico a partir de suas manifestações na política, na cultura etc.* (Löwy, 2004). Neste sentido, o materialismo histórico pode ser compreendido como síntese teórica, para além das “cabeças” de Marx e Engels e suas influências estritamente “intelectuais” (filosofia clássica alemã, economia política inglesa e política/historiografia francesas), como expressão político-epistemológica organicamente vinculada à luta de classes, objetivando o ponto de vista social das parcelas mais avançadas da classe operária europeia em processo de formação no séc. XIX. O impasse epistemológico da coincidência parcial entre sujeito e objeto no processo de conhecimento da realidade social, desta maneira – em Lukács e, também, em Löwy – só pode ser superado mediante a unidade dialética dos opostos subjetividade-objetividade, alcançada unicamente através da práxis revolucionária do movimento operário, constituído em *classe para-si*. A apreensão subjetiva da totalidade concreta e a diversidade de momentos que encerram a realidade social pela consciência só seria possível, assim, mediada pela consciência de classe proletária, sintetizada esta – em suas múltiplas determinações – pelo marxismo que, “pela sua essência, não é mais do que a expressão pensada do próprio processo revolucionário. Cada etapa desse processo se fixa na teoria para se tornar generalizável, comunicável, para poder ser aproveitada e continuada; não é mais que a fixação e a consciência de um passo necessário, e torna-se, ao mesmo tempo, pressuposto necessário para o passo seguinte” (Lukács, 1960). Nesta direção, o partido político enquanto organização revolucionária do proletariado moderno (*classe-que-vive-do-próprio trabalho*) apresenta-se como “a forma de mediação entre teoria e prática, o lugar onde o teórico se submete a exame público e coletivo e onde a atividade prática está subordinada à crítica racional” (idem).

<sup>8</sup> Sem a pretensão de aprofundar o debate e a polêmica existentes, gostaríamos simplesmente de ressaltar o que nos parece fundamental. Em oposição à “Operação Gramsci” levada a cabo no Brasil pelos “jovens intelectuais do PCB” nos anos 60, através principalmente da Editora Civilização Brasileira – notadamente Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira dentre outros –, identificamo-nos com a perspectiva proposta em “O

Outro Gramsci” (Dias, 1996) proposta por Edmundo Fernandes Dias, Ruy Braga, Álvaro Bianchi e outros. De um lado temos uma leitura de Gramsci que se tornou *hegemônica* no país (sem trocadilhos!) – a ponto de ser amplamente divulgada e reproduzida pela imprensa burguesa – enquanto *filósofo da práxis*, da “cultura” (entendida de forma absolutamente abstrata e descolada de quaisquer determinações materiais) e, sobretudo, *teórico das superestruturas*. Por outro, percebe-se como centralidade teórica questões como *a dualidade de poderes, a questão da revolução passiva e a teoria da ação revolucionária*. Para aprofundar a discussão sugerimos que se leiam os artigos de Coutinho e Dias publicados, respectivamente, em 1990 e 1991 na Revista Teoria e Debate, publicação do Partido dos Trabalhadores; à época, ambos (ainda) membros do PT. Leituras divergentes, e no limite antagônicas, sobre Gramsci e sua “introdução” no Brasil (e na formação social brasileira) e, particularmente, entre as esquerdas políticas (e acadêmicas) no país. Interessante notar o desenvolvimento de trajetórias teórico-políticas – inclusive seus desdobramentos mais recentes –, tão paradigmáticas e representativas das esquerdas brasileiras quanto abertamente conflitivas entre si (durante seminário sobre “A teoria marxista da revolução”, o próprio Dias indicou os textos supracitados, em meio ao fechamento de suas considerações sobre *Gramsci e revolução no Brasil* durante o *II Ciclo de História do Marxismo*, 2004, Campinas. O ciclo foi organizado pelo *Movimento Ruptura Socialista*, MRS, com o apoio do *Centro de Estudos Marxistas*, CEMARX e do *Instituto Latino Americano de Estudos Sócio-Econômicos*, ILAESE, entre demais institutos e centros da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas).

<sup>9</sup> O que o marxismo compreende por *dualidade de poderes* expressa uma dimensão fundamental das *situações revolucionárias* observadas ao longo da história moderna e contemporânea da humanidade. “A revolução é impossível sem uma situação revolucionária, além do que, nem toda situação revolucionária desemboca numa revolução”, conclui Lênin a partir da análise das revoluções européias do século XIX e da revolução russa de 1905. Quando os de cima já “não podem” manter a dominação em função das crises econômico-sociais que se avolumam, e os de baixo, por sua vez, já “não querem” suportar o terrível fardo da subsunção à exploração, surgem organismos de poder operário e popular – como os *soviets* russos ou os *cordões industriais* chilenos –, em tudo antagônicos aos aparelhos do Estado burguês.

<sup>10</sup> Na explicação e compreensão da relação existente entre a *classe do enquadramento capitalista* (Chesnais, 2001) com diferentes formas históricas e padrões de acumulação, como o capitalismo neoliberal, o conceito de *bloco constituído no poder*, ou simplesmente *bloco no poder* (Poulantzas, 1972) possibilita uma angulação que favorece importantes discernimentos. A partir desta noção, evidencia-se que apesar de a classe dominante (burguesia) possuir um interesse geral que lhe é comum enquanto totalidade, o qual configura sua *unidade*, esse interesse geral não neutraliza automaticamente as diferenças de interesses e necessidades das diferentes frações, segmentos e setores burgueses – sua *diversidade* – diante de situações historicamente diversas e perante políticas implementadas pelo Estado mesmo que, em última instância, não é mais do que o *comitê executivo que administra seus negócios comuns*. Explorar seus *atritos internos*, em Lenine, faz parte da práxis revolucionária.

<sup>1</sup> “A transição política até a eleição indireta de Tancredo Neves amalgamou diversos setores empresariais, as forças armadas, os políticos liberais e uma ampla base da classe média. Na tentativa de construção de uma hegemonia de base conservadora que se sucedeu através da chamada Aliança Liberal, em torno de um programa político. Essa hegemonia burguesa procura se construir tendo como base os anseios populares, principalmente a partir do final da década de 1970, passando pela vitória emedebista nas eleições de 1982 e, posteriormente, a campanha pelas Diretas-Já, que mobilizou politicamente várias regiões do país. Dentro da perspectiva de institucionalização política do país, em molde liberal-conservador, portanto, ocorreu a passagem de uma forma de dominação política para outra, que levou em consideração a necessidade de ‘democratização’ de mecanismos liberais para as disputas eleitorais e, por outro lado, a necessidade de criar mecanismos que envolvessem o conjunto da sociedade nessa perspectiva, evitando assim espaço para o desenvolvimento de uma perspectiva classista contra o regime militar de então. Nesse quadro político, ampliaram-se as vozes pela consolidação do programa do PMDB: eleições diretas nos municípios; assembléia nacional constituinte; eleições diretas para a presidência da república, entre outros” (Silva, 2000).

<sup>2</sup> Sobre essa contradição estrutural – entre as condições sociais e a democracia política – relacionada aos países da América Latina (i) Borón, 1994; com relação ao Brasil (ii) Biondi, 2000; e, sobre os limites democráticos (iii) Saes, 1996 e (iv) Moraes, 2001.

<sup>13</sup> Outra dimensão que condiciona profundamente este quadro geral, e deve ser considerada em suas múltiplas manifestações, trata-se de que em países da periferia do capitalismo – especificamente da América Latina, e em especial na formação social brasileira – apresenta-se como mediação concreta o escravismo colonial como modo de produção central na acumulação primitiva de capital, determinando as relações estabelecidas com os centros nervosos de acumulação capitalista. A discussão sobre a democracia política e a “sociedade civil” – esta última

entendida em seu sentido marxiano – se vê inegavelmente matizada pela contradição, em termos, apresentada entre liberalismo e escravismo. No período de construção do Estado nacional brasileiro se apresenta como fenômeno ideológico “um ideário de fundo conservador, no caso, um complexo de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até seu limite possível” (Bosi, 1992). Desta forma, percebemos que a relação liberalismo-escravismo se apresenta como contradição “aparente”, já que não verificamos neste liberalismo um conteúdo pleno que pudesse equivaler à ideologia burguesa do trabalho livre, firmada a partir da revolução industrial europeia – “a constituição da sociedade burguesa, no país, ocorre com a destruição das relações escravistas; mas não com a liquidação das relações coloniais, neocoloniais e dependentes” (Silva, 2000).

<sup>14</sup> A acepção marxiana de *sociedade civil*, a priori, considera-a – de forma distinta a Hegel – como *sociedade civil-burguesa* (“bürgerlich Gesellschaft”); o nível onde se dá “o relacionamento dos possuidores de mercadorias”, constituindo a base mesma da estrutura social. “Mas a *sociedade burguesa* (o termo alemão é, também, como se viu, *bürgerlich Gesellschaft*) reúne, para Marx, não somente o modo *burguês* de produção como também as relações jurídicas, o Estado *burguês* etc. que implica. Em sua realidade histórica, a *bürgerlich Gesellschaft* é a sociedade capitalista, com todas as formações sociais que lhes são próprias” (Marx, 1978). Para uma crítica sistemática das apropriações liberais e pós-modernas do conceito de “sociedade civil” em Gramsci, recomendamos Bianchi (2002b).

<sup>15</sup> Na Cúpula de Miami, em 1994, os representantes de Estado dos trinta e quatro países presentes – Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil, Suriname, Guiana, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala, Belize, St. Kitts, São Vicente, Trinidad Tobago, Antiguas, Bahamas, Barbados, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Sta. Lúcia, México, Estados Unidos e Canadá – decidiram iniciar a instituição da ALCA de imediato, eliminando progressivamente as barreiras ao capital industrial, financeiro e comercial entre os países do hemisfério ocidental, excetuando-se Cuba (exigência dos EUA), visando a conclusão das negociações interamericanas até o limite de 2005.

<sup>16</sup> A melhor definição de *tendência* a encontramos em Ozaí (1987), amplamente conhecida e já clássica entre as esquerdas políticas (e acadêmicas) do Brasil. Apesar de historicamente datada e condicionada pelas circunstâncias políticas do final da ditadura civil-militar brasileira, vamos a ela. “Quando um certo número de pessoas se agrupam em torno de uma ideologia comum, com propostas e princípios comuns que norteiam a sua intervenção na luta dos trabalhadores, essas pessoas constituem uma tendência. Entre os militantes da esquerda brasileira usa-se denominar de tendência apenas as organizações clandestinas que se auto-intitulam comunistas e que tenham como base organizativa o princípio do centralismo democrático. Entretanto, dentro da definição dada aqui sobre tendências, conclui-se que as mesmas são quaisquer agrupamentos de pessoas que defendam o mesmo pensamento político. O que pode haver são diferentes formas de se organizar e de se estruturar. Aqui, trataremos principalmente das organizações de variantes marxistas”.

<sup>17</sup> “Foi contra esse mundo mercantilizado que se levantou a nova opinião pública democrática do mundo, gritando que o mundo não é uma mercadoria, que o mundo não está à venda, que o essencial não tem preço. O que nos une, a todos, antes de tudo, é a luta contra a mercantilização do mundo. Contra a concepção e a prática de que tudo se vende, de que tudo se compra, de que o mercado e os seus preços manipulados definem o que se pode e não se pode fazer, o que é bom e o que é ruim, o que é belo e o que é feio, o que é justo e o que é injusto” (Sader, 2001). Pensamos que, em certa medida e em determinada perspectiva, esta concepção reflete elementos importantes trazidos pelo movimento “antiglobalização”. *Porém, como todo reflexo, apresenta distorções.*

<sup>8</sup> Mas este debate, no Brasil, remonta a muitos anos. Não se pode deixar de lado, impunemente, sua história. A metáfora espacial entre “centro” e “periferia” despontou no Brasil a partir da década de 1950, com sustentação nas formulações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas (CEPAL-ONU). A base político-ideológica do projeto nacional-desenvolvimentista impulsionado pela CEPAL-ONU pregava a intervenção estatal na economia nacional de modo a garantir o desenvolvimento/industrialização interno superando, desse modo, a condição “periférica” no sistema mundial inter-Estados. A estrutura produtiva heterogênea / agroexportadora e o intercâmbio desigual no comércio exterior, nesta perspectiva, eram a base do subdesenvolvimento a ser superado mediante políticas centradas na modernização estatal e na reforma agrária, desenvolvendo o mercado interno e o avanço industrial. No Brasil, duas frentes levavam adiante as idéias da comissão: o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e os partidos comunistas do Brasil (PCB/PCdoB). No ISEB, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré foram suas maiores expressões; já o Partido Comunista do Brasil era influenciado tanto pela CEPAL-ONU, quanto pelo comunismo “dos anos 20”. Segundo Ridenti (2000), as manifestações derivadas – no campo intelectual, cultural e artístico – foram muitas no cenário brasileiro de antanho, todas de alguma forma associadas à *estética do nacional-popular*. Tratava-se de uma “utopia do

progresso revolucionário [que] ligava-se à busca romântica das autênticas raízes nacionais do povo brasileiro” que ultrapassou em muito os limites dos partidos comunistas, do ISEB e da própria CEPAL-ONU. Esta visão foi criticada por Chico de Oliveira como uma *razão dualista*, que enxergava dois Brasis antagônicos; o intelectual – que vem gradativamente abandonando a crítica e tecendo loas à CEPAL-ONU, centralmente Celso Furtado e Raúl Prebisch, na atualidade do novo século – considerava, à época, que os elementos de atraso e desenvolvimento, aspectos *desiguais e combinados*, eram nada mais do que faces da mesma moeda. O Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, o cinema-novismo, a música, as artes plásticas, a literatura... todos buscavam a identificação da brasilidade cultural e da identidade nacional-popular. Outras expressões surgiram, como a *teoria da dependência*. O sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o economista e ex-ministro José Serra eram seus adeptos e formuladores, críticos dos “mitos da oposição”. A teoria mostrava que os conceitos de *centro e periferia* era indissociáveis em sua interação dialética. Deste pensamento, ainda apareceu uma vertente radicalizada da tese do *subdesenvolvimento capitalista*, conduzida por Rui Mauro Marini, Teothonio dos Santos e Rumer Frank, para os quais a condição subalternizada do país não poderia ser suprimida no marco das relações capitalistas de produção; influenciados por León Trotski. O que expressam estas manifestações culturais e intelectuais que se apresentam desde os anos 50/60? Que concepção de fundo trazem? Desenvolveremos alhures a idéia de que são formas arraigadas, visões-sociais-de-mundo e orientações-para-a-ação – “conjuntos estruturados de valores, representações e idéias” (Löwy, 1996) – que, constituídas em verdadeira força material com penetração de massas, difundiam determinada concepção sobre as relações e as lutas de classes desenvolvidas historicamente entre as classes fundamentais no país em sua conexão com o imperialismo “estrangeiro”. Eram “modos de viver, pensar e sentir a vida” (Gramsci, 1968) com ampla difusão via teoria, política, música popular, teatro, cinema, arte de rua e uma política cultural articulada.

<sup>19</sup> A pluralidade de concepções estratégicas – reformistas, centristas ou revolucionárias; *social-democráticas, socialistas ou comunistas* – presentes no campo das *esquerdas políticas* remetem-nos a uma delimitação importante da mediação conceitual através da qual pretendemos mover-nos; qual seja, a da existência de perspectivas e horizontes formulados *objetiva e conscientemente* em termos teórico-políticos, programáticos e organizacionais para além dos *organismos de luta proletária imediatos* (sindicatos, comitês e comissões de fábrica, conselhos e assembleias populares etc.) e dos *movimentos espontâneos e reivindicatórios* (em favor da reforma agrária, contra o desemprego, por melhores salários e condições de vida etc.); simultaneamente sínteses dinâmicas e fios condutores que orientam suas concepções e práticas através das lutas sociais, econômicas, políticas e ideológicas nas quais se envolvem e, enfim, aspiram a representar as classes, frações e segmentos em presença que – em última instância –, determinam as *necessidades imediatas e interesses históricos* desta forma expressos em suas formulações, as quais são tributárias de diferentes tradições e heranças teórico-práticas do movimento socialista operário do século XX. Resumindo brutalmente, estendendo o supracitado argumento de Antunes sobre a “espontaneidade”, trata-se de estabelecer as relações entre *sujeito social e sujeito político*, no sentido da construção do *sujeito histórico*. Não obstante a obviedade da advertência, consideramos a necessidade de prevenir sobre o mais absoluto rechaço e distanciamento que guardamos em relação à perspectiva que alude a uma suposta diluição/deslocamento de barreiras entre o que seria “direita” e “esquerda” *após a queda do Muro de Berlim, a reestruturação produtiva e a mundialização capitalista*; além de discurso reacionário travestido de *senso comum* das esquerdas político-acadêmicas “bem-comportadas” (Mészáros, 2004): *niilismo relativista, fragmentarista, a-historicista e volatilista* próprio das dimensões políticas e ideológicas que compõem as tendências que se aproximam ao *pós-modernismo enquanto lógica cultural do capitalismo tardio* (Jameson, 1997) – os quais grassam, quase incólumes, nas áreas de sociologia, história e, sobretudo, ciências políticas – das quais Bobbio (2003) e Nogueira (2000) são, em diferentes níveis, expoentes significativos. Tal indistinção, *sob a hegemonia liberal-burguesa*, torna-se funcional ao sistema capitalista-imperialista à medida que obstaculiza a objetivação social de uma subjetividade historicamente classista, identitária e autônoma – *aprofundando sua atual crise política, ideológica e organizativa* – entre os produtores diretos que, segundo Marx, “carregam o futuro em suas mãos” e são, potencialmente, *os antagonistas estruturais à Ordem do Capital*.

<sup>20</sup> Um exemplo de movimento social popular de massas significativo deste período é o Movimento Contra o Desemprego (Contra a Carestia de Vida). Para aprofundar temas tais como o novo sindicalismo de classe, protagonismo social e lutas populares de massas durante a ascensão dos movimentos sociais no Brasil da década de 1980 sugerimos: (i) Moisés, 1982; (ii) Kucinski, 1982 e (iii) Sader, 1990. O último, em particular, sugere uma interpretação que opera a partir de um quadro de referências teóricas marxistas, porém numa perspectiva algo próxima ao que se convencionaria denominar *paradigma dos novos movimentos sociais*. Analisa a história de quatro movimentos sociais na Grande São Paulo, caracterizados por quatro “tipos” diversos de organização sócio-política: a nova fase do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no pós-78; a Oposição Metalúrgica de São Paulo; o Clubes de Mães da periferia sul e as Comissões de Saúde da periferia leste da capital paulista. Desta forma a configuração de novas formas de ação de sujeitos coletivos, permitindo-lhe considerar a multiplicidade representativa das condições de classe das camadas sociais populares. A “cultura do vivido” e a vida cotidiana são

considerados junto à práxis política que – se bem expressando diversidades de “falas” e “experiências” no enfrentamento ao Estado – mostram-se nitidamente num momento histórico de ascenso do jovem proletariado brasileiro; o critério de classe – para além do balizamento epistêmico – ainda se impõe. Após o desaparecimento dos movimentos reivindicativos urbanos em meados dos anos 80 e do refluxo do movimento sindical combativo no início dos 90, o MST desponta como principal referência de movimento social popular no Brasil: territorialmente nacionalizado, com organicidade ideológica, experiência tática, variedade metodológica nas formas de combate e um elevado grau de politização organizativa e programática. Claramente distinto dos níveis econômico-corporativo do sindicalismo rural, da natureza setorial dos movimentos camponeses tradicionais e do caráter inorgânico dos movimentos sociais populares dos anos 80.

<sup>21</sup> O *novo sindicalismo* foi a expressão utilizada pela intelectualidade crítica e pelos próprios ativistas sindicais para (auto)designar o movimento sindical pós-78 que, em alguma medida, não se identificava com as direções trabalhistas e comunistas dos anos 50 e 60, nem tampouco com o sindicalismo “pelego”/“amarelo”, atrelados ao Estado. Se por um lado a ascensão do operariado urbano do ABCD e capital paulistas possibilitou a crítica às concepções e práticas hegemônicas pelo reformismo pecebista – de conciliação de classes, privilegiamento das cúpulas sindicais / menosprezo às bases sociais e centralização do Estado como principal interlocutor – não foi suficientemente conseqüente no que se refere ao combate classista à estrutura sindical corporativista e anti-operária submetida ao Estado capitalista, herdada da Era Vargas. A Constituição de 88, que aboliu o intervencionismo do Ministério do Trabalho junto aos sindicatos, manteve – em detrimento das “esquerdas” que a “canonizaram” como corolário da “democracia” e a chamavam “Constituição Cidadã” – a unicidade / monopólio de representação, a função cumprida pela Justiça do Trabalho e a obrigatoriedade do imposto sindical compulsório.

<sup>22</sup> O debate marxista sobre a *teoria das classes sociais* apresentou, historicamente, uma plêiade de variantes e disjuntivas, e não é possível sequer apresentá-la – ainda que resumidamente – numa simples nota de rodapé. De qualquer forma, na discussão que realizamos sobre as lutas e os movimentos sociais dos trabalhadores faz-se imprescindível um simples (mas importante) apontamento. Na perspectiva do materialismo histórico, as classes sociais são definidas, por um lado, por sua inserção, posição e distribuição objetivas nas relações de produção dominantes e, por outro, por sua respectiva constituição efetiva – *processo ativo e relação histórica* – numa coletividade que trava lutas concretas, mediada por relações de classe, tradições culturais, formações sociais, experiências vividas e momentos historicamente determinados. Os diferentes momentos e níveis de abstração lógica e histórica estão, desta forma, dialeticamente imbricados e, para todos os efeitos, são indissociáveis entre si. Não se pode deduzir a *consciência de classe* (classe para-si) da existência material – *objetividade* – das classes sociais, e tampouco reduzi-las (classe em-si) à emanação dos graus e momentos – *subjetividade* – de sua autoconsciência e ideologia. “O modo dominante de produção é, e deve ser, o que confere unidade fundamental a uma formação social, outorgando suas posições objetivas às classes dentro do mesmo e distribuindo os agentes dentro de cada classe. O resultado, tipicamente, é um processo objetivo de luta de classe [...] a luta de classes não é uma prioridade causal na sustentação da ordem, porque as classes estão constituídas por modos de produção, e não o contrário” (Anderson, 1980). Compreendemos a relação dialética entre movimentos e classes sociais a partir destas considerações, sem espaço para reducionismos de qualquer natureza.

<sup>23</sup> A menção ao termo *super-exploração*, corrente nos movimentos e partidos de esquerda do Brasil, refere-se a uma condição operária típica dos países de capitalismo periférico e dependente no estágio imperialista da Ordem do Capital, merecendo atenção no que se refere à reflexão e problematização sobre a centralidade e o protagonismo das lutas sindicais desenvolvidas pelos trabalhadores brasileiros durante os anos 80. A onda grevista e suas diversas singularidades – parciais ou gerais, defensivas ou ofensivas, mais ou menos politizadas – centraram-se contra a *super-exploração do trabalho*, submetido este à degradação salarial constante, à intensividade taylorista do trabalho/produção fabril e pelo sistemático despotismo do chão-de-fábrica e à *ditadura do grande capital* (Antunes, 1992). A *super-exploração* expressa a intensividade cotidiana e extenuante do trabalho, o incremento do processo produtivo às expensas daqueles que geram valor e o prolongamento das horas de trabalho não-pagas que – ao fim e ao cabo – são a síntese multideterminada das formas relativa e absoluta de extração de sobretrabalho social geradas historicamente na formação econômico-social brasileira. “Das greves pebliscitárias do ABC paulista em 1979-80 ao confronto de Volta Redonda em 1988; da greve geral dos bancários em 1985 à greve geral nacional em março de 1989, todas tiveram como motivação primeira a reposição salarial, a luta contra a subtração e a degradação dos salários ou, no caso das greves gerais, dos decretos que arrochavam ainda mais os salários” (Antunes, *idem*). O limite estrutural da ação sindical, sabe-se desde Marx, encontra-se em que – por mais radicalizada que seja – se encerra na luta contra os efeitos, mas não contra as causas do sistema de salários. De qualquer forma, na concretude das formações econômico-sociais periférico-dependentes submetidas pelo imperialismo moderno, a essencialidade do ativismo sindical insta o movimento operário a obstar o processo de arrocho salarial – em defesa da reprodução de sua própria existência enquanto *ser-que-vive-do-trabalho* – dotando uma centralidade à ação grevista de cunho, em última instância – e ainda que *radicalizada* em sua metodologia combativa –, prioritariamente defensivo.

<sup>24</sup> Neste trabalho pode-se dizer que objetivamos responder a pelo menos três desafios propostos pelo marxismo contemporâneo em suas formulações político-epistemológicas, cujas premissas exponenciais podem ser buscadas em, dentre outras, obras de Atílio Borón: (i) transcender o *tecnocratismo neoliberal* e o *neoliberalismo pós-modernista* através do método e da práxis propostos pelo arsenal teórico-político marxista no sentido de compreender, transformar e superar dialeticamente a configuração histórico-contemporânea do Capital; (ii) reabilitar e desenvolver a teoria lenineana sobre as múltiplas dimensões econômicas, políticas e militares que compõe o fenômeno do *imperialismo*, como a *mundialização capitalista* e a *supremacia do capital financeiro*; e (iii) considerar as *contradições estruturais presentes nas democracias burguesas da América Latina e suas especificidades concretas em relação aos centros nervosos de acumulação capitalista do sistema mundial inter-Estados*.

<sup>25</sup> Para compreender melhor os processos através dos quais determinada *visão-social-de-mundo* configurou-se hegemonicamente sobre a *transição política conservadora* e a oposição/resistência política e ideológica à ditadura militar, remetemos o leitor a Silva (1995 e 2003), que relata-os em detalhe.

<sup>26</sup> Houve diversas outras entidades subscritas à CNCA e à proposta de *Plebiscito Popular sobre a ALCA*. São desde sindicatos, entidades estudantis, movimentos sociais, partidos políticos, coalizões, associações, institutos, federações e conselhos representativos de categorias profissionais, até entidades religiosas e organizações não-governamentais (ONGs) como: CMP (Coordenação dos Movimentos Populares), UNAFISCO Sindical (sindicato nacional dos auditores fiscais da receita federal), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Federação Nacional dos Advogados, CONIC (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs), CESE, FISENGE, PACS, Cáritas Brasileira, REBRIP (Rede Brasileira de Integração dos Povos), CONTAG (Confederação dos Trabalhadores em Agricultura), FASUBRA, Conselhos Federais de Economia, Engenharia e Psicologia, UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), Rede Brasil, PSB (Partido Socialista Brasileiro), FASE, CERIS, Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, IBRADES, CPT (Comissão Pastoral da Terra), Pastoral da Criança, Koinonia, Pastoral da Juventude do Brasil, Pastoral Operária, Juventude Operária Católica, Pastoral do Migrante, ATTAC (Ação pela Taxação das Transações Financeiras Especulativas em Apoio ao Cidadão), CORECON/SINDECON, Sindicato dos Aposentados, IBASE, CRS Brasil, CNL (Conferência Nacional dos Leigos), Missão Urbana e Rural da América Latina, MPA, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), ANMTR e CEPIS. Não obstante a importância do apoio material e ideológico à campanha sustentado por estas entidades, preferimos selecionar para o universo da pesquisa empírica aquelas que contribuíram substancialmente para a consecução das iniciativas propostas pela campanha e nas concepções e análises que estas traziam em si. À medida que algumas destas entidades identificam-se com organizações já citadas ou estão representadas pelas mesmas – como, por exemplo, o sindicato UNAFISCO à *Auditoria Cidadã* ou as pastorais sociais à *Campanha Jubileu* – preferimos referir-nos exclusivamente a suas instâncias mais diretamente relacionadas ao movimento anti-ALCA, relacionando sua dinâmica e sujeitos fundamentais.

<sup>27</sup> “Verifica-se portanto como a ‘teoria do campo burguês progressista’ apresentou-se historicamente no país. As correntes políticas e ideológicas que configuraram a ideologia de Frente Popular não se limitam ao terreno conjuntural. Em sua dinâmica superestrutural tomaram forma através dos Partidos Comunistas, de uma intelectualidade acadêmica ‘progressista’ e, no atual período, através do PT” (Silva, 2002).

<sup>28</sup> “O proletariado e a burguesia se aliam em torno ao objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Ainda que explorado pela burguesia, o proletariado está interessado em aliar-se com ela, uma vez que surge mais do atraso do país e da exploração imperialista que do desenvolvimento capitalista. Enquanto isso, marchando unidos para o objetivo comum, a burguesia e o proletariado também têm interesses contraditórios” (PCB citado por Bianchi, 2001).

<sup>29</sup> “... a contradição entre o imperialismo e o país em questão passa a ser a contradição principal enquanto *todas as contradições entre as diferentes classes no país ficam relegadas temporariamente a uma posição secundária e subordinada*. [...] se num processo há várias contradições, necessariamente uma delas é a principal...” (Mao citado por Moreno, 2003).

<sup>30</sup> “De fato, em situações não-revolucionárias, de estabilidade da dominação burguesa, o centrismo não foi além da gravitação em torno dos partidos reformistas, quando não foi diretamente absorvido. Já em situações revolucionárias, e sempre que exista um pólo revolucionário suficientemente forte disputando a direção das massas, o centrismo tem, invariavelmente, se dividido, esfacelado pelas terríveis pressões da luta de classes: se uma fração mais burocratizada é reintegrada no aparelho reformista, também é verdade que uma parcela mais próxima do ascenso das lutas populares pode evoluir para posições revolucionárias” (Arcary, 2003). Em função dos limites generalizantes do conceito, o qual deve ser submetido à “análise concreta de situações concretas”, utilizaremos o mesmo em *sentido lato*.

<sup>31</sup> Os governos de Frente Popular têm se desenvolvido continuamente durante todo o século XX e também no começo deste na Europa, América Latina e Ásia – e, segundo as tradições do movimento operário socialista que reivindicam Marx, Lenine e Trotsky –, trata-se de governos nos quais “os partidos operários colaboracionistas de classe ocupam ministérios e um lugar predominante”, consistindo em amplas alianças políticas entre as direções dos trabalhadores e movimentos de massas com setores provenientes das classes proprietárias. Estes governos são produto do estágio imperialista de desenvolvimento do capitalismo, quando as crises intrínsecas ao Capital, e/ou as *situações revolucionárias*, exigem que a burguesia aprimore sua dominação classista através da cooptação contra-revolucionária de dirigentes e organizações do proletariado através dos aparelhos do Estado burguês – as quais, em muitos governos, chegam a ser majoritárias – sem que isso signifique qualquer antagonismo com o capitalismo e o imperialismo (Moreno, 2003).

<sup>32</sup> “A presença do presidente Luís Inácio Lula da Silva na Cúpula da Governança Progressista, realizada em Londres, tem sido anunciada pelos organizadores como a possibilidade de relançar o combalido projeto da Terceira Via. ‘O mundo ainda vai ouvir muito sobre a Terceira Via’, festejou seu ideólogo, o sociólogo Anthony Giddens, em artigo recentemente publicado. (...) Se, por um lado, é possível localizar profundas diferenças entre a trajetória da esquerda reformista européia – e suas representações teóricas – e a trajetória política petista, por outro, é impossível deixar de notar paralelismos e convergências significativas. Sobretudo quando pensamos no programa de governo do PT, na reforma da Previdência e na gestão macroeconômica levada a cabo pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Não queremos dizer com isso que o governo Lula será uma espécie de ‘cópia’ de experiências políticas reformistas recentes. A rigor, o programa petista localiza-se à direita de várias das políticas reformistas européias. Mas, do ‘Novo Trabalhismo’ inglês ao ‘Socialismo Administrativo’ francês, passando pelo ‘Novo Centro’ alemão, não deixa de ser possível vislumbrar no passado recente europeu algumas indicações interessantes a respeito do futuro do governo Lula e das alternativas ao neoliberalismo” (Bianchi e Braga, 2003b).

<sup>33</sup> Dentre as correntes internas da esquerda petista destacam-se, no sentido da filiação internacional, a *Democracia Socialista* (DS) e *O Trabalho* (OT), as quais arrogam para si distintas tradições da herança teórico-política trotsquista. Ambas reivindicam, ao menos em tese e com diferenças entre si, a bancarrota política e ideológica tanto da II Internacional *reformista* quanto da III Internacional *estalinizada*, sob a subsequente necessidade da construção da IV Internacional, fundada por León Trotsky em 1938 e inspirada no legado bolchevique da Revolução de Outubro, como forma de superação da *crise de direção revolucionária* do proletariado em nível mundial. Em verdade, a primeira (DS) reivindica-se como sendo seu respectivo *Secretariado Unificado* (SU), enquanto a segunda (OT) autoproclama-se – sem qualquer mediação em termos de “reconstrução” ou “refundação” – a *personificação direta da própria IV Internacional*. Como ficarão estas tendências após a mais do que provável e definitiva inserção petista na II Internacional, *órgão mundial do social-liberalismo europeu e projeto histórico antagonico à estratégia revolucionária*? Confira detalhes sobre a história política destas correntes petistas em Ozaí Silva (2001a, 2001b e 2001c).

<sup>34</sup> “A sociedade brasileira vive um momento histórico. Até recentemente, o Partido dos Trabalhadores tinha fortes restrições ao mercado, exatamente como o Partido Social-Democrático alemão até o manifesto de Godesberg (1959) e o Partido Trabalhista inglês até a reunião de Westminster Hall (1995), quando retiraram de seus programas todos os resquícios de marxismo que os infectavam. No seu último programa (que chamamos carta de Ribeirão Preto) o PT percorreu o mesmo caminho [...]. Até então o PT não fazia parte dos partidos que aceitavam integralmente a organização política nacional construída na Constituição de 1988. [...] A eleição de 2002 dá a oportunidade para que se consagre definitivamente a incorporação do Partido dos Trabalhadores ao corpo político nacional” (Neto citado por Fontana, 2002).

<sup>35</sup> “Se o FMI não existisse, teria que ser inventado. Para os Estados Unidos, o FMI apresenta uma das poucas oportunidades remanescentes para perseguir iniciativas de política externa sem interferência política indevida” (United States Department of Defense, 1999).

<sup>36</sup> “Mas também existe o *bom burguês* / Que vive do seu trabalho honestamente / Mas este quer construir um país / E não abandoná-lo com uma pasta de dólares / O *bom burguês* é como o operário / É o médico que cobra menos pra quem não tem / E se interessa por seu povo / Em seres humanos vivendo como bichos / Tentando te enforcar na janela do carro / No sinal, no sinal” (“Burguesia”, Cazuzza, grifo nossos).

## Anexo

“UMA OUTRA INTEGRAÇÃO É POSSIVEL

A Comissão Executiva Nacional do PT, reunida em São Paulo, em 29/07, debateu a questão da ALCA e deliberou:

1. Reafirmar a posição do PT, aprovada em nosso XII Encontro Nacional, contrária à ALCA nos termos em que ela está sendo negociada. A proposta da ALCA não assegura uma verdadeira e equilibrada integração entre países soberanos. Ao contrário: tal como está formulada, ela significará na prática uma espécie de anexação das economias latino-americanas à economia dos Estados Unidos. Com danos inegáveis ao sistema produtivo da maioria dos países e à condição de vida dos povos.
2. Reafirmar o compromisso do PT com o resgate e a afirmação do Mercosul e, a partir dele, com uma verdadeira integração das Américas, que pode e deve dar-se em outras bases, respeitando a soberania de cada um dos países e os interesses econômicos e sociais das nações.
3. Reiterar a crítica do PT ao protecionismo norte-americano, agravado pelos pacotes siderúrgico e agrícola, que na prática nega frontalmente os proclamados ideais de livre comércio e torna ainda mais assimétrica e injusta a competição entre os países envolvidos.
4. Orientar, nesse sentido, todas as lideranças e o conjunto dos petistas a prosseguirem na sua atuação contra a proposta da ALCA e a favor de uma outra integração continental que possa beneficiar de fato o conjunto dos países e povos da região.
5. Destacar o fato de que a oposição à proposta da ALCA já é amplamente majoritária no país, envolvendo vastos setores da sociedade brasileira, tanto das esquerdas e dos movimentos populares, quanto da intelectualidade, das instituições religiosas, dos meios de comunicação e do empresariado produtivo urbano e rural. Recentes pesquisas de opinião pública comprovam que mais de 70% dos brasileiros rejeitam a atual proposta da ALCA. Por isso mesmo, é recomendável que a mobilização contra a proposta da ALCA e em prol de outro modelo de integração continental não se restrinja às esquerdas e busque unificar todos os setores civis e políticos dispostos a sustentar a causa comum. Até porque os interlocutores, como se sabe, são especialmente poderosos.

No que diz respeito ao plebiscito convocado por diversas entidades para a semana da pátria, a Comissão Executiva Nacional esclarece a todos os petistas e à sociedade que:

- a. A coordenação do plebiscito decidiu que ele será convocado e dirigido exclusivamente por entidades e movimentos, sem a participação institucional de partidos políticos.
- b. O PT sempre defendeu que o plebiscito fosse centrado exclusivamente na questão da ALCA, de modo a favorecer o envolvimento dos mais diversos setores da opinião pública, evitando incluir outras questões que, embora importantes, pudessem dificultar a ampliação social da iniciativa, restringindo-a apenas ao campo da esquerda.
- c. O entendimento da coordenação foi outro. Seja pelo estreitamento social do processo, seja pela decisão, que respeitamos, de convocar o plebiscito exclusivamente através das entidades, sem os partidos, o PT não apoiará institucionalmente o plebiscito. O PT dará continuidade, no entanto, à sua luta contra a ALCA e em defesa de uma integração soberana e democrática das Américas, produzindo instrumentos próprios de debate e mobilização. Até 10 de agosto serão lançados um jornal especial sobre o tema, a ser distribuído massivamente em todo o país, bem como cartazes, folhetos e adesivos com a posição do partido

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES SÃO PAULO, 1º DE AGOSTO DE 2002” (Boletim Informes, 2002b).